

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA  
LINHA DE PESQUISA: LÍNGUA, ENSINO E SOCIEDADE  
FACULDADE DE LETRAS - FLET**

**AGOSTINHO FILHO DA SILVA LIMA**

**PODER, IDEOLOGIA E GÊNERO NA OBRA ‘*A LETRA ESCARLATE*’, UMA  
LEITURA SOB A ÓTICA DISCURSIVA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**MANAUS-AM**

**2025**

**AGOSTINHO FILHO DA SILVA LIMA**

**PODER, IDEOLOGIA E GÊNERO NA OBRA ‘A *LETRA ESCARLATE*’, UMA  
LEITURA SOB A ÓTICA DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Faculdade de Letras (FLET), da Universidade Federal do Amazonas – (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Teoria e Análise Linguística, na linha de pesquisa: Língua, Ensino e Sociedade.

**Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa**

**MANAUS-AM**

**2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

L732p

Lima, Agostinho Filho da Silva

Poder, ideologia e gênero na obra 'A letra escarlata', uma leitura sob a ótica discursiva / Agostinho Filho da Silva Lima. - 2025.

140 f. ; 31 cm.

Orientador(a): Leonard Christy Souza Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Manaus , 2025.

1. Poder. 2. Discurso. 3. Gênero. 4. Ideologia. 5. Resistência. I. Costa, Leonard Christy Souza. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título

---

**AGOSTINHO FILHO DA SILVA LIMA**


**PODER, IDEOLOGIA E GÊNERO NA OBRA ‘A LETRA ESCARLATE’, UMA  
LEITURA SOB A ÓTICA DISCURSIVA**

**MESTRADO EM LETRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Faculdade de Letras (FLET), da Universidade Federal do Amazonas – (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Teoria e Análise Linguística, na linha de pesquisa: Língua, Ensino e Sociedade.


Aprovado em 06 de maio de 2025.

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **LEONARD CHRISTY SOUZA COSTA**  
Data: 16/06/2025 16:17:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa – Presidente**  
**Universidade Federal do Amazonas (PPGL-UFAM)**

Documento assinado digitalmente  
 **ELIS REGINA FERNANDES ALVES**  
Data: 17/06/2025 10:55:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves - Membro**  
**Universidade Federal do Amazonas (PPGL-UFAM)**

Documento assinado digitalmente  
 **SERGIO AUGUSTO FREIRE DE SOUZA**  
Data: 17/06/2025 12:20:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza - Membro**  
**Universidade Federal do Amazonas (PPGL-UFAM)**

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Dora Silva.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado forças e sido meu guia durante esse trajeto de formação acadêmica.

Ao professor Dr. Leonard Christy, por ter me aceitado como orientando, ter acreditado em mim e me orientado durante esse trajeto. E por ser um orientador que preza pela liberdade acadêmica e intelectual.

À professora Danielle Brito, orientadora ainda na época do PIBIC, que contribuiu bastante para minha formação crítica, política, acadêmica e humanista.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

À minha família, que sempre me apoiou e ainda me ajuda e incentiva nos caminhos dos estudos.

À minha mãe, Dora Silva, meu maior exemplo, por tanto amor, carinho, paciência, entendimento e acolhimento durante esse período. Por ser quem és, por sempre estar ao meu lado, aconselhar-me e mostrar-me o caminho do bem e por tudo que me ensinou e ainda me ensina.

Às minhas irmãs, Lígia, Lívia, Lília e Leda, por todo amor, incentivo e acolhimento.

E a todos os meus colegas do PPGL-UFAM, aos professores e a todos os profissionais que fazem parte do PPGL-UFAM.

À professora Dra. Elis Regina, por estender as mãos, orientar e incentivar a buscar sempre ir mais longe. Por seres a profissional que és e por ter contribuído significativamente para minha formação humana, profissional, acadêmica, estética, política e crítica.

Por fim, agradeço a todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização e realização deste modesto trabalho.

Obrigado!

*“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas”*

Friedrich Nietzsche

*"não há fatos, apenas interpretações"*

Friedrich Nietzsche

*“Não poderia a vida de todos se transformar  
em uma obra de arte? Por que deveria  
uma lâmpada ou casa ser um objeto  
de arte, e não a nossa vida”?*

Michel Foucault

## RESUMO

A presente dissertação é uma análise discursiva de filiação francesa das relações de poder, ideologia e gênero, materializadas e caracterizadas por diferentes formações discursivas evidenciadas na obra *A Letra Escarlata* (1850), autoria de Nathaniel Hawthorne (1805-1864), referente à protagonista do romance: Hester Prynne. O percurso teórico e metodológico utilizado é de uma abordagem qualitativo-discursiva e de pesquisa bibliográfica. Para o desenvolvimento da proposta da análise discursiva, foi empregado o procedimento teórico e metodológico arqueogenealógico, pressuposto definido por Michel Foucault, na relação entre Saber-Poder-Sujeito; e dos conceitos de Estrutura e Acontecimento, pressuposto teórico e metodológico definido por Michel Pêcheux, na relação entre Língua-Discurso-Ideologia-Sujeito. A montagem do corpus é composta por trechos da obra *A Letra Escarlata* (1850), utilizada como pano de fundo para a análise e da qual foram selecionadas as materialidades linguísticas. Com o objetivo de evidenciar enunciados às formações discursivas e às relações de poder referentes à personagem e à problematização em relação ao tema, esta dissertação verticalizou trechos selecionados a partir da obra com as teorias da análise do discurso francesa, em diálogo com outros referenciais teóricos propostos. A análise evidenciou que Hester Prynne está enquadrada em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e puritana, marcada por ideologias, relações poder-saber, aparelhos ideológicos e repressivos do Estado que materializam discursos de determinação de comportamento, condutas e montam uma estrutura de poder e dominação do sujeito feminino, de violência e opressão, colocando-o numa relação de poder de subalternidade e silenciamento. Ainda assim, mesmo estando numa sociedade repressiva para o sujeito feminino, a personagem resiste e, com brio, segue sua vida com uma atitude afirmativa, sem reagir às decisões das relações do poder, resistindo, assim, ao sistema de dominação estrutural. O que evidencia ter uma moral forte, própria e uma ética de existência individual consigo mesma. Para conseguir os resultados esperados, a análise tomou por base os seguintes autores: Althusser (1970), Bourdieu (2010), Brito (2017), Brandão (2012), Foucault (2008, 2012, 1999, 1996, 1979), Safiotti (2015), Orlandi (2009), Pêcheux (1995, 2008), Stearns (2015), Karnal *et al* (2010), Lerner (2019), Beauvoir (1967), Lauretis (2019), Žižek (2014).

**Palavras-chaves:** 1. Poder. 2. discurso. 3. gênero. 4. ideologia. 5. resistência.



## ABSTRAC

This dissertation is a discursive analysis of the French affiliation of power relations, ideology and gender, materialized and characterized by different discursive formations evidenced in the work *The Scarlet Letter* (1850), authored by Nathaniel Hawthorne (1805-1864), referring to the protagonist of the novel: Hester Prynne. The theoretical and methodological path used is a qualitative-discursive approach and bibliographical research. To develop the discursive analysis proposal, the archeogenealogical theoretical and methodological procedure was used, an assumption defined by Michel Foucault, in the relationship between Knowledge-Power-Subject; and the concepts of Structure and Event, a theoretical and methodological assumption defined by Michel Pêcheux, in the relationship between Language-Discourse-Ideology-Subject. The corpus assembly is composed of excerpts from the work *The Scarlet Letter* (1850), used as a background for the analysis and from which the linguistic materiality was selected. With the aim of highlighting statements and discursive formations and power relations relating to the character and the problematization in relation to the theme, this dissertation verticalized selected excerpts from the work with the theories of French discourse analysis, in dialogue with other proposed theoretical references. The analysis showed that Hester Prynne is framed in an androcentric, patriarchal and puritan society, marked by ideologies, power-knowledge relations, ideological and repressive State apparatuses that materialize discourses determining behavior, conduct and set up a structure of power and domination of the female subject, of violence and oppression, placing the female subject in a power relationship of subalternity and silencing. Still, even though she is in a repressive society for the female subject, the character resists and, with pride, continues her life with an affirmative attitude, without reacting to the decisions of power relations, thus resisting the system of structural domination, showing that she has a strong morality of her own and an ethics of individual existence within herself. To achieve the expected results, the analysis was based on the following authors: Althusser (1970), Bourdieu (2010), Brito (2017), Brandão (2012) Foucault (2008, 2012, 1999, 1996, 1979), Safiotti (2015), Orlandi (2009), Pêcheux (1995, 2008), Stearns (2015), Karnal et al (2010), Lerner (2019), Beauvoir (1967), Lauretis (2019), Žižek (2014).

**Keywords:** 1. Power. 2. discourse. 3. power. 4. ideology. 5. resistance.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. CAPÍTULO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
1.1 Breve histórico da Análise do Discurso.....	15
1.2 Sujeito.....	20
1.3 Discurso.....	22
1.4 Ideologia.....	24
1.5 Formações discursivas.....	27
1.6 Poder e saber.....	32
1.7 Gênero e Feminismo.....	37
1.8 Breve contextualização histórica da obra <i>A Letra Escarlate</i> .....	51
1.9 Reforma protestante: luteranismo .....	51
1.10 Calvinismo.....	54
1.11 Os Puritanos e a migração para o novo mundo: A Nova Inglaterra.....	60
1.12 O Motivo da ida à América do Norte .....	64
1.13 Colonização de povoamento.....	67
1.14 Colônia de Boston e enredo da obra <i>A Letra Escarlate</i> .....	69
<b>2. CAPÍTULO - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>73</b>
2.1 Abordagem qualitativa.....	73
2.2 Pesquisa bibliográfica.....	75
2.3 Análise do discurso para análise de dados.....	76
2.4 Arqueogenealogia de Michel Foucault.....	76
2.5 Estrutura e acontecimento de Michel Pêcheux.....	77
2.6 Método análise crítica de Sérgio Freire (2014).....	79
2.7 O corpus.....	80
2.8 Finalizando.....	81
<b>3 CAPÍTULO - ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>82</b>
3.1 "O olhar carrancudo, a severa repreensão, [...] respaldados pela autoridade bíblica": A Sociedade: androcêntrica, patriarcal, puritana e disciplinar.....	82
3.2 "ela sentiu agonia a cada passo por causa das pessoas que se aglomeravam para vê-la": A Jurisprudência: vigiar e punir o sujeito feminino infame.....	91
3.3 "Nós, mulheres, desde que maduras e membros da igreja com reputação imaculada, cuidássemos de malfeitoras": O ideal de sujeito feminino em <i>A Letra Escarlate</i> .....	101
3.4 "Ela se tornaria o símbolo geral ao qual o pregador e o moralista devem apontar": A Violência: a subjetiva e a objetiva simbólica da linguagem.....	115
3.5 "Pode parecer surpreendente que essa mulher ainda chamasse esse lugar de lar": Resistência: Hester Prynne e Pérola contra o poder e a sociedade.....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada *Poder, ideologia e gênero na obra 'A Letra Escarlate'*, uma leitura sob a ótica discursiva, é uma proposta de pesquisa sob a referência da análise discursiva de linha francesa, das relações de poder, ideologia e questões de gênero evidenciadas pela personagem Hester Prynne, em relação às diferentes formações discursivas presentes na obra *A Letra Escarlate*. E, para isso, nos apropriamos da teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante AD). Visamos analisar, interpretar, descrever e problematizar as diferentes formações discursivas, as determinações das verdades, ideologias, comportamentos e condutas instrumentalizadas pelo exercício e relações de poder presentes na obra e pelos discursos dominantes determinadores dos padrões de gênero e das relações sociais de gênero, que são projetados para a colônia de Boston, no contexto sócio-histórico da obra. Evidenciaremos alguns momentos de violência e exercício de resistência que a protagonista manifesta discursivamente.

As diferenças e as desigualdades nas relações sociais de gênero ganham força e se escalonam em lugares nos quais a sociedade é organizada e regida pelo sistema patriarcal e androcêntrico, o que consiste na “institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (Lerner, 2019, p. 322). Além disso, organiza-se também com um forte domínio da religiosidade e do puritanismo, fazendo do discurso religioso a determinação do discurso jurídico na manutenção das relações de poder-saber na sociedade, na qual a religiosidade predominante garante a lei, as condutas, as verdades, a normalização e individualização dos sujeitos.

Este é o cenário apresentado na obra *A Letra Escarlate*, autoria de Nathaniel Hawthorne. Ao romper os paradigmas da sociedade de sua época, a personagem que tenta o exercício do direito à liberdade sexual (entre outras liberdades) é severamente julgada, excluída, condenada e punida, em seu tempo e modo. Compreender, via discurso, quais mecanismos de exercício de poder-saber e quais materialidades ideológicas constituem subjetividades que negam, aceitam, produzem e reproduzem esses mecanismos e conflitos, faz-se necessário, pois, como nos afirma Eni Orlandi, “A evidência do sentido que, na realidade, é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção” (2009, p. 45). Segundo Michel Pêcheux, “o que oculta essa evidência [...] é o ato de que o sujeito é desde sempre, ‘um indivíduo interpelado’ [...] a ‘evidência’ da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito” (1995, p. 155), nas

ideologias. Neste fenômeno, interessamo-nos pela formação da subjetividade que aceita a retórica como verdade na refutação da parresia.

É importante haver a compreensão das relações de poder e os mecanismos de exercício de poder que constituem as subjetividades, pois estas, mesmo sendo oprimidas pela sociedade patriarcal, androcêntrica, religiosa e puritana, ao contrário da busca da liberdade da opressão e de gênero, preferem a produção e a reprodução da opressão, o que é fundamental na análise da sociedade vigente. Ao compreender esses processos, a possibilidade de resistência pode ser apresentada como uma derivação de sentidos e irrupção de outro discurso, na construção e na possibilidade de uma nova sociedade e de manutenção nas relações de poder e da dominação ideológica.

A personagem Hester Prynne da obra *A Letra Escarlate*, de Nathaniel Hawthorne, parece-nos um exemplo de resistência na luta das mulheres contra os mecanismos de exercício de poder e de dominação do sujeito feminino e da violência simbólica que permeiam a organização de uma sociedade patriarcal, androcêntrica, puritana e religiosa, sobretudo nos termos que tratam as relações sociais de gênero, levantando questões de gênero, em sua época. Analisar, pela via do discurso, quais materialidades discursivas e efeitos de verdade se apresentam na subjetividade da personagem fazem-se necessárias para a compreensão do modelo feminino esperado em sua época. Portanto, questionamos: quais razões a levam a resistir às intervenções do exercício do poder dominante e quais os reflexos dessa resistência são significativos para as lutas das mulheres e para a questão do gênero, no que tange às relações de poder que atravessam as relações de gênero, na sociedade atual?

Outros questionamentos direcionantes para esta pesquisa são: Como funcionam os aparelhos ideológicos na determinação e manutenção das ideologias em Boston, na Nova Inglaterra, no contexto sócio-histórico da obra e como e quais materialidades discursivas possibilitam/ram determinadas formações discursivas na época histórica? Como a relação entre o poder-saber e a subjetividade se apresenta? Para efetivar a pesquisa, além de uma abordagem qualitativo-discursiva e uma pesquisa bibliográfica, houve a necessidade de nos apoderarmos do método arqueogenealógico de Michel Foucault, pois, em harmonia ao que esclarece o autor, para uma maior compreensão das relações que constituem o sujeito, hoje, é necessário considerá-lo em um quadro sócio-histórico, ou melhor, arqueogenealógico.

A hipótese é que as relações entre poder-saber-subjetividade se instrumentalizam pela violência. Desvelar a função da violência como instrumento de exercício e manutenção das relações de poder cobra um estudo histórico. Historicizar é inevitável. Trata-se, portanto, de um exercício de poder materializado não por um homem, um rei, um soberano ou um Estado,

mas algo circulante, uma ideia que não se encontra de maneira física ou direta, mas sim, em encadeamentos, em relações. O poder só existe em exercício. Ele se exerce em rede, perpassando o indivíduo que pode ser submetido, mas também exercê-lo, porque “nunca são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (Foucault, 1979 [1976], p. 183).

Nesse sentido, para chegar ao objetivo geral da pesquisa, orientamo-nos acompanhando como base os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar um traçado histórico da relação gênero, feminismo, patriarcado e seus dispositivos de modos de subjetivação; b) Mencionar o contexto histórico da obra, os acontecimentos e motivos da formação da sociedade puritana de Boston, no século XVII; c) Discutir a teoria da Análise do Discurso Francesa e os dispositivos teóricos que serão utilizados na análise; d) Caracterizar as diferentes formações discursivas na análise em relação à temática; e) Desenvolver uma proposta de análise discursiva.

O principal objetivo desta pesquisa é apresentar uma possibilidade de análise discursiva que trate da potencialidade da violência, da dominação ideológica e do exercício de poder, na questão do gênero, que sujeita os indivíduos da negação de sua própria liberdade via mecanismos de exercício de poder e dominação ideológica. Para tanto, usaremos como referência a personagem Hester Prynne da obra *A Letra Escarlata*, de Nathaniel Hawthorne, em seu intercâmbio com a sociedade, no contexto sócio-histórico da obra. Procuramos compreender como a sociedade constitui a subjetividade ideal de sujeito feminino, como constitui as relações sociais de gênero, na época da obra. E quais formações discursivas foram favoráveis à constituição da subjetividade da personagem Hester Prynne e, desse modo, compreender quais as consequências e os reflexos dessa subjetivação e dos deslizamentos dos sentidos para a questão do gênero, do sujeito feminino e para a luta das mulheres, no contexto sócio-histórico da obra e, também, na contemporaneidade.

Na Linguística, há diferentes campos, cada qual com sua teoria, forma e método específico de fazer análise e trabalhos de pesquisa visando ao entendimento dos fenômenos da linguagem. Mas, na Análise de Discurso, não há um método específico, e sim, metodologias diferenciadas de fazer análise da materialidade linguística. Isso se dá pela própria constituição desse campo de saber e seu caráter transdisciplinar: uma teoria de entremeio, que garante amplitude e inter-relação teórica nas práticas de interpretação, o que nos permite usar diferentes possibilidades teóricas e metodológicas de análise.

A análise discursiva visa empreender, através da linguagem e do discurso, as relações de poder, as formações ideológicas, os discursos com véus de efeitos de verdades e os efeitos de sentido constituído sócio-historicamente para e pelos sujeitos nas lutas e contradições de um

determinado grupo social. A teoria do discurso usa métodos que possam trazer à tona as questões socioideológicas veladas na linguagem quando materializada pelo sujeito que, através da língua ou outras formas de linguagem, há em nós, seres humanos. Procura evidenciar o que não está dito, na evidência do sentido do dito, analisa a construção sócio-histórica dos sentidos e o conteúdo ideológico que o sustenta.

Para proceder à proposta de análise dessa pesquisa, o modelo metodológico pelo qual caminharemos segue a abordagem qualitativo-discursiva, o procedimento bibliográfico e, com duas linhas afins, de AD, que se completam e nos guiam na problematização e crítica para a materialização da proposta da análise. São eles: o modelo arqueogenealógico de Michel Foucault (2008), estrutura e acontecimento de Michel Pêcheux (1983, 1995) e o modelo de análise crítica de Sérgio Souza (2014).

Não há, na Análise de Discurso, o melhor e único método de análise. Para esta análise, selecionamos apenas uma montagem teórico-metodológica, entre as diferentes formas possíveis para um trabalho de análise discursiva. A Teoria do Discurso, por esse motivo, afigura-se como um campo diferente dos outros campos ramificados da Linguística, guiados ainda pelo Estruturalismo e que visa o estudo sistêmico, puro, duro e fechado da estrutura da língua. Dessa forma, a Teoria do Discurso apresenta possibilidades múltiplas de montagens teórico-metodológicas de pesquisa que, por serem mais consistentes e válidas cientificamente, podem alcançar resultados significativos de interpretação. Para um melhor entendimento das ideias, a dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo um, está a fundamentação teórica. No capítulo dois, os procedimentos metodológicos, no capítulo três, a análise de dados e, por fim, considerações finais.

Os temas abordados neste trabalho têm uma significativa importância para a sociedade atual. Uma vez que inserem temáticas de importantes reflexões e argumentações retóricas, persuasivas e subliminares colocadas e existentes na ordem de diferentes práticas: questões sociais, políticas, ideológicas, violências, culturais, religiosas, jurídicas, entre outras, nessa sociedade desigual e com interesses corporativistas, na questão do gênero, sobretudo no que tange as relações de poder, estruturas, ideologias e retóricas que instrumentalizam a dominação do sujeito feminino nas relações sociais.

Há um debate sobre as ideologias que a sociedade, por muitos anos, tem carregado e que, nos dias atuais, já não são tão importantes e não mais se encaixam no contexto em que vivemos. São ideologias que representam uma minoria, exclui e oprime outras. Portanto, podemos questionar: vivemos ainda numa sociedade igual à de *A Letra Escarlate*?

## CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao buscar desenvolver uma análise discursiva das relações de poder, das ideologias e suas implicações em relação às questões de gênero da obra citada, optamos pela Análise de Discurso – AD. Percorreremos alguns dos diferentes pressupostos teóricos gerais da teoria e de alguns dispositivos analíticos: conceitos e noções desenvolvidos por Michel Foucault e Michel Pêcheux, que serão apresentados a seguir.

### 1.1 Breve histórico da Análise do Discurso

Após a afirmação da Linguística enquanto ciência, a partir das leituras dicotômicas apresentadas por Ferdinand de Saussure, no início do século XX, em seu *Curso de Linguística Geral* e, além da perspectiva dialógica dos estudos de Bakhtin (Volóchinov), em *Marxismo e Filosofia da linguagem* de 1929, uma nova perspectiva pôde ser analisada no campo da linguagem, porém, dessa vez, no campo destinado ao social na língua e na fala. Mas o percurso de chegada da AD foi pavimentado por diferentes movimentos e campos teóricos<sup>1</sup>. Sem a intenção de esgotar ou limitar os diferentes movimentos que possibilitaram o surgimento da AD, apresentaremos, nos parágrafos a seguir, alguns gestos, no campo da linguagem, que pavimentaram o surgimento da AD francesa<sup>2</sup>.

Segundo Eni Orlandi (2009), o estruturalismo ganhou corpos, em diferentes trabalhos, que se desenvolviam para além dos estudos linguísticos, entre os quais, localizam-se, por exemplo, as pesquisas no campo da Semiótica, com Roman Jakobson. Mesmo partindo de uma visão estruturalista, são as pesquisas sobre enunciação de Jakobson que trazem outras questões discursivas<sup>3</sup>. Para o autor, cada função aplicada pela linguagem, em um dado discurso ou

---

<sup>1</sup> Embora estabeleçamos uma linha direta nesse trabalho, entre o CLG e o que se produziu posteriormente, convém comentar que este movimento de relação entre o linguístico e o social tem forte influência de outras áreas do conhecimento. Saussure se propôs a fundar uma ciência linguística. Após ele, houve inúmeras outras linhas e teóricos que se ocuparam do estabelecimento de um recorte mais estrutural e formalista ao abordar questões de linguagem. Concomitantemente (e até em oposição a Saussure), houve filósofos da linguagem e pensadores de outros campos que construíram teorias que estudamos dentro da Linguística, como é o caso do Dialogismo, das ADs, etc., além dos autores que articulam Teoria do Discurso e Linguística com seus campos de especialização: críticos literários, sociológicos, antropólogos, psicólogos, filósofos, etc.

<sup>2</sup> Para aprofundar os estudos, sugerimos duas obras: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 20013 e SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo Análise de Discurso** – Linguagem, Sociedade e Ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006.

<sup>3</sup> Para desenvolver melhor o assunto, sugerimos a leitura de JAKOBSON, Roman. Linguística e Poética. In: **Linguística & Comunicação**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 118-162.

enunciado, vai elucidar na mensagem um dado elemento de comunicação. Embora o modelo de comunicação de Jakobson tenha recebido críticas, para o campo discursivo, é relevante à instauração da comunicação como objeto de estudo científico.

Um artigo publicado na revista *Languages* 13, nos Estados Unidos, impacta, com intensidade, a primeira fase da AD francesa. Com o título de *Discourse analysis*, Zellig Harris chama de discursos os procedimentos da Linguística Distribucional norte-americana aplicada a textos. Para ele, o discurso é uma sequência de frases. Mas, um novo movimento acontece na conjuntura entre o final dos anos 60 e inícios dos 70, apresentando outras necessidades epistêmicas para a compreensão discursiva. Entre elas, temos a Pragmática, a Análise Conversacional, a Linguística Textual, a Teoria da Relevância e todos os estudos franceses que possibilitaram pensar a AD como a conhecemos.

O trabalho de pesquisa da Gramática Sistemática Funcional do inglês M.A.K. Halliday também considerou o texto como unidade fundamental na análise da linguagem. Para o autor, o texto não é constituído, mas realizado por sentenças<sup>4</sup>. As pesquisas de Jakobson, Harris e Halliday redirecionaram perspectivas teóricas na análise linguística. De certa forma e de maneira diferenciada, esses trabalhos impulsionaram os estudos para fora das orientações filológicas e estruturalistas dominantes de então.

Émile Benveniste (1989), ao considerar a enunciação como um processo de apropriação da língua, inaugura uma fase fértil para os estudos do discurso. É ele quem reintroduz o sujeito nas preocupações linguísticas. Para o autor, a língua materializa-se no ato enunciativo, ou seja, quando se relaciona como o mundo. É dessa maneira que a realidade ocupa lugar dentro da linguagem, incorporando-se à enunciação, construindo sentidos pela noção de sujeito<sup>5</sup>.

É na percepção de um lugar entre o linguístico e o social que se localiza a dualidade da linguagem. Em outras palavras, a linguagem é “atravessada por entradas subjetivas e sociais” (Brandão, 2012, p. 10). É nessa nova instância da linguagem que se localiza o discurso, ou seja, ele é o encontro entre os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos.

A concepção da linguagem, enquanto discurso, expede-se para algo que está fora da estrutura pura da língua. Esse algo é localizado no social, numa implicação cujas questões não são únicas, exclusivamente gramaticais e linguísticas, mas sim, de exterioridades culturais, sociológicas, históricas e, sobretudo, ideológicas, tornando-se manifestas nas palavras quando

---

<sup>4</sup> Para aprofundar os estudos, indicamos HALLIDAY, M.A.K. **An Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

<sup>5</sup> Para conhecer melhor, indicamos BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.



estas são anunciadas por diferentes sujeitos. A linguagem, entendida como discurso, é dinâmica e não neutra, nem inocente e tão pouco natural e evidente. Nessa linguagem está o lugar do conflito; do estratégico, o jogo de poder, da resistência, da ideologia, do domínio e, dessa maneira, não pode ser estudada fora da sociedade, pois todos os seus processos são históricos e sociais. Para Orlandi (1998 *apud* Souza, 2006, p. 15),

[...] a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais e seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.

Michel Pêcheux surge como um importante articulador e precursor da AD de linha francesa, uma vez que, por meio de suas pesquisas, foi possível concretizar essa área de estudo em *Semântica e Discurso* (1975). Pêcheux reflete a AD como uma “ruptura epistemológica com a ideologia que domina as ciências humanas (especialmente a psicologia)” (Pêcheux, 1988, *apud* Souza, 2006, p. 79). Pêcheux, no primeiro momento de suas teorizações sobre a AD, dirige-a para uma teoria não subjetiva do sujeito. Nesse sentido, o autor causa um deslocamento nas formas de análise de corpus e materialidades linguísticas.

Pêcheux, com isso, produz um deslocamento nos estudos linguísticos, na maneira pela qual a relação da língua/gem articulada com a história e a sociedade são tratadas teórica e analiticamente pelas teorias linguísticas tradicionais, sobretudo, a Semântica. Sobre a égide do Marxismo, mas não se limitando nele, o autor propõe que ultrapassemos os limites e as bases da filosofia marxista da linguagem proposta por Bakhtin. Além disso, indo para uma amplitude teórica e prática, propõe novas formas de explicações das materialidades da linguagem e dos acontecimentos.

Michel Foucault também é outro importante autor no campo discursivo. Com suas ideias e análises, faz contribuições significativas para o desenvolvimento da Análise do Discurso Francesa. Em suas observações, com a finalidade de escrever as historicidades dos pensamentos, das mentalidades de uma época, de um momento histórico dado, traz consigo a ideia de um sujeito constituído pelos diversos mecanismos sócio-históricos, culturais, institucionais e pelo exercício de poder na relação com o saber, e não com a ideia de um sujeito único, perfeito e racional que se digere e se constitui por si mesmo. O autor busca entender: quem somos nós, hoje? Por que agimos como agimos, pensamos como pensamos? Por que vivemos, falamos, existimos de uma maneira ou não de outra, assim, hoje? De tal modo, Foucault questiona e deixa de lado o sujeito universal, cartesianizado, procurando fazer uma

pesquisa que busque explicar as díspares maneiras pelas quais o sujeito unificado foi constituído e moldado em sua subjetividade por diferentes mecanismos de experimentação de exercício de poder e saber em formas específicas e diversas.

Nessa mesma lógica, a produção do saber é resultado de um conjugado de pressões, regras e relações de poder que individualizam os saberes. Alguns se tornam dominantes e aceitos, outros ficam fora da posição de verdade e aceitação, constituindo uma trama histórica de acontecimentos que permeia a história da produção e da dominância do conhecimento, mobilizados por sujeitos e instituições. Segundo Souza (2006, p. 61), para Foucault,

[...] todo conhecimento é determinado por uma combinação de pressões discursivas, institucionais e sociais. O conhecimento teórico, a própria ciência, não estaria imune a essas determinações. Alguns desses conhecimentos desafiarão os discursos dominantes e outros o aceitarão, num jogo de configurações.

A noção e o conceito de discurso para Foucault dizem respeito a um conjunto de enunciados com um agrupamento sistemático, selecionados por meio de estratégias de regulamento e distribuição de seus enunciados. Nesse sentido, Foucault busca interpretar e explicar as formas, os mecanismos e as práticas que operacionalizam os regulamentos internos e externos dos discursos, sua enunciação e seus efeitos de verdade. Esse procedimento de análise é chamado pelo autor de *Arqueologia do Saber*. O objetivo da análise é propor uma possibilidade de entendimento do motivo pelo qual certos discursos, enunciados e práticas ocupam o lugar privilegiado de posição de verdade e, a partir disso, evidenciar quais discursos ficaram de fora dessa posição, não sendo, portanto, validados e aceitos na sociedade e instituições, na atualidade.

Ressaltamos que, quando falamos em Análise de Discurso (AD), de linha francesa ou de filiação francesa, ou escola francesa de AD, inevitavelmente ficam de lado outras manifestações de estudos do discurso<sup>6</sup>. Além disso, causa uma falsa sensação de que a AD que se desenvolveu na França, entre os anos 60-80, seja a mesma que se desenvolveu no Brasil, a

---

<sup>6</sup> Além dos estudos do discurso desenvolvidos na França por diferentes perspectivas, temos entre eles, os estudos do filósofo Michel Pêcheux; do linguista e fundador do Centro de Análise do Discurso, Patrick Charaudeau; da linguista Jacqueline Authier-Revuz; do linguista Maingueneau; entre outros, demais estudos do discurso se desenvolveram em diferentes localidades. Entre os estudiosos do discurso, podemos citar Fairclough (britânico), com a linha Análise da Crítica do Discurso, Charaudeau (francês); da linha Semiologia, com Maingueneau (francês), Van Dijk (holandês), além daqueles que, mesmo não caracterizados como analistas do discurso, são considerados indispensáveis para a disciplina, entre eles os filósofos marxistas Gramsci (italiano) e Althusser (francês), o psicanalista Lacan (francês), o sociólogo Bourdieu (francês), o linguista Ducrot (francês) e o filósofo Žižek (esloveno), entre tantos outros. Sugestão de leitura: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.) **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

partir dos anos 1970. Nesse sentido, como nos aponta Maria do Rosário Gregolin (2006), limitamos nossa linha de pesquisa ao uso de pressupostos da AD desenvolvida no Brasil, a partir dos anos 1970, ou seja, aos pressupostos desenvolvidos por Foucault e Pêcheux. Não obstante, apropriaremos-nos, quando necessário, de pressupostos outros da AD, mas sempre referenciados, nessa pesquisa.

Quando nos referimos a AD, enquanto método de pesquisa, tentamos afirmar que nos apropriaremos dos procedimentos, conceitos e noções das fases arqueológica e genealógica, isto é, arqueogenealogia, apresentado por Michel Foucault, quando afirma que, para uma maior compreensão das relações de poder que constituem os sujeitos e os saberes, hoje, é necessário considerá-los dentro de um quadro histórico, chamado por ele de arqueologia. Segundo o autor, “[...] o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos” (Foucault, 2008, p. 23). Além disso, utilizaremos os conceitos de estrutura e acontecimento (1983) e memória, de Michel Pêcheux (1999, p. 49-50), quando afirma que

[...] as condições (mecanismos, processos) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória, [...] sentidos inter cruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.

Para esta análise, deslocamos o contexto histórico da obra *A Letra Escarlata* (1850) para o contexto das leituras contemporâneas, sem, no entanto, desenvolver o anacronismo. Pelo contrário, escavamos os diferentes cenários discursivos presentes na obra, para evidenciar as emergências enunciativas que permitiram alguns discursos e não outros, na sociedade. Para tanto, selecionamos trechos da obra em que os sujeitos infames manifestam sua posição discursiva, processos e atos de resistências diante das estabelecidas relações de saber-poder e práticas ideológicas dominantes. Ao mesmo tempo, articulamos, perpendicularmente, as teorias que articulam questões de gênero e problematizam o sujeito feminino. Como resultado, temos as irrupções discursivas e suas formações discursivas.

Trataremos a seguir, de alguns dos postulados desenvolvidos pela AD de linha francesa, que nos servem de aporte teórico para esta pesquisa. Esses postulados serão verticalizados na análise discursiva proposta por este corpus.

## 1.2 O Sujeito

Para a AD, o sujeito não é uma pessoa, um ser humano, um indivíduo particularizado, racional, centrado no eu, e que tem uma existência por si mesmo no mundo. Por outro lado, sujeito para a teoria do discurso, necessita dessa ideia para existir. O ser humano concreto é um dos elementos que compõe o sujeito da AD. Na AD de concepção pêchetiana, o sujeito é ideológico e historicamente constituído. Ele não está focalizado no eu individualista, mas sim na necessidade de um Outro<sup>7</sup> para que seja aperfeiçoado por meio dos fatores externos. Nessa perspectiva, segundo Fernandes (2008, p. 24), o sujeito:

[...] deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social: de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico.

Nesse sentido, no interior da AD, o sujeito não é o dono de si mesmo. O sujeito é um ser movido por impulsos inconscientes, desejos e é também alienado pela ideologia, é um ser simbólico, composto de ideologias e estabelecido sócio-historicamente e fruto das relações de poder e saber impostos pelos dispositivos disciplinares e aparelhos ideológicos do Estado na sociedade. Nas palavras de Foucault (2008, p. 107), o sujeito é “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por diferentes indivíduos”. Assim, para Foucault, o sujeito é o resultado de uma relação entre Poder e Saber. Portanto, o autor pensa em um sujeito historicizado, como um objeto historicamente constituído com fundamentos em determinações que não pertencem ao próprio sujeito. Logo, o autor propõe que a ideia de gênese na constituição do sujeito é a imposição de um exercício de poder em detrimento de construção de verdades individuais.

O sujeito vai se preenchendo e se formando na sociedade, no espaço e tempo, constituindo-se como uma substância, cuja materialidade viva e pulsante deriva dos efeitos

---

<sup>7</sup> O Outro, escrito com letra maiúscula, parte de um dos pressupostos da AD, da Psicanálise de Lacan. Para a psicanálise, o inconsciente do sujeito [é] o discurso do Outro. Em outras palavras, a língua conhecida como materna é sempre recebida de um Outro, a partir do qual podemos falar e no lugar do qual nós nos constituímos. Para Lacan, o sujeito do inconsciente é animado por um desejo que é, antes, desejo de reconhecimento que encontra seu sentido no desejo do Outro, pois necessita ser reconhecido por esse Outro. O Outro é apresentado no estádio do espelho e na apresentação do Simbólico, do Imaginário e do Real como registros que são os essenciais da realidade humana. Para saber mais, sugerimos VANIER, Alain. Lacan. Tradução de Nícia Andan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

de um poder e dos efeitos dos saberes sobre si, que perpassa todo o tecido social, as instituições e corporifica o sujeito no ser humano, controlando suas práticas reais e efetivas de existência e produção de seus discursos. Tudo quanto esse ser humano fala, a significação que produz por formas de linguagens diversas e práticas de comportamento, é o sujeito dele. Tal sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. Todo sujeito tem uma marca e uma dimensão histórica na sua constituição e é preenchido e constituído por efeitos de ideologias históricas e dominantes na sociedade. Segundo Brandão (2004, p. 59):

[...] a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, a concepção de um sujeito histórico articula-se [...] a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos outros. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo). Nesse sentido, questiona-se aquela concepção de sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam.

Não existe sujeito sem ideologia, pois o sujeito é preenchido por meio de representações ideológicas, assim, o sujeito é apenas uma marca, um movimento da ideologia. Segundo Pêcheux (1995, p. 149) “Só há prática através de e sob *uma* ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Assim, o sujeito é constituído através, também, das relações de saber-poder e verdades constituintes de sua subjetividade, na trama sócio-histórica. Nas palavras de Foucault (1979, p. 7), “É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica”. Ele não é a fonte original do seu dizer, da sua representatividade, nem da significação e do sentido, o sujeito é atravessado por outros sujeitos, o seu dizer é atravessado por outros dizeres. Segundo Fernandes (2008, p. 21), o sujeito é “constituído na inter-relação social, não é o centro do seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e são constituídos de discursos outros”. Nesse sentido, o sujeito é constituído por vozes e discursos que reverbera em seu ser e em seu meio social que captura e constitui sua subjetividade.

O indivíduo é corporificado por um sujeito que tem em si ideologias, produz e reproduz sentidos, é movido por impulsos e desejos inconscientes, é constituído na dinâmica da linguagem via aparelhos do estado, da realidade sócio-histórica e cultural na qual está inserido.

Assim, como a ideologia constitui o imaginário do sujeito pela linguagem, o sujeito manifesta essas ideologias nas práticas sociais e nos discursos que, por sua vez, materializa-se na linguagem, numa condição de ida e volta, através da linguagem, que assim, instrumentaliza o sujeito no homem. Portanto, o sujeito é muita coisa, menos dono de si mesmo. Embora tenha a ilusão de ser.

### **1.3 Discurso**

Discurso, num primeiro olhar e no senso comum, é o ato de falar em público sobre um dado conteúdo, e ainda, discurso pode ser considerado qualquer manifestação humana por meio de uma regularidade padrão de linguagem, sobretudo, de forma verbal: oral, escrita, ou não verbal, em diferentes gêneros e por diferentes suportes. Por outro lado, quando essa palavra é colocada no interior da AD e recebe um tratamento acadêmico e teórico “devemos romper com essas acepções advindas do senso comum, que integram nosso cotidiano, e procurar compreendê-lo respaldados em acepções teóricas relacionadas a métodos de análise” (Fernandes, 2008, p. 12).

Dessa maneira, no interior da AD, muda-se inteiramente seu sentido, passa a ter um olhar amplo e significativo, transforma-se completamente seu conceito e noção. Assim, são parcialmente desconsideradas todas as características citadas anteriormente. Fernandes (2008, p. 12-13) nos diz que “discurso, como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material”. O discurso, portanto, se materializa nas construções linguísticas diversas e depende delas para existir no mundo.

Discurso é o objeto de análise da teoria do discurso. Por isso, recebe um olhar exclusivo diante dos diferentes conceitos da teoria. Não há um conceito único para discurso no interior da AD e, sim, percepções e noções diferentes e aproximadas sobre ele. Isso incide pela sua complexidade qualitativa, representação semiótica, significação, abrangência simbólica e das diferentes linhas teóricas que tem o discurso como objeto de pesquisa e interpretação. Desse modo, extrair um único conceito que aborde toda sua representatividade e qualitatividade não constitui tarefa fácil. Entretanto, existem conceitos significativos abordados por diferentes teóricos da AD que nos permite ter uma lúcida percepção e compressão do discurso e seus movimentos. Para esse trabalho, limitaremos as teorizações dadas por Michel Foucault, Michel Pêcheux e outros comentadores da área.

Fernandes (2008, p. 13) assegura que “discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”. Brandão (2004, p. 11) complementa que discurso “é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. O discurso assim envolve uma substância material que atravessa diferentes signos do campo social e os modos de ser dos sujeitos, das instituições e da cultura.

Michel Pêcheux (1995) define o discurso como o meio pelo qual o sujeito da enunciação materializa a ideologia à qual pertence e que resulta da experimentação da formação social que o domina. Segundo o autor, todo discurso é reproduzido por um sujeito e todo sujeito é uma forma-sujeito constituído mediante mecanismos complexos das ideologias. É por meio da língua e das formas de linguagens que o sujeito produz sentidos, por meio da realização discursiva e, logo, também, o sujeito materializa a ideologia na qual foi e é interpelado-identificado, nas palavras de Eni Orlandi (2009, p. 17):

Partindo da ideia de que a materialização específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalho e relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa como o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

Michel Foucault (2008) define o discurso como um conjunto de enunciados que são associados a uma estrutura de saber com regras particulares e específicas que partem de uma formação discursiva constituída. Assim, apresenta uma regularidade, uma lógica e identidade própria, produz e reproduz efeitos de verdades para sujeitos e pelos sujeitos. O discurso é, segundo o autor:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso), na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (Foucault, 2008, p. 132-133).

A materialidade do discurso é possível devido aos recursos linguísticos e formas de linguagem diversas. É por meio de formas de linguagens e pela língua que os discursos irrompem, no entanto, não se limita a essas formas. Segundo Foucault,

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e o ato de quem fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008, p. 55).

O discurso, assim, não se reduz simplesmente à linguagem estruturalmente pura. O discurso, para além disso, é “[...] esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmico e estratégico em outro” (Foucault 2013, p. 19). Nessa ótica, discurso, portanto, é uma implicação de sentido construído nas relações sociais humanas, indissociável do contexto social. Tem uma representação e construção histórica, tanto quanto o sujeito que o produz, no imaginário social e na significação da realidade, que se prende e se manifesta nos textos, na língua, nas linguagens que representa um grupo, o saber, uma ideologia e o lugar no qual se manifesta, ou seja, numa formação social dada.

O discurso afigura-se como um conjunto complexo de todos esses elementos, formados na exterioridade da língua, isto é, fora dela, pois, eles estão no social, no político, nas relações de poder, nas lutas sociais, entrelaçado nas relações humanas, sociais e, a partir disso, cria uma teia que passa por todo corpo social das representações da realidade.

O discurso é discreto e necessita da superfície linguística e dos signos para aparecer, para evidenciar-se, representar-se e, assim, materializar seus efeitos de sentido e de verdade. Tem uma relação de contradição, de confronto, de relação de poder, nas lutas e conflitos sociais, movendo as estruturas sociais nas quais a sociedade civil e política se assenta.

#### **1.4 Ideologia**

O conceito de ideologia que existe e que é dominante no interior da teoria da AD, da qual se apropria, foi cunhado por Louis Althusser numa releitura feita de Karl Marx. Althusser propõe uma teoria geral da Ideologia. Nela, segundo o autor, o Estado tem todo o poder sobre a sociedade, determinando-lhe as verdades, os saberes, os signos e controlando os sujeitos por meio da repressão e da inculcação ideológica, permitindo, assim, que a classe dominada seja modelada para servir unicamente à classe dominante, e não as classes dominadas, cujos sujeitos sejam submissos e não ofereçam resistências às dominações.



Nesta perspectiva, o Estado cria e tem seus aparelhos de controles que vão agir pela inculcação da ideologia e pela força da repressão. Os aparelhos repressivos do Estado são: a polícia, governo, justiça, presídios, exército, etc. Por outro lado, existem os aparelhos ideológicos, a saber: religião, arte, mídia, estética, a família, partidos políticos, cultura, cinema, escola, entre outros, que vão agir unicamente para o inculcamento e investimento ideológico no sujeito. Segundo Althusser (1974, p. 82), “Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem”. A ideologia, assim, discursivamente, constitui o sentido de mundo do sujeito.

Tendo em vista os aparelhos ideológicos do Estado e o resultado gerado por sua prática - que é a inculcação da ideologia, Althusser levanta três teses fundamentais sobre a ideologia, segundo (Souza, 2006, p. 52):

A primeira delas é de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência. [...] os homens lidam com suas reais condições de existência por meio do imaginário. O imaginário é o conjunto de imagens, de formas simbólicas que representam a relação do sujeito com a realidade concreta.

Essas imagens simbólicas refletem e são reflexos da representação da realidade. Movimentam-se no imaginário do sujeito ao se deparar com a dinâmica virtual da realidade, controlando involuntária e inconscientemente suas práticas materiais e reais de existência, na sociedade. Impedindo o sujeito de perceber a realidade social real que o domina, pois, está sob o efeito de uma alienação e materialidade ideológica. Enquadrado, metaforicamente, em uma *matrix* na qual um exército de ideologias, isto é, *formações ideológicas*, os governa e é controlado pelos gerentes dos aparelhos do Estado, que cria a representação da realidade, enquadrando o sujeito em uma classe social dada. Segundo Pêcheux (1996):

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos, ao mesmo tempo em que, a “maneira de se servir dela” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classes aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (na luta de classes) na Ideologia (Pêcheux, 1995, p. 146, grifos do autor).

Nesse sentido, a ideologia tem uma existência material, pois, a prática do sujeito com a dinâmica da realidade é uma materialidade dessas imagens simbólicas presentes no seu imaginário, isto é, o efeito ideológico em movimento. Além disso, a ideologia se manifesta de outras formas, movimentando-se e estendendo-se para todas as esferas da vida dos homens. Nas palavras de Souza (2006, p. 53, grifos do autor):

Aquilo em que o sujeito acredita é o que o faz agir ou deixa de agir, direcionando sua vida concreta, real, material. Assim, toda prática é ideológica porque é motivada pelo imaginário, que é o real do sujeito. “Não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela” e “não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos”.

Essa ideia é a segunda tese formulada por Althusser, na qual ele afirma que a ideologia tem materialidade, os homens pensam e agem por ela e, dentro dela, determinada por ela, não há, portanto, sujeito sem ideologia, sem representações constituídas pelas imagens simbólicas presentes no seu imaginário sob a realidade. O sujeito produz-se e produz sentidos por meio dos efeitos da operacionalização das formas ideológicas imbricadas dentro de si, dentro do seu inconsciente. Segundo Eni Orlandi (2009, p. 45), o trabalho da ideologia é:

[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. [...] a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionais.

Nesse sentido, e tendo em vista a lógica da segunda tese, Althusser chega à terceira tese sobre a ideologia, na qual afirma que “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Souza, 2006, p. 53). Essa transformação advém de uma ação de reconhecimento ideológico. Para Souza (2006), os sujeitos chegam a um momento de reconhecimento e são interpelados por uma dada ideologia, de modo inconsciente, guiados somente pela força das imagens simbólicas inculcadas discursivamente em seu imaginário por meios diversos. A partir disso, o sujeito se representa por ela e também a representa. Por fim, resumindo a noção importante de ideologia para AD, Maingueneau (1990, p. 69, grifos do autor): diz que:

A ideologia é bem um sistema e representações: mas estas representações não têm, na maior parte o tempo, nada a ver com a “consciência”: elas são na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à maioria dos homens, sem passar por suas consciências.

A ideologia, por fim, é essa representação imaginária da realidade, uma deformação, uma reconstrução imaginária do real, uma significação, um conjunto de imagens simbólicas que, dispersadas pelos aparelhos ideológicos, se materializam e são vistas nas práticas sociais e discursivas do sujeito. Estas imagens se corporificam no indivíduo, regularizadas pelos aparelhos ideológicos do Estado, os quais transformam indivíduos em sujeitos. A partir de então, o sujeito passa a operar por impulsos inconscientes, materializando a ideologia, por meio do discurso e de outras práticas sociais e políticas de existência.

### **1.5 Formações Discursivas**

Segundo Brandão (2004), a noção de Formação Discursiva é um conceito caro para a Análise do Discurso. A primeira foi elaborada por Foucault (1969) e depois reelaborada por Pêcheux. “Concebida por Foucault (1969), ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas, nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de FD representa na AD um lugar central da articulação entre língua e discurso” (Brandão, 2004, p. 48). Assim, uma formação discursiva é um conjunto de enunciados pertencentes a um discurso. Dentro de um mesmo discurso – carregado sempre de representações imaginárias e simbólicas da realidade e das coisas, também, verdades e relações de poder.

Como exemplo disso, podemos citar os discursos religiosos, nos quais existem diferentes formações discursivas, a saber: o budismo, hinduísmo, taoísmo, cristianismo, entre outras. E dentro desse último, ainda temos: os judeus, os cristãos, os evangélicos e, dentro desses, os calvinistas, os luteranos, os puritanos, entre outros. São formações discursivas que implicam naturalmente diferentes formações ideológicas, pois não há discurso sem ideologia, ou seja, visões de mundo, das coisas e dos objetos diferenciadas, formas de representação social diferentes, por isso, são discursos particulares de representação simbólica e ideológica da sociedade. De acordo com Fernandes (2008, p. 39),

Podemos atestar que toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que, na Análise do Discurso, denomina-se interdiscurso. Trata-se [...] de uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais.

Essas formações discursivas se originam de outras formações discursivas e são resultados de acontecimentos marcados na história em um dado lugar social. Ou seja, os novos

discursos resultam da materialidade de ações, lutas, conflitos, de práticas de sujeitos e grupos humanos na sociedade, que resultam de outras formações discursivas, conservando alguns elementos, criando outros, causando rupturas, deslocamento de sentidos, que são os resultados de contradições e embates ideológicos entre sujeitos e instituições.

Como exemplo disso, deslocando brevemente nosso contexto histórico, podemos citar a origem da formação discursiva chamada protestantismo ou reformismo, iniciada por Lutero, cujo acontecimento histórico de publicar suas 95 teses, na porta de Igreja de Winterberg, na Alemanha, deu origem a essa formação discursiva, um novo efeito de verdade e, conseqüentemente, uma nova visão de mundo. Nesse caso, de questões religiosas, uma nova forma ideológica foi apresentada inicialmente, na materialidade linguística de suas 95 teses, em embate à formação discursiva católica dominante.

Ele instaura, assim, uma nova interpretação do cristianismo, conservando alguns elementos, formulando outros e lutando para se estabilizar, legitimar-se, organizando uma nova formação discursiva sobre a forma material nas práticas religiosas dos homens. Isso se dará por meio do discurso, dos efeitos de verdade que ele materializa discursivamente. Esse discurso formado e estabilizado, “ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em contexto situacional, ideologicamente marcado”, aponta Fernandes (2008, p. 41), tornando-se uma prática social e simbolicamente natural dos sujeitos, na sociedade, onde foram interpelados e sujeitados discursivamente.

Enfatizamos que essas transformações não acontecem naturalmente, por vontade de um indivíduo. Existe toda uma relação de poder, de forças contrárias e regras de formação que determinam o que pode ser dito e como deve ser dito em uma dada conjuntura histórica, social, política, econômico e ideológico. Nas palavras de Fernandes (2008, p. 48-49), Formação Discursiva refere-se:

[...] ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica.

Antes de uma dada formação discursiva se formar e ganhar força de representação, significação, efeito de sentindo, materialidades e práticas, existe um conjunto de acontecimentos dispersos na história, em diferentes lugares, de possibilidade de produção de um discurso, de condições de produção que um sujeito, na busca de verdades, tem acesso e,

portanto, condições de possibilidade para formar um saber, um discurso e condições de enunciabilidade. Quanto à reforma de Lutero, houve diferentes sujeitos que tentaram discursar, formular outros discursos, antes dele, o que resultou na morte de alguns. Nessas práticas, eles forneceram condições de produção para a produção do discurso de Lutero, isto é, das ideologias do momento, ou ideias de antes do momento e a dinâmica do contexto social movido por acontecimentos marcados na história, ou marcando-se na história. Essas ideologias forneceram as condições de produções e sentido para o sujeito ter condições de pensar e produzir sentidos nos seus discursos.

Essas condições de produção, por sua vez, estão intimamente ligadas com social e o pensamento de uma época. A Igreja Católica, por exemplo, eliminou diferentes sujeitos que tentaram anunciar outras ideias, outros saberes e, logo, outras formações ideológicas. Antes de Lutero, certos sujeitos tentaram anunciar discursos outros que seriam acontecimentos discursivos, materialidades de discurso, mas houve uma forma de poder que os impediram. Poderia ter havido um poder que contribuísse para sua enunciação, materialização e irrupção de uma formação discursiva, por meio de alianças políticas e/ou ideológicas, ou de conflito ideológico, antagonismos e confronto, por fim, abalar as estruturas dominantes de dominação.

Num determinado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma e entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essas organizações de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas (Brandão, 2004, p. 47).

Com Lutero, por exemplo, só foi possível porque havia alguns príncipes alemães que o protegeram, ou seja, havia uma estrutura de poder que o ajudava, bem como existia um poder que o impedia, que era o dos príncipes católicos, ou seja, havia ali, um conflito político. Podia haver também uma relação de interesse por uma estrutura de poder para permitir o aparecimento de enunciados, de uma formação discursiva para a legitimação de um discurso. No caso de Lutero, para os príncipes alemães, interessava afastamento da Igreja Católica para que eles tomassem suas terras e seu poder ideológico, político, social e econômico.

A reação dos católicos também tinha seu interesse, que era não perder sua influência política, ideológica e suas riquezas. É nesse sentido que, pelo discurso, é possível compreender e apreender as mudanças sociais e históricas que os embates discursivos e suas combinações geram, bem como apreender o processo de produção de uma formação discursiva e, de certa forma, as relações de poder e saber que contribuíram para sua unificação, legitimação, aceitação

de seus efeitos de verdade. Também, evidencia o sujeito dentro das relações de poder-saber, lutando para materializar um saber (Fernandes, 2008).

Michel Foucault (2008, p. 43), na *Arqueologia do Saber*, descreve algumas características das formações discursivas e seus movimentos, segundo o autor,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Nesse sentido, o autor afirma que fazer análise de uma formação discursiva não significa fazer uma análise de enunciados e de afirmativas. Mas sim, de definir os mecanismos que regulam o processo de formação de um discurso, definir o estudo de como historicamente se processa a formação da estrutura de discurso e de suas regras de enunciabilidade. Bem como o discurso sobre determinados temas, objetos e questões que surgem no espaço e tempo, no meio social, por acontecimentos de diversos tipos. No caso de Lutero, um acontecimento religioso, uma ruptura com mentalidade católica dominante e, logo, o aparecimento de novos enunciados e sentidos que remetem a uma formação discursiva protestante-reformista.

Foucault (2008) entende o enunciado como um átomo que pertence a uma dada formação discursiva, como uma pequena parte de algo maior, cujo efeito de verdade e significação que ele carrega remete a um discurso, a uma prática discursiva dada e definida. O enunciado tem “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que fazem com que apareçam com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, p. 98). Assim, os enunciados formam um sistema de saber que estabelece regras e tem uma lógica de regularidade e sentido dentro de uma dada prática, de formação discursiva, isto é, um sistema de formação atravessado sempre por enunciados que remete e ela, consiste como:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação e, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (Foucault, 2008, p. 86).

O conceito de enunciado é muito caro a Michel Foucault e para a proposta de análise de discurso do autor, e da AD, em geral. Em *Arqueologia do Saber* (2008), o autor faz um esforço

significativo na elaboração do conceito e da definição para assim trazer a noção do termo. Primeiro, dando toda uma explicação do que não é um enunciado, afirmando que não são elementos puramente linguísticos, signos, proposições lógicas, desenhos, imagens, porém, “o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecida todas as suas determinações: em parte, ela o constitui” (Foucault, 2008, p. 113). Esses elementos são necessários para apreender a substância única e singular do enunciado. Segundo o autor, é:

[...] inútil procurar o enunciado junto aos grupamentos unitários de signos. Ele não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem. Mas se as faz existirem, é de um modo singular que não se poderia confundir com a existência dos signos enquanto elementos de uma língua, nem tampouco com a existência material das marcas que ocupa um fragmento e dura um tempo mais ou menos longo. É esse modo singular de existência, característico de toda série de signos, desde que seja enunciada, que se trata agora de questionar (Foucault, 2008, p. 99).

Com essa mesma ideia, Michel Pêcheux (1995) elabora o conceito de formação discursiva derivada da mesma noção de Michel Foucault e acrescenta o conceito de ideologia. Formula o conceito de formação ideológica, que é uma instância inseparável e própria de uma formação discursiva. Segundo o autor, a relação da formação discursiva com a formação ideológica tem esse efeito:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (Pêcheux, 1995, p. 160, grifos do autor).

Desse modo, toda formação discursiva e todo discurso tem neles, imbricada, uma formação ideológica que remete sempre a uma formação social dada com sujeitos que a mobilizam, assim, “Em um discurso [...] não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado no e pelo funcionamento discursivo” (Orlandi, 1987, p. 125). Nessa lógica, todo discurso e toda formação discursiva carregam em si, uma ideologia. “Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas” (Brandão, 2004, p. 47). Uma formação ideológica pode ser entendida como um conjunto de representações que o sujeito produz, reproduz e incorpora

na e sob a formação social na qual faz parte, na posição de classe na qual vivencia, na experimentação social.

Se dessa forma considerarmos, “Cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (Pêcheux, 2011 [1971], p.73). Assim, essas formações ideológicas são o que produz a materialidade do efeito de sentido por meio de um discurso, de enunciados determinados sempre no espaço e no tempo de uma determinada formação social, cujas representações e discursos são mobiliados pelos sujeitos interpelados por uma dada formação ideológica na qual se organiza aquilo que pode e deve ser dito, de tal e tal maneira, com tais enunciados, regras e efeitos desejados que reverberem nos sujeitos e numa formação social dada.

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é sua relação com a formação ideológica. Assim podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico (Orlandi, 1987, p. 132).

Resumindo, todo contexto oferece certas condições de produção de um discurso, de enunciados. Essas condições se possibilitam por alguns fenômenos, que vão desde as relações de poder e saber, das ideias que circulam num dado momento histórico e social e de uma formação social, suportes que materializa os textos, de modo geral. A formação e a legitimação de discurso passam por um complexo processo de determinantes, de uma vontade de um sujeito que, com uma percepção, quer materializá-la num contexto social, mas, ainda sim, dentro das relações de poder, de confronto de classes e de regras que possibilitam a materialização de um discurso; bem como, ao mesmo tempo, a não materialização de um discurso, de enunciados que remetem a uma dada formação discursiva.

## **1.6 Poder e saber**

A noção de poder e saber são de extrema importância para a Análise do Discurso. São noções que têm uma grande significância para o desenvolvimento das análises. Os dois vocábulos apresentam perspectivas diferentes nas teses dos dois autores, Michel Foucault e Michel Pêcheux. Para Pêcheux, baseado em Althusser (1971), o poder está concentrado



somente na superestrutura (Estado-político-jurídico). Tal poder controla todas as produções dos discursos e os efeitos ideológicos que serão cristalizados nos sujeitos de uma dada sociedade, ou seja, a superestrutura controla todo o sistema de pensamento humano, por meio da linguagem, com que atuará ao seu favor nas práticas sociais.

As ideologias são distribuídas pelos aparelhos ideológicos do Estado nos quais todo indivíduo deve passar e experienciar para ser modelado, constituindo-se em sujeito por meio da ideologia, cujo objetivo é manter o poder da classe dominante sobre a classe dominada, na sociedade de classes política e economicamente determinadas e organizadas.

As classes sociais, assim, constituídas, mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser denominou IEA<sup>8</sup>. Realidade complexa, os IEA “colocam em jogo, práticas associadas a lugares ou relações de lugares que remetem à relação de classe” (Brandão, 2004, p. 47). Nesse sentido, as práticas materiais e de produção discursiva dos sujeitos e, conseqüentemente, a reprodução ideológica, serão vigiadas pelos aparelhos repressivos do Estado, que irão exercer um poder coercivo na sociedade sobre o sujeito, a fim de manter os sujeitos reproduzindo o que os aparelhos ideológicos os impõem.

Para Foucault (2008) os saberes são constituídos, produzidos e reproduzidos por meio de práticas discursivas que operam o discurso sobre os objetos e as coisas. Permitindo e legitimando o sujeito a tomar posição e falar deles. O sujeito não só é constituído pelo saber, como também é o sujeito desse saber. Um saber está sempre escoltado de um poder que o legitima como uma verdade, que o regula, e que será cristalizado e dispersado por meio de instituições e sujeitos numa dada sociedade, onde será conservado e todos o aceitarão como uma verdade. “O poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p.31). Um saber é diferente de um conhecimento, pois esse não é acompanhado de um poder para lhe dá crédito e, assim, pode facilmente desaparecer, pois não há poderes que o legitimem e que o aceitem como verdade, segundo Michel Foucault, o saber pode ser definido da seguinte maneira:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico [...]. Um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se

---

<sup>8</sup> Os Aparelhos Ideológicos do Estado consistem numa forma, prática complexa e institucional de projetar e conservar Ideologias para mantê-las numa posição dominante na sociedade e manter um mecanismo de dominação ideológica. Assim, os aparelhos tendem a organizar nossas práticas sociais, nossas práticas de existência e instrumentalizar uma cultura, nossas fantasias, percepções, etc. Essas práticas ideológicas são incorporadas discursivamente e através de diversas formas de exercício de poder (Althusser, 1970).

ocupa em seu discurso [...]. Um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]. Finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (Foucault, 2008, p. 205-206).

O saber, assim como o poder, esteia-se nas relações sociais, transita pelos sujeitos e instrumentaliza sua individualidade, na mesma forma de sua própria individualidade, através do exercício do poder, das formas de saber com seus efeitos de verdade. Foucault entende o poder-saber e sua relação com a sociedade e o sujeito como algo intimamente interligado:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (Foucault, 1995, p. 235).

O poder sempre tem em si, um saber. E o saber sempre tem em si, com ele mesmo, um poder. O próprio saber, em si mesmo, tem seus poderes, porque produz efeitos de verdades e são aceitas pela sociedade, pelos sujeitos e são institucionalizados. Tornando-se responsáveis pela consolidação dos sujeitos e pela constituição de subjetividades e são aplicadas por meio de tecnologias e dispositivos de exercício de poder. São formas estratégicas de gerenciamento e administração do homem existente na sociedade.

Esse poder que organiza uma dominação geral, exerce-se de forma complexa e singular por meio de instituições e se expande pelas relações sociais que modelam os indivíduos controlando seus corpos, desejos, percepções, prazeres, discursos, seus pensamentos, fantasias, suas ações e condutas. O Poder constituiu sujeitos obedientes, úteis e uniformes prontos para atuar na sociedade de acordo com o sistema político, histórico, social e econômico de uma época. Segundo Gomes (2009, p. 32),

Foucault busca compreender como o sujeito é constituído mediante a ação do poder. Saliente-se, no entanto, que Foucault tem uma concepção dinâmica, descentralizada e positiva do poder. O poder é dinâmico porque está em constante transitividade no corpo social; é descentralizado não porque tem o Estado como seu espaço único de manifestações, mas ao contrário, manifesta-se nas mínimas relações sociais (família, relação professor alunos); é positivo porque produz sujeitos dóceis, disciplinados, sistemáticos.

Na ótica de Foucault, o poder não é unicamente de um ser ou somente do Estado como no panorama marxista. O poder está num constante movimento onipresentemente nas relações sociais. Ele está em diferentes segmentos da sociedade e nas relações cotidianas humanas como, por exemplo, o poder de um pai sobre o seu filho, do professor sobre o aluno, do Estado sobre a sociedade com suas leis e políticas que estão sempre atuando na subjetivação dos sujeitos, na regulação e dispersão dos discursos. O poder sempre carrega com uma lógica de saber com seus efeitos de verdade que, por sua vez, exerce poder sobre o sujeito, modela a subjetividade e consequentemente, disciplinando-os a fim de cumprir as demandas da ordem social, política e econômica.

Nesse sentido, mantém os sujeitos na ordem dos discursos e das formas de poderes dominantes da sociedade que são mantidos e alimentados pelas formas de tecnologias racionalizadas de exercício de poder. Assim, a relação poder e saber se articula de tal forma que instrumentaliza um *regime de verdade*, uma lógica que, por sua vez, controla e organiza toda a sociedade, os sujeitos, as instituições e as práticas de discursos. O poder é multidirecional, transita em pequenas e de múltiplas maneiras por todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, “O poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1979, p. 248). É o que se entende por *microfísica do poder*, pois ele coordena as mais sutis e pequenas relações sociais nas quais se exerce, transita, distribui e organiza os sujeitos.

Após o processo de assujeitamento, normalização e individualização, os sujeitos vivem de acordo para o que foi disciplinado pelos dispositivos de poder e saber, sendo vigiados e punidos. No meio desse processo, também o sujeito vive numa busca de si, faz uma arqueogenealogia de si mesmo e, constantemente tenta reconstruir sua subjetividade. Não só buscando uma relação ética de existência consigo mesmo, mas também criando uma prática de resistência contra as estruturas de poder-saber, sobretudo, as que se exercessem de forma mais evidente e opressiva sobre sua subjetividade ou sobre outras, na sociedade.

Por fim, ir contra esses saberes e poderes e contra o *regime de verdade* estabelecido, pode gerar conflitos na sociedade. Levando os sujeitos a serem supliciados se forem contra tais verdades constituídas. Por isso, numa sociedade, existem mecanismos de controle de produção e dispersão de discursos, para assim, também, proteger a estrutura do discurso e das formas de existência dominantes. Segundo Foucault (1996, p. 08-09):

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos

que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.

Para Foucault (2008), discursos são os saberes estruturados e determinados por meio de conceitos, com práticas próprias e com os seus objetos de estudo. Nasceram de dadas condições sócio-históricas de produção e de relações de poder, havendo sempre, por trás de um discurso, algo muito mais complexo do que somente a relação entre as palavras e as coisas. As palavras remetem e se referenciam a certas coisas se constituem em uma criação histórica, social e de relação poder que se torna única, num dado momento, mas considerando que essa relação não é tão simples. O autor, assim, busca evidenciar o jogo de poder nas palavras, no discurso e nas coisas para as quais elas remetem e significam. Foucault (2008, p. 54-55) ressalta que:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfizeram os laços, aparentemente tão fortes, entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.

Assim, a análise discursiva de Foucault interessa em determinar, descrever, interpretar quais são as condições de produção histórica para a existência de um dado saber, quais os mecanismos de exercícios de poder que o legitimaram, como esses poderes e saberes atuam na constituição do sujeito e das subjetividades. Saber, Poder e Verdade estão sempre caminhando juntos. Eles são a “tríade que transpassa os sujeitos por meio das práticas discursivas e não discursivas e lhes imprime uma identidade para um dado momento histórico” (Gomes, 2009, p. 39). Assim, a identidade do sujeito muda sempre que as novas formas de existência social do homem mudam e as relações de poder e saber se transformam e atualizam.

Os conceitos de discurso, formação discursiva, ideologia, sujeito, poder, saber e a relação de poder-saber, bem como outros conceitos e noções da Análise de Discurso serão retomados, no decorrer da textualização dessa dissertação, para devida discussão e sempre serão referenciados para compreender outras noções nas quais esses conceitos são bases relacionais para a compreensão de outros.

No próximo tópico, iremos falar sobre gênero, feminismo e como sócio-histórico e politicamente, o discurso feminista interpreta os sentidos, ideologias, saberes e os poderes como mecanismos de construção do comportamento do sujeito feminino e da sociedade, levando em relação os pressupostos teóricos da AD apresentados.

## 1.7 Gênero e Feminismo

É importante falarmos sobre gênero para assim problematizar discursivamente, na nossa proposta de análise, uma vez que o nosso estudo se focaliza nas evidências de como a constituição do sujeito feminino se realiza, como é caracterizado na obra e como se mantém a dominação do sujeito, referente aos acontecimentos com a personagem Hester Prynne. Para isso, é necessário fazer um estudo histórico e conceitual sobre as teorizações importantes em que se colocam os estudos de gênero e sobre o sujeito feminino, sobretudo, as interpretações feministas dos termos.<sup>9</sup>

Para a Análise de Discurso, o sujeito é constituído sócio-historicamente num dado espaço social com uma grande influência da cultura, das relações sociais, da atuação dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, das relações de poder e saber que o sujeito experienciou em toda sua trajetória de existência em uma sociedade dada. A atuação desses mecanismos de poder, que constituem o sujeito, opera de acordo com a necessidade e condições de uma época, constituindo sujeitos para atuarem em um determinado momento histórico e social. Portanto, o sujeito é moldando e disciplinado para atuar nesse momento, pois é um sujeito ideológico marcado pelas formações discursivas dominantes de sua época.

Em meio à operação dessas relações de poder em que o sujeito se constitui, o sujeito, operando sobre elas, vai formando continuamente sua subjetividade, tentando resistir e cuidando de si. Essa visão, como vimos, é pensada por Michel Foucault, teorizando e analisando que o sujeito vai se moldando atravessado pela história, pelo social, por influência de acontecimentos externos determinados. Assim, enquanto o sujeito existir, ele está

---

<sup>9</sup> Quando falamos “interpretações feministas”, queremos dizer que o feminismo, nesse trabalho, será o discurso do feminismo da mulher branca, ocidental, europeia, de classe média ou alta, instruída e heterossexual. Nesse sentido, outras correntes teóricas do feminismo ficam de lado, por um momento, como por exemplo: feminismo marxista, feminismo negro, feminismo liberal, feminismo interseccional, feminismo radical, anarcofeminismo, feminismo pós-colonial, ecofeminismo, feminismo lésbico, feminismo revolucionário, feminismo cristão, feminismo indígena, por fim, e os novos feminismos que representa mulheres específicas, e que não cessam de irromper discursivamente, na contemporaneidade, que alguns estudiosos interpretam como a “quarta onda do feminismo” (Matos, 2014), que pratica um movimento com vista à institucionalização das demandas reais e imediatas das mulheres e dos feminismos. Sugestão de leitura: **Feminismos em movimento** organizado por Camila Galetti e Jéssica Melo Rivetti – Belo Horizonte: Editora Laus, 2023. GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2ª Edição. 2018. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p. MATOS, Marli. **Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. In: **Encontro anual da ANPOCS**, 2014. Anais. Volume 48. Caxambu, 2014. p. 1-20.

ininterruptamente modificando e adaptando sua forma de atuar e de se manifestar na sociedade, ou seja, em sua subjetividade, transfigurada pelo exercício de poder que circula pelos indivíduos na sociedade.

Nesse sentido, numa premissa básica, falar de gênero é pensar na camada social e cultural na constituição dos sujeitos masculinos e femininos da espécie humana, na sociedade. Assim, esses discursos que interpretam o conceito de gênero objetivam fazer a “[...] busca dos significados das representações do feminino e do masculino, das construções culturais e históricas das relações de gênero” (Souza, 1991, p. 187). De tal modo, busca entender os signos, as ideologias e as relações de poder que constituem o sujeito feminino e masculino. Portanto, tratam-se de mecanismos simbólicos e culturais de representação socio-histórica da constituição social dos papéis e da identidade de gênero, nas práticas sociais que essa construção determina.

O gênero, segundo Saffioti (2015, p. 47), “[...] é a construção social do masculino e do feminino”, ou seja, a forma de o sujeito manifestar-se, expressar-se na sociedade, a ideia de ser homem e mulher é uma construção da sociedade. É uma construção histórica e social. Ao nascer, o sujeito é colocado numa caixa específica de símbolos culturais e lá, há os objetos, condutas, práticas, símbolos, ideologias, saberes e, ao feminino ou masculino, são direcionados discursos de representação do que são esperados para cada sexo. Se for menino, por exemplo, a caixa será azul; se for menina, a caixa será rosa. Vai haver pelo lado cultural e social todo um investimento comportamental esperado para cada sexo. No entanto, nem sempre o sujeito se identifica com a caixa, e o resultado disso é um olhar discursivamente patológico da sociedade para os sujeitos que não seguem os padrões de identidade de gênero esperados. Sendo homem ou mulher, necessita, portanto, de disciplina, punição, correção.

Para Haraway (1995, p. 221) “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”. Não constitui apenas uma categoria, mas também conceito para problematizar a naturalidade da relação social e as relações de poder entre o masculino e o feminino. Interpretar a condição social da mulher, do homem e a relação de poder de um sobre o outro e os efeitos do poder da sociedade e instituições na constituição social dos sexos em representações de gênero. Assim, esses estudos sobre a relação social, entre os sexos busca a interpretação das formas de dominação, opressão e constituição do sujeito, visando a uma ética de equilíbrio para afrouxar, de certa forma, as relações entre os papéis sociais de gênero e a dominação historicamente construída que se exerce sobre os sexos.

Nesse sentido, para o discurso feminista branco, essa constituição social do sujeito feminino produz uma desigualdade histórica e social. Ele busca analisar o lado cultural e histórico dessa construção baseada no conceito qualitativo de gênero. Sobre o termo gênero, Saffioti (2015, p. 47) nos afirma que:

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos com grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas as relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc.

Esse excerto diz muito sobre a amplitude dos estudos de gênero, sua abrangência de estudo, significado qualitativo, toda sua representatividade enquanto categoria para análises sociais e históricas. Percebe-se, assim, a dimensão conceitual e de representação, no que diz respeito à forma e à prática do sujeito nas relações sociais e na forma pela qual os homens-mulheres, mulheres-mulheres, homens-homens atuam, expressam-se, manifestam-se, movimentam seus corpos, seus pensamentos, fantasias e temperamentos como uma construção social, cultural, histórica, simbólica, institucional e exercício de poder-saber.

O resultado dessa amplitude são divisões no estudo. Assim, cada campo estuda, defende uma visão teórica e conceitual da representação do termo gênero dada sua complexidade e, além disso, porque é uma categoria ainda nova, recente, que tem sido bem recebido na academia (Saffioti, 2015).

Segundo Saffioti (1999), os primórdios do conceito de gênero, pré-científico, vieram emergir a partir da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, na qual a autora faz toda uma análise da condição e constituição do sujeito feminino, desde o nascimento, infância, etc. na sociedade de sistema patriarcal na qual vai incorporando os jeitos de ser feminino na subjetividade por diferentes meios de incorporação de signos civilizatórios de feminilidade que constroem seus modos de existência. Segundo a autora:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo com o Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre

meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (Beauvoir, 1967, p. 09, grifos da autora).

A autora evidencia, assim, que o ser mulher<sup>10</sup> é uma construção social, histórica e não uma determinação biológica, psicológica, religiosa e antropológica. Saffioti (1999), ao estudar a análise da autora, faz a seguinte afirmação sobre como a autora contribuiu significativamente com a fundamentação e consolidação do conceito de gênero e dos estudos e interpretações feministas:

A mais famosa frase de *O Segundo Sexo* é, inegavelmente, “On ne naît pas femme, on le devient” (Ninguém nasce mulher, torna-se mulher). Exegetas críticas(os) deste livro tendem a encontrar em *O Ser e o Nada* a explicação filosófica para seu significado. Não é meu caso. Creio que aí reside a manifestação primeira do conceito de gênero. Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade. Evidentemente, Beauvoir não possuía o arsenal de conceitos e teorias com que contamos na atualidade, mas se dirigiu certeira ao ponto essencial. Foram-nos necessários três decênios desde a primeira formulação do conceito de gênero para construir este acervo (Saffioti, 1999, p. 60, grifos do autor).

Sendo, portanto, gênero, a construção social do sujeito feminino e masculino, o discurso feminista entende que, esse processo de construção se deu por uma forma de exercício de poder e de práticas ideológicas da sociedade de sistema patriarcal nos quais discursivamente o sujeito feminino é construído para posições sociais de inferioridade, de silenciamento e de opressão pelo homem. Ao fazer uma historicização da condição da mulher, desde as sociedades primitivas, Beauvoir (1967, p. 97-98) afirma:

---

<sup>10</sup> Quando falamos mulher, com letra minúscula, queremos afirmar que estamos nos referindo às mulheres específicas, às mulheres em múltiplas formas de ser, da vida real, constituída em localidades específicas. As mulheres de uma classe, de uma cor e raça, de um nível alto ou baixo de instrução acadêmica, inseridas nas relações de poder e dominação ideológicas específicas na cotidianidade de suas existências sociais. As mulheres, portanto, como sujeitos sócio-históricos em sua multiplicidade. Em oposição a isso, rejeitamos a ideologia da idealização que constitui a Mulher, com letra maiúscula, que nos discursos feministas, caracteriza-se por uma crítica à representação ideológica de uma Mulher única, ideal, perfeita, com uma essência pura, simples e submissa. A Mulher com um objeto, com uma representação universal do sujeito feminino, geralmente, constituída por um discurso filosófico mítico-metafísico-idealista e primitivista que se materializa por uma ideologia religiosa, conservadora, patriarcal, tradicionalista e androcêntrica., etc. Para esse trabalho, nos referimos a mulher branca, ocidental, europeia, heterossexual, padrão, de classe média ou alta e instruída academicamente. Sugestão de leitura: LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: ANDRE, Lor [et al.]; **Pensamento feminista: conceitos fundamentais / organização** Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 114-149.



[...] O triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. "Os homens fazem os deuses; as mulheres adoram-nos", diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei. É possível, entretanto, que, se o trabalho produtor tivesse permanecido à altura de suas forças, houvesse a mulher, realizado *com* o homem, a conquista da Natureza. A espécie humana ter-se-ia, então, afirmado contra os deuses através dos indivíduos de ambos os sexos. Mas a mulher não soube tornar suas as promessas da ferramenta. Engels só explica incompletamente essa decadência. Não basta dizer que a invenção do bronze e do ferro modificou profundamente o equilíbrio das forças produtoras e que com isso se verificou a inferioridade da mulher; essa inferioridade não é suficiente em si para explicar a opressão que suportou. O que lhe foi nefasto foi o fato de que, não se tornando um companheiro de trabalho para o operário, ela se viu excluída do *mitsein* humano. O fato de a mulher ser fraca e com capacidade inferior de produção não explica a exclusão. Nela, o homem não reconheceu um semelhante porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e de pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida. Desde que não a adotava, desde que a mulher conservava a seus olhos a dimensão do *Outro*, o homem só podia tornar-se seu opressor. A vontade masculina de expansão e domínio transformou a incapacidade feminina em maldição.

Para o discurso feminista, a divisão social, ideológica e o estabelecimento das relações de poder que se observam, hoje, relacionados aos papéis e comportamentos esperados para cada sexo, produzem uma grande desigualdade e desequilíbrio na balança da participação social, no que diz respeito ao acesso de recursos, à atuação afirmativa, à manifestação social e política entre os homens e as mulheres. Para as mulheres, tais diferenciações irrompem a partir do estabelecimento, desenvolvimento e aprimoramento das sociedades de sistemas patriarcais.

Pouco a pouco, o homem mediatizou sua experiência e, em suas representações como em sua existência prática, triunfou o princípio masculino. O Espírito superou a Vida; a transcendência, a imanência; a técnica, a magia; e a razão, a superstição. A desvalorização da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era de seu valor positivo e sim de sua fraqueza que ela tirava seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais: o homem escapa de seu domínio quando se liberta da Natureza (Beauvoir, 1970, p. 95).

O sistema patriarcal foi/é um dos grandes percussores para o desenvolvimento dessa divisão, bem como para a sua perpetuação. Historicamente, o desenvolvimento dessa divisão,

deu-se a partir dos contatos e dos limites de trocas, do estabelecimento da agricultura e a necessidade de reconhecimento dos filhos pelo pai para dar continuidade à atividade econômica do patriarca.

Segundo Stearns (2012), em *História das relações de gênero*, antes do estabelecimento das primeiras sociedades com formas dos primeiros conceitos de civilização e do sistema patriarcal, havia uma forma aprimorada de total igualdade de papéis sociais entre os sexos. Depois, passou a existir a desigualdade nos papéis. Um dos motivos para a passagem da igualdade para desigualdade, segundo Stearns (2012), ocorreu no momento no qual, os seres humanos, que sobreviviam da caça e da coleta, passaram a sobreviver da agricultura. Segundo Stearns (2012, p. 31),

À medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero - relações entre homens e mulheres, a determinação dos papéis e definições dos atributos de cada sexo - foram tomando forma também. Por fim, essa evolução haveria de se entrelaçar com a das civilizações. O deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. [...] A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino.

O estabelecimento dessa nova forma de se organizarem economicamente promoveu também uma hierarquia nos papéis para cada sexo. A mulher antes contribuía significativamente com a economia e gerava poucos filhos. Assim, a taxa de natalidade era baixa, pois, a mulher também contribuía economicamente, não tinha muito tempo para cuidar da casa e dos filhos. Com a agricultura, a contribuição econômica da mulher foi mudada, assim, a taxa de natalidade tornou-se alta e a mulher passou a se dedicar às atividades dentro de casa e dos cuidados das crianças. Para Stearns (2012, p. 32).

Essa foi provavelmente a razão principal de os homens assumirem a maior parte das funções agrícolas, já que a maternidade consumia mais tempo. Dessa forma, a vida das mulheres passou a ser definida em termos de gravidez e cuidados com as crianças. Era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo.

Nesse sentido, ocorreu também mudança de ações e determinações de papéis sociais para cada sexo. A mulher que antes atuava ativamente contribuindo economicamente passou a se localizar nas tarefas da casa e educação das crianças. O que o sistema patriarcal fez foi investir extremamente nessa nova forma dos seres humanos viverem socialmente, criando

dispositivos de controle e de distribuição de saberes, instituições e ideologias nas quais a desigualdade entre os sexos foram se perpetuando cada vez mais, criando ideologias e uma cultura na qual a mulher cada vez mais se tornou excluída e menos participativa em outras esferas da sociedade. Tornou-se um ser cujas potencialidades foram ideologicamente limitadas e subjetivadas para as mulheres serem exploradas e dominadas dentro do lar. Segundo Stearns (2015, p. 33),

Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público. O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso. Muitas mulheres ficaram tão intimidadas e isoladas pelo sistema que formas de protesto se tornaram improváveis – embora algumas mulheres pudessem obter certa satisfação em manipular seus maridos e filhos ou em dar ordem a mulheres inferiores no ambiente doméstico.

A relação de poder impõe a fragilidade para mulheres e os saberes de especialização dos deveres domésticos e a educação dos filhos são exclusivos para o papel social do sujeito feminino. Nesse sentido, como afirma Saffioti (2015), o sistema cujo exercício de poder e suas ideologias estrutura e organiza uma cultura de dominação-exploração e exploração-dominação das mulheres vem atuando por milênios e milênios. Algumas mulheres até sentem contentamento por essa exploração. Outras, por sua vez, que resistiram a essa ideologia de inferioridade e à hierarquia masculina, que não se conformaram com essa dominação-exploração, começaram a protestar, lutar por mais direitos, respeito e participação na sociedade para além do cárcere do lar, pois começaram a lutar contra o sistema patriarcal para desmascará-lo e reconfigurá-lo dialeticamente.

Nesse grupo, encontram-se os sujeitos feministas, constituídos pelos saberes feministas, que apresenta as mulheres em suas diversidades de ser, através de movimentos com caráter político, ideológico e social que luta por igualdade sociocultural entre os sexos e, conseqüentemente, igualdade entre as relações e a ideologia de papéis determinado historicamente para cada sexo. O feminismo é, segundo Bairros (1995, p. 462),

[...] o instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e de hierarquia que impacta mais negativamente sobre as mulheres. É a lente através da qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente.

Os feminismos produzem um discurso e uma prática de luta política das mulheres no interior de sociedades com sistema patriarcal. Nas teorias feministas, o patriarcado é

interpretado como um sistema de organização desonesto da sociedade que cristaliza e reforça discursivamente papéis, fantasias e temperamentos de gênero e, com isso, cria também, um sistema cultural de opressão e violência simbólica para as mulheres e também para os homens. As interpretações feministas investem em evidenciar como os mecanismos de exercício de poder da dominação masculina sobre as mulheres se manifestam nas práticas sociais, analisando e caracterizando o patriarcalismo como uma construção histórica e social que produz construção e opressão de gênero. Esse sistema pode ser superado, evidenciado por meio de discursos críticos e através de práticas sociais e políticas de lutas e resistências. Os discursos feministas propõem, assim, uma nova configuração social para homens e mulheres, além de uma intervenção positiva nos papéis sociais entre ambos com uma modificação da relação de poder na cultura hierarquizada dos sexos. Nas palavras de Alves de Pintanguy (1985):

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tem que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a efetividade, a emoção, ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, esfera familiar, etc... (Pitanguy, 1985, p. 9-10, grifos das autoras).

Historicamente, há ecos de registros que fizeram reverberar os primeiros enunciados da formação do discurso feminista, embora sejam poucos e raros. Segundo Alves e Pitanguy (1985), os primórdios de enunciados do discurso feminista registrados com uma força significativa e reverberação remontam ao século XIV. Com autoria de uma escritora francesa, Christine de Pisan, uma mulher e poetisa contratada pela corte, de acordo com Pitanguy (1985, p. 18), “Pode ser considerada como uma das primeiras feministas, no sentido de ter um discurso conscientemente articulado em defesa dos direitos da mulher. Polemizou com escritores de renome na época, defendendo a igualdade entre os sexos”. Pisan afirmava, ainda, a igualdade da mesma educação e de acessos iguais pelos meninos e meninas.

A luta das mulheres torna-se mais sólida politicamente a partir do século XVIII, na França, com a emergência das ideias da revolução francesa na qual a mulher lutava lado a lado com os homens. No entanto, não viam as conquistas políticas emanciparem o seu sexo, sobretudo no direito e na ética da igualdade e da liberdade, muito bem fixados pelo discurso da Revolução. Mas, ainda assim, é um marco histórico importante para a luta das mulheres. Nesse momento, surgem também inúmeros documentos escritos que analisam a condição da

mulher que dissertavam sobre temas de “trabalho, de desigualdade legal, da participação política, da prostituição” (Pitanguy 1985, p. 32). As mulheres iam à Assembleia exigindo mudanças nas instituições legais que submetem o sujeito feminino ao domínio masculino. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p. 32),

É nesse momento histórico que o feminismo adquire característica de uma prática política organizada, reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que, ao contrariarem o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher.

O século XIX, também, é um momento de grande transformação para a sociedade com a irrupção do sistema capitalista na fase industrial, que exigia grande massa de trabalhadores. Sobretudo, para a condição da mulher e suas lutas que protestavam por melhores condições de trabalho, salários, qualificações e direitos. Assim, “Por meio de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública” (Pitanguy, 1985, p. 32). Esses momentos de luta e resistência cominariam no acontecimento histórico que marca, em Nova Iorque, a data 8 de março de 1857, quando as lutas das mulheres as fizeram enfrentar a opressão e a violência da polícia, nas greves de que elas participavam.

Ainda nesse século, o movimento sufragista gera mudanças significativas para a classe trabalhadora. No entanto, as mulheres ficaram de fora, tendo assim, que lutar pelo próprio sufrágio feminino, o que mobilizou até 2 milhões de mulheres no seu pico.

Foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. Prolongou-se nos Estados Unidos e na Inglaterra, por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da constituinte de 1891 (Alves e Pitanguy, 1985, p. 32).

Esses momentos históricos e esses registros gerais, mesmo que poucos marquem, valorizam, significativamente, a história das mulheres, das lutas, conquistas de direitos de trabalho e acesso à educação, resistências e vozes que constituem o discurso feminista. Na continuidade dessa história, o momento mais significativo da mentalidade feminista (branco) e no qual ganha mais força, sobretudo de produção acadêmica e intelectual, é no século XX.

Segundo Alves e Pitanguy (1985), os movimentos feministas surgiram com maior força no século XX, nos anos 1960, nos Estados Unidos. O movimento objetivou debater, discutir e, também, reivindicar mais direitos para as mulheres e igualdade entre os sexos. E assim, sair do

lugar de vítima e das mais diferentes formas culturalmente veladas de opressão na sociedade capitalista e patriarcal. Conscientes das desigualdades, da opressão e discursos que reforçam os estereótipos, o movimento feminista se baseia em recriar e refazer a história da rejeição, hierarquicamente, determinada pela qual as mulheres passaram e passam nas sociedades patriarcais.

Igualmente, houve uma grande produção intelectual crítica sobre a atuação passiva, a condição das mulheres e as construções de estruturas ideológicas de seus papéis de gênero na sociedade. Criando, assim, uma nova forma de pensar, analisar e interpretar as mulheres no mais íntimo da constituição da sua subjetividade por meio de mecanismos socioculturais e institucionais, objetivando libertá-las, de certa forma, do discurso dominante e alienante, repleto de interdições e mitos determinantes sobre elas em diferentes dimensões. Autoras como Simone Beauvoir com o livro *Segundo o Sexo*, em dois volumes; *A mística feminina*, de Betty Friedan, e *Política Sexual*, de Kate Millett, são obras que influenciam exponencialmente nos discursos, na mentalidade e nas práticas feministas. Segundo Saffioti (1999, 1985, p.163, grifos da autora),

*O Segundo Sexo* influenciou sobremodo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Desta sorte, des-re-construiu – e continua a fazê-lo em áreas do planeta onde penetrou recentemente – o feminino e, por via de consequência, o masculino. E... tudo começou com *O Segundo Sexo*. Hoje, estamos no gênero, terreno no qual “on ne naît pas femme, on le devient.

Segundo Alves e Pitanguy (1985), Simone Beauvoir se evidencia como a mulher que aprende sua condição, e evidencia como a mulher experimenta e incorpora preceitos, segundo as condições nas quais está historicamente inserida e conjecturada, buscando evidenciar como as mulheres foram historicamente definidas pela mentalidade masculina.

[...] Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: entenderam criar um campo de domínio feminino — reinado da vida, da imanência — tão-somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade. Uma perspectiva existencial permitiu-nos, pois, compreender como a situação biológica e econômica das hordas primitivas devia acarretar a supremacia dos machos. A fêmea, mais do que o macho, é presa da espécie; a humanidade sempre

procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal. É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver a vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher. Cabe-nos ver agora como essa situação se perpetuou e evoluiu através dos séculos. Que lugar deu a humanidade a essa parte de si mesma que em seu seio se definiu como o Outro? Que direitos lhe reconheceram? Como a definiram os homens? (Beauvoir, 1970, v.2 p. 85-86)

Com esses questionamentos, no capítulo *História*, da obra, a autora apresenta um estudo extenso e significativo da condição da mulher e como, historicamente, o sujeito feminino foi se constituindo. Aborda também os lugares que ela ocupou historicamente em diferentes sociedades, sobre os mitos, fatos e crenças que moldam a representação histórica da mulher. A obra torna-se assim significativamente e a principal referência intelectual que constitui os movimentos e o discurso feminista no que condiz a problematização e análise da condição da mulher na sociedade atual, alcançando uma influência expressiva.

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que elas sofrem durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, o feminino, transformando em objeto, e visto através do sujeito. A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco na medida em que delineia os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir de década de 60. É assim que Betty Friedan, apoiando-se nos postulados teóricos de Beauvoir, recolhe nos Estados Unidos, uma série de depoimentos de mulheres de classe média que corresponderiam ao ideal de “rainha do lar”. Neste trabalho, publicado sob o título *A Mística Feminina*, detecta o que chamou de “o mal que não tem nome” e que se traduziria por uma frustração constante e indefinida (Alves e Pitanguy, 1985, p. 52, grifos das autoras).

Ao questionar o porquê de as mulheres sentirem essa frustração, a autora conclui que é sobre o papel tradicional imposto para a mulher, mesmo essas sendo sujeitos com nível cultural e acadêmico. A autora faz uma análise extensa de um imenso arquivo de revista dirigida para o sujeito feminino que discursivamente projeta e também reforça esses papéis no imaginário feminino. As revistas do pós-guerra incentivavam a mulher a ser a rainha do lar e donas de casa perfeita, o que produz uma mistificação ideológica da feminilidade, na afirmação de que a felicidade plena da mulher está na dedicação integral do lar.

É mais que um estranho paradoxo o fato de que, quando todas as profissões estão finalmente ao alcance da mulher americana, o vocábulo « profissional» se tenha transformado num palavrão; que quando uma educação de nível superior se encontra à disposição de qualquer mulher capacitada, a cultura se tenha tornado tão suspeita que um número cada vez maior de estudantes abandona o ginásio e a universidade para casar e ter filhos; que quando tantos papéis na sociedade moderna lhe estão ao alcance ela se limite com tal insistência a um só papel. Por que, com o desaparecimento das barreiras legais, políticas, económicas e educacionais que antigamente a impediam de estar em plano de igualdade com o mundo, uma pessoa nos seus direitos, um indivíduo livre para desenvolver suas potencialidades, aceitaria esta nova imagem que insiste em afirmar não ser ela uma pessoa e sim uma « mulher» , por definição roubada da liberdade de existir como indivíduo e interferir no destino humano? A mística feminina é tão poderosa que a mulher não mais cresce sabendo possuir os anseios e a capacidade que lhe foram negados. Mas essa mística não penetra uma ação inteira em tão poucos anos, invertendo a corrente de um século, sem uma causa. Que lhe dará força? Por que a mulher voltou ao lar? (Friedan, 1971[1963], p. 49, grifos do autor).

Outra obra que influenciou bastante o discurso feminista foi *Política Sexual* (1969) de Kate Millet na qual a autora, analisando a universalidade do sistema patriarcal e as relações de poder entre os sexos, evidencia como o patriarcado projeta seus signos e seus discursos em todas as dimensões da sociedade. Evidenciando como ele instrumentaliza politicamente a relação social dos sexos que mantém a subjetividade da mulher na passividade, na submissão e aceitação ideológica de serem inferiores na atividade social e do homem nas posições de dominação e superioridade. Faz uma análise cuidadosa da revolução sexual e da contrarrevolução, confirmando discursos a favor e contra a revolução sexual e a emancipação do sujeito feminino.

Em primeiro lugar, uma revolução sexual acabaria com a instituição patriarcal, abolindo tanto a ideologia da supremacia do macho como a tradição que o perpetua através do papel, condição e temperamentos atribuídos a cada um dos dois sexos. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como «masculinas» ou «femininas» e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento «masculino» e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção (Millet, 1970 [1969], p. 10, grifos do autor).

A autora evidencia as bases históricas do início da revolução sexual e propõe uma forma radical de dar continuidade ao movimento. Ela mostra como a revolução contribuiu e ainda contribui para a emancipação do sujeito feminino. Analisa ainda criticamente discursos



que projetam uma ideologia sexista e biologista que insistem em colocar a mulher numa posição de submissão, de silenciamento e a se dedicar a tarefas internas, na dedicação e especialização integral no cuidado da família e das atividades domésticas, evidenciando que ela nasceu inclusivamente para esse fim. Qualquer atividade que esteja fora dessa norma é uma afronta contra si mesma, a sociedade e a natureza das coisas.

No final dos anos sessenta já estavam dados os primeiros passos na construção de uma nova teoria feminista. Kate Millet publica o livro *Política Sexual*, em que analisa historicamente as relações como um sistema universal de dominação prevalente em todas as civilizações. Propõe-se a fazer uma análise política das relações de sexo. Aborda, neste sentido, aspectos ideológicos, biológicos, sociológico, econômicos, antropológicos e psicológicos da condição da mulher da sociedade (Pitanguy, 1985, p. 32).

Os estudos sobre gênero e a teoria feminista é uma forma de fortalecer a luta pela liberdade e igualdade sociocultural entre os sexos e, também, de desmascarar essa ideologia de gênero que limita as potencialidades e o não reconhecimento do sexo feminino, na sociedade. As mulheres, hoje, já conquistaram diferentes direitos e têm crescido bastante suas atuações nas sociedades acidentais, como também, algumas das interdições impostas a elas já foram mudadas. Os argumentos dos movimentos feministas muitas consciências têm despertado, principalmente sobre as ideologias e exercício de poder na sociedade patriarcal que as excluem e capturam completamente a subjetividade feminina. A luta das mulheres continua na atualidade na tentativa consciente do reposicionamento da cultura e desmitificação ideológica da identidade do sujeito feminino, que reproduz a assimetria das relações sociais.

O movimento feminista atual levantou a questão dos fundamentos da assimetria, analisando a produção, internalização e reprodução da ideologia de discriminação. Voltou-se, do mesmo modo, para a recuperação das formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres em diferentes culturas e que resultam muitas vezes no estabelecimento de formas alternativas de exercício de poder (Pitanguy, 1985, p. 57).

As lutas feministas continuam, na decorrência ainda na sociedade atual, de existir ainda um grande sexismo patriarcal explícito e velado na sociedade, no imaginário social dos sujeitos, que constroem subjetividades, nas sociedades ocidentais, que se perpetua e se prolifera discursivamente, enfraquecendo e dificultando interesses feministas de mudanças.

Na obra *A Letra Escarlata* (1850) de Nathaniel Hawthorne, temos a personagem Hester Prynne que apresenta um imaginário discursivo que refuta as imposições, as relações de poder e as ideologias de identidade de gênero do contexto sócio-histórico no qual estava. Mesmo

muito antes das ideias feministas, mulheres já resistiam às imposições de gênero ao seu sexo, mostrando atitudes e comportamentos diferentes da expectativa social patriarcal. Isso não foi diferente com a personagem. Por outro lado, temos as mulheres que seguem fielmente a ideologia do sistema patriarcal e a violência simbólica do androcentrismo (Bourdieu, 2012) dominante na organização da sociedade no contexto da obra.

A escolha do tema, questões de gênero, ganha espaço neste trabalho, porque é uma questão importante, necessária e inquietante; hoje, nas sociedades ocidentais modernas, patriarcais, capitalistas neoliberais e complexas como as nossas, quando é debatido e pensado sobre essa questão, o foco está principalmente, voltado nas mulheres, em termos de sua liberdade e igualdade, uma vez que estas são tão importantes para a história da sociedade, dos homens e das mulheres. História essa cuja determinação, limitação foi/é focalizada e interdita por um sistema que criou, cristalizou simbólica e ideologicamente essas desigualdades nas relações sociais de sexo e gênero sob a qual se assenta o patriarcalismo, com seus interesses, com suas vias, táticas de mecanismos de exercício de poder e saber sob o feminino.

Outra contribuição que pretendemos é academicamente fornecer uma análise crítica dessas questões inter-relacionadas à ótica da Análise do Discurso que tem sido, de certa forma, um ponto cego para os analistas de discurso, de acordo com afirmação de Coulomb-Gully (2014, p. 147, grifos do autor):

A questão do Gênero - compreendida como “relações sociais de sexo” – foi durante muito tempo um ponto cego da Análise do discurso. É mais surpreendente ainda que a Escola Francesa de Análise do discurso seja tensionada por uma vontade militante de desmistificação dos discursos de poder e que, situada na linha althusseriana de análise dos aparelhos ideológicos de Estado, dê atenção particular ao funcionamento discursivo das ideologias. Isso é ainda surpreendente na medida em que os trabalhos de Foucault fundam uma verdadeira “epistemologia da dominação”, que poderia muito bem ter servido de matriz para o pensamento de Gênero. Penso particularmente em seus trabalhos sobre “os anormais”, que colocam questões essenciais sobre os processos de marginalização, hierarquização estigmatização, todos os procedimentos que caracterizam também a fabricação das mulheres e do feminismo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A autora coloca uma nota para explicar a palavra “Gênero”, com a letra maiúscula e afirma que: “Não há definição que seja neutra, sobretudo, em matéria de gênero! O termo “gênero” – para o qual propomos ortografia com inicial maiúscula ao se tratar das relações sociais de sexo, com distinção de seus outros usos -, cujo emprego se desenvolveu nos anos 1990, pode ser definido, de acordo com Bénéni et al. (2008, p. 4-7), por sua perspectiva antiessencialista e construtivista, por sua abordagem relacional dos sexos, cujas relações devem ser analisadas como relações de poder, na intersecção com outras com outras relações de poder (raça, classe), que não devem ser analisadas separadamente” (Coulomb-Gully, 2014, p. 147, nota 1, grifos do autor).

No próximo tópico, iremos transcorrer a contextualização histórica da obra para uma melhor compreensão das relações entre os sujeitos, a constituição ideológica e o estabelecimento das relações de poder da sociedade puritana da obra *A Letra Escarlate*.

## **1.8 Breve contextualização histórica da obra *A Letra Escarlate***

### **1.9 Reforma protestante: luteranismo**

As práticas religiosas são uma das formas de atividades culturais e simbólicas mais antigas da humanidade. Existentes em praticamente todas as localidades do mundo nas quais existem grupos formados por seres humanos, principalmente, na cultura ocidental. Quando surge um novo espaço cultural, político e social, lá, ergue-se, também, o templo sagrado, no qual existirão os símbolos santificados com que ocorrerão os ritos para a obtenção do contato com o(os) deus(es) ou deusa(as) e as forças divinas de uma dada religião que é idealizada por um povo. São criadas as leis que determinarão os comportamentos éticos, morais, as tradições e os costumes considerados adequados para a convivência e o bom desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, ergue-se o monumento sagrado que, em nome da espiritualidade, torna-se um dos pilares de jurisprudência e da moral, criando o imaginário discursivo da conduta social e controle de uma determinada comunidade.

A religião é um conjugado de rituais considerados sagrados por seus praticantes, de símbolos culturais sacralizados que constituem narrativas utilizando-se de uma retórica com sentido espiritual para um grupo de fieis que se identificam com uma formação discursiva criada por uma determinada instituição religiosa. Fazendo-os crê simbolicamente em entidades superiores. Essa narrativa é transmitida de gerações para gerações. Marilena Chauí (2013, p. 232) afirma que “a religião é um vínculo”, isto é, uma ligação na qual relaciona “O mundo profano e o mundo sagrado, [...] a natureza e as divindades que habitam a natureza”. A religião, então, é um meio pelo qual a natureza física se liga ao divino, que liga o homem ao sagrado e o sagrado ao homem. Dentre diferentes religiões, há o cristianismo, que é, hoje, considerado a religião mais influente no ocidente.

Del Roio (1997, p. 15) lembra-nos que o Império Romano e o nascente cristianismo “poderiam ser considerados como duas faces da mesma moeda”. Embora o Império Romano tivesse atingido a sua máxima expansão territorial e equilíbrio político, a maioria da população vivia mal e sem esperanças de uma vida mais digna. Nada como uma religião que promete igualdade entre os seres no paraíso e punição aos perversos para controlar o povo.

Nisso o cristianismo mostrou-se insuperável. Prega a igualdade dos homens, pelo menos perante Deus, promete um paraíso ultraterreno e castigo para os poderosos, além de uma expressão mais clara da divindade: Jesus se apresenta como um homem comum, martirizado, com o qual muitos podem se identificar (Del Roio, 1997, p. 16).

Por uma conjuntura política e social, Constantino legaliza o cristianismo e coopta seus seguidores para reforçar o Estado. Segundo Del Roio (1997, p. 18), “os cristãos já eram uma realidade importante, um movimento organizado, e se espalhavam pelas mais diferentes e distantes áreas do Império”. Assim, o cristianismo começa e organiza sua história de expansão e dominação.

Para a história, o cristianismo tem cerca de dois mil anos. Durante todo esse tempo de influência na humanidade, principalmente no ocidente, ocorreram-lhe diferentes mudanças, geradas pelas divergências ideológicas, doutrinas e questões de poder. E isso gerou outras ramificações do cristianismo. Existem hoje três ramificações: a Igreja Católica Romana (a desde o início), a Igreja Ortodoxa (1054) e por fim, a Protestante (1517). Esta última teve origem a partir do século XVI e seu idealizador foi o monge agostiniano Martinho Lutero que fez críticas sobre tudo quanto. Naquela época, a Igreja Católica Romana era dominante em termos das formas de suas práticas políticas, liberais, econômicas, bem como sobre os fiéis.

Na publicação de suas 95 teses, Martinho Lutero criticou a ganância da igreja, principalmente, pela venda desenfreada de indulgências pelo Clero e a venda de objetos e mercadorias sagradas da Igreja para os fiéis que procuravam perdão aos seus grandes pecados. Embora tivesse ganhando um grande capital com os novos negócios, a igreja não atualizou os vencimentos financeiros dos seus monges. Lutero, então, rebelou-se, fez críticas e decidiu criar sua própria igreja! Mas, não, não foi por isso.

Lutero, em 1517, com a publicação de suas 95 teses à porta da Igreja de Wittenberg, na Alemanha, deu início ao protesto contra a Igreja. A partir disso, a História marca o início da Reforma Protestante e a configuração de uma nova formação de um discurso religioso. Nas teses 21, 32 e 54, Lutero (1917) afirma:

Tese- 21: Eis porque erram os apregoadores de indulgências ao afirmarem ser o homem perdoado de todas as penas e salvo mediante a indulgência do papa. [...].

Tese – 32: Irão para o diabo juntamente com os seus mestres aqueles que julgam obter certeza de sua salvação mediante breves de indulgência. [...].

Tese – 54: Esperar ser salvo mediante breves de indulgência é vaidade e mentira, mesmo se o comissário de indulgências, mesmo se o próprio papa oferecesse sua alma como garantia. [...].

Tese- 75: Considerar as indulgências do papa tão poderosas, a ponto de poderem absolver alguém dos pecados, mesmo que (coisa impossível) tivesse desonrado a mãe de Deus, significa ser demente. [...].

Criticava, portanto, os papas e os fiéis que queriam se salvar de seus pecados apenas pagando e comprando o perdão, sem fazer a reflexão necessária para o crescimento espiritual. Durante o processo histórico e social, a história nos evidencia que os príncipes, nobres, burgueses e camponeses alemães ficaram contentes com os ataques de Lutero à Igreja. O Monge, nesse sentido, teve a auxílio de um poder que funcionava para impulsionar a irrupção e a continuação de suas ideologias e seus saberes, na trama das relações de poder-saber. Caso contrário, Lutero só seria uma simples nota de roda pé, na História das Religiões, provavelmente, diria que foi queimado na fogueira por práticas rebeldes de heresia. Ou um herói de resistência contra a dominação católica?

Uma boa parte da classe econômica e dominante via, pois, nessas críticas, os motivos para ir contra a Igreja Católica e, assim, tirar suas terras e seu poder, ou seja, tinham motivos não meramente religiosos, mas, também, como normalmente, políticos, sociais e econômicos, haja vista que, os protestos lhes proporcionariam:

[...] a oportunidade de confiscar as terras da igreja, abolir o pagamento de tributos e conseguir o apoio de seus súditos, agindo como líderes de um movimento religioso popular. Eles viam na Reforma uma maneira de resistir ao Santo Imperador Católico, Carlos 5, que desejava estender sua autoridade aos príncipes alemães (Miranda; Campos, 2005, p. 166).

Por isso, aderiam facilmente à reforma, o que a tornou mais forte contra a interferência da Igreja Católica. Entretanto, nem todos os nobres e príncipes apoiaram as ideologias de Lutero, isto é, existiam alguns que permaneceram unidos à formação discursiva católica dominante. Essa divisão, portanto, gerou guerras, conflitos, em nome de Deus, entre católicos e os que seguiam as ideologias de Lutero, no contexto do século XVI.

A reforma foi progredindo entre pequenos conflitos e guerras. Em 1530, em uma dieta elaborada pelo imperador Carlos V, o qual pretendia o fim das divergências religiosas e, com isso, reunir todo seu império para formar um exército para lutar contra os turcos. O imperador exigiu que os luteranos e protestantes criassem um documento no qual explicasse a formação discursiva religiosa, isto é, ideologia que eles pregavam.

O documento foi apresentado, inicialmente, em 25 de julho de 1531, contendo 28 artigos, que ficou conhecido como *A Confissão de Augsburgo*. Tal documento foi o primeiro

passo para que as ideias, a doutrina e a ideologia protestante fossem pregadas livremente. É uma nova interpretação das interpretações das práticas religiosas cristãs, tais como o pecado, os filhos de Deus, a pregação da Palavra, da igreja, da obediência, da confissão, da santa ceia, do arrependimento, da relação com a ordem social, política, governamental, por fim, toda uma nova forma de mecanismo de exercício de poder e saber sobre os fiéis, igreja, a sociedade, etc., como contatamos, por exemplo, no artigo 16:

[...] Da ordem política e do governo civil se ensina que toda autoridade no mundo e todos os governos e leis ordenados são ordenações boas, criadas e instituídas por Deus, e que cristãos podem, sem pecado, ocupar o cargo de autoridade, de príncipe e de juiz, proferir sentença e julgar segundo as leis imperiais e outras leis em vigor, punir malfeitores com a espada, fazer guerras justas, combater, comprar e vender, fazer juramentos requeridos, possuir propriedade, casar, etc. Aqui são condenados os anabatistas, os quais ensinam que nenhuma das coisas supramencionadas é cristã. Condenam-se, outrossim, aqueles que ensinam ser perfeição cristã abandonar fisicamente casa e lar, mulher e filhos, e renunciar as coisas citadas, quando o fato é que apenas verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé constituem a perfeição autêntica. [...].

Muitos príncipes aderiram assinando o documento e foram interpelados pela formação discursiva apresentada, visto ser a primeira vez que a ouviam. Houve uma identificação em seus efeitos de sentido e verdade, o que induziu a materialização de seus interesses políticos. A reforma e a legitimação da ideologia protestante foi um processo que durou aproximadamente 38 anos para ser pregada e institucionalizada livremente. A partir da publicação das 95 Teses de Lutero, em 1517, contra a venda de indulgências, até a assinatura de *Paz de Augsburg*, em 1555. A partir desse ano, essas ideologias foram institucionalizadas, legitimando-se e sendo pregada livremente, interpelando cada vez mais sujeitos, crescendo, dispersando seus enunciados, segundo suas regras e gerando outras formações discursivas, como o calvinismo, sobre a qual falaremos no próximo tópico.

### **1.10 Calvinismo**

O calvinismo é uma ideologia religiosa cristã baseada na interpretação direta das Escrituras. Foi idealizada pelo ideólogo e teologista João Calvino. O calvinismo, enquanto movimento, é considerado, pela história geral, como o segundo momento da reforma protestante iniciada por Martinho Lutero. As primeiras manifestações de enunciados de conteúdo teológico que remete à formação do discurso calvinista foram materializadas na Suíça, especificamente em Genebra, a qual é o berço da ideologia iniciada por Calvino. O discurso

calvinista tem influências e suas raízes diretamente dos ideais de Lutero e das práticas rebeldes das reformas protestantes do século XVI. Portanto, eram contra as práticas da doutrina Católica Romana dominante e, embora tenham suas raízes nas ideias e críticas de Lutero, há algumas diferenças ideológicas as quais ele pregava.

A historiografia nos evidencia que João Calvino foi um dos sujeitos que reformaram a igreja no século XVI. O discurso de Calvino impulsionou ainda mais o prosseguimento da reforma protestante. Foi ele o ideólogo que mais desenvolveu os movimentos da reforma depois de Lutero. As ideias de Lutero e, mais ainda, as ideias dos reformadores como um todo, já estavam conhecidas em toda a Europa e inclusive nas universidades. Em 1533, Calvino estava matriculado na Universidade de Paris, na qual, no início do semestre letivo, o reitor da universidade – Nicolas Cup, profere um discurso, uma pregação em que afirmava estar reformado, por estar identificado com a ideologia reformista. Isso ocorre dentro de uma igreja em Paris que era Católica. Obviamente, Cup foi perseguido e acusado por heresia. Por essa razão, fugiu para a cidade de Basileia. Numa investigação, na universidade, descobriu-se que João Calvino também ajudou na elaboração discursiva, surgindo, assim, sua primeira manifestação às práticas ideológicas reformadas. Nesse sentido, Calvino, discursivamente interpelado, adere à Reforma Protestante em 1533.

Calvino, que já tinha manifestado ideias reformistas, teve que se refugiar para Basileia e, assim, pôde continuar seus estudos tranquilamente. Ali, Calvino escreve e publica a primeira parte de sua obra mais famosa intitulada *Institutas da Religião Cristã*, na qual aborda de forma sistematizada a formação discursiva e as práticas da fé reformada. Calvino, após sua estância em Basileia, tentou ir para Estrasburgo, cidade na qual a reforma já estava consolidada. Seu objetivo era de se dedicar aos estudos e contribuir com os movimentos da reforma, mas como a França estava em guerra contra o imperador do Sacro Império Romano-Germânico Carlos V, Calvino, a fim de chegar com vida em Estrasburgo, precisou fazer uma viagem passando por Lyon e, depois, por Genebra onde ele decidiu permanecer após a insistência de um luterano chamado Farel.

Naquela época, em razão de a ideologia da reforma em Genebra já ter sido introduzida, ocorreram algumas guerras contra o poder do duque Charles III e do bispo Pierre de La Baume. Evidentemente, as guerras não foram apenas por questões religiosas, mas também por questões econômicas, sociais, políticas e culturais. O conselho da cidade, formado por católicos e reformados que, agora, mantinham a maior parte do poder, precisavam organizar toda cidade de Genebra. Calvino fica em Genebra e, junto com Farel, que o via como o homem perfeito

para contribuir na reforma justamente porque tinha uma grande capacidade de movimentá-la com suas retóricas e ideologias, começa, então, a luta para prosseguir com a reforma.

Calvino começa a trabalhar na tentativa de formar sua igreja e, além disso, estabelecer uma estrutura ideológica única para cidade de Genebra que precisava urgentemente, segundo ele, de uma organização social. As ideias que Calvino pretendia implantar não foram aprovadas tão facilmente, no conselho da cidade, visto que a oposição formada por católicos os impedia.

Inicialmente, Calvino começou trabalhando como um docente das escrituras, não só fazendo pregações, mas também edificando uma igreja com práticas e ideologias reformadas. Além disso, passou a escrever sermões e confissões de fé para os reformados, trabalhando para tornar Genebra um exemplo de cidade de fé reformada para impor toda a verdade teológica em que ele acreditava. Assim, Calvino envia, em 1537, um documento no qual objetivava a organização da Igreja de Genebra. Tal documento apresentava os primeiros passos e as ideias da doutrina Calvinista, no entanto, só foram aceitas pela oposição depois de pequenos conflitos e debates que ocorriam na cidade e no conselho.

Mesmo depois da aprovação das ideias do teólogo pelo conselho, ainda havia pessoas que não as aceitavam, passando a existir uma resistência dos católicos ao Calvinismo. Os pequenos conflitos que ocorriam em Genebra ficaram mais intensos quando Calvino, praticamente, forçou os cidadãos de Genebra a pronunciarem uma confissão de fé que ele fizera, o que aumentou os conflitos de tal maneira ao ponto de o reformista passou a ser acusado de diferentes formas.

O ideólogo acabou sendo julgado visto que as acusações a ele foram cabíveis às autoridades de Berna – uma cidade parceira de Genebra. Embora tenha ficado imune das acusações, a reputação do teólogo permaneceu manchada. Em 1538, ano de eleição em Genebra, porque os opositores do reformador obtiveram a vitória, os membros do novo conselho da cidade proibiram que o teólogo pregasse o seu evangelho reformado e suas ideologias. Por não obedecer ao conselho, o reformador é expulso da cidade junto com seu cúmplice, Farel. Com o pedido do reformador Bucer, Calvino parte para Estrasburgo onde passa a trabalhar como pastor e como professor na universidade, dedicando-se não somente aos estudos, a viagens, a pregações e à escrita de sermões e de seus livros; como também às *Institutas da Religião Cristã*.

Enquanto isso, Genebra passa por um momento de pequenos conflitos ideológicos, desordem social e religiosa entre católicos e reformados. Como os protestantes entram em um conflito muito violento, acham necessária a volta de seus ídolos, Calvino e Farel, com cujo retorno se processa o término do quadro de violência. Uma delegação foi enviada a Estrasburgo



para pedir a volta deles. Após meio ano de pedidos, Calvino volta para Genebra, em setembro de 1541. Agora, com mais possibilidade de exercício de poder político, começa seus projetos de institucionalização com o propósito de concretizar uma verdadeira reforma em Genebra, abrangendo mudanças significativas na ordem simbólica da cidade, em todas as instituições da sociedade, na cultura, na educação, ética, economia e no trabalho, a ponto de controlar todo o comportamento da sociedade genebrês para assim mantê-la na ordem do discurso calvinista que se torna dominante.

Essa historicização linear não propende, de modo algum, buscar as origens do calvinismo, pois só evidenciamos os movimentos e obsessão de Calvino na criação de seu projeto ideológico de religiosidade, na ditadura teocrática e no corte na mentalidade católica. Mesmo que, com certeza, fosse predestinado e escolhido para esse projeto, parece que as forças do mal estavam mais fortes que as forças do bem, na realização do projeto de Deus para o bem comum de todos. Evidencia, enfim, Calvino nas malhas das relações de poder e saber.

De acordo com Campos e Miranda (2005, p. 167),

Calvino estabeleceu em Genebra uma sociedade na qual a Igreja regularia a vida política e social dos cidadãos. Ali fincaria pés a moralidade calvinista, impondo uma disciplina rigorosa quanto ao vestuário, aos costumes sexuais, ao comparecimento à Igreja e aos negócios comerciais.

Sem muita possibilidade de resistência, as práticas reformadas calvinistas iam sendo aplicadas e dispersadas em Genebra ganhando espaço cada vez mais. O discurso de Calvino foi interpelando cada vez mais as pessoas e, principalmente, os burgueses da época como os banqueiros, artesões e mercadores, visto que os ideais doutrinários propostos pelo reformador colocavam o trabalho como uma ação primordial para a salvação do homem e; a riqueza, como um sinal da bênção de Deus. Assim, “Os divertimentos eram praticamente proibidos. Os seguidores da doutrina calvinista deveriam somente preocupar-se com o trabalho. Essa doutrina adequava-se perfeitamente a uma classe que pretendia acumular riquezas e não gastar” (Bastos, 1996, p. 73). Defendia, por fim, um produtivíssimo constante dos indivíduos.

Além disso, os cidadãos foram proibidos de realizar festas, de ouvir e cantar músicas, fazer teatros, de realizar jogos de azar, de bruxaria, de cometer adultério e até certos tipos de penteados foram proibidos. Estes atos, a partir de então, foram considerados, discursivamente, subversivos, podendo levar o sujeito à pena de morte caso os praticassem. Foi criada não apenas uma nova congregação para decretar as leis civis estruturadas por pastores e leigos da cidade; mas também foi criado um consistório do qual faziam parte pastores, diáconos, anciões, que

debatiam sobre religião e criavam leis relacionadas ao sagrado. O consistório era o ambiente onde julgavam as pessoas e impunham castigos aos hereges, isto é, aos que discordavam e subvertiam as leis religiosas impostas. Assim, iam impondo a moral calvinista pela repressão e pela ideologia. Segundo Campos e Mirada (2005), os calvinistas tornaram-se cristãos militantes que atuavam em suas congregações, dispostos a eliminar neles mesmos e nos outros, o mal que havia, tornando-se, portanto, capazes de governar sua cidade com a mesma vontade de mão de ferro que empregavam para controlar as paixões.

Tanto a congregação quanto o consistório foram aparelhos repressivos e atuaram ativamente para materializar toda a ordem de poder repressiva e os princípios morais rígidos, transformando toda a mentalidade e os comportamentos dos sujeitos na cidade de Genebra.

Calvino, em sua obra *Institutas da Religião Cristã*, materializa e sistematiza toda sua ideologia religiosa, na qual se encontra a aplicação disciplinar de seu catecismo. Lá se encontram ainda, além de algumas ideias de Lutero, *A Teoria da Predestinação* – que é uma das ideias centrais no pensamento do teólogo reformador. Tal teoria afirma que Deus, com seu poder infinito e com sua grande inteligência, domina todas as coisas do universo, sabe todo o presente, passado e futuro; além de saber tudo que irá acontecer em nossas vidas e que, antes mesmo de nossa existência, do nosso nascimento, já sabe se iremos ter a salvação, ou se já iremos para o inferno, ou seja, o nosso destino já está predestinado pelo Criador.

Segundo Schmidt (2007, p. 162),

[...] desde que nascemos, nosso destino já está traçado por Deus. Se vamos ser salvos ou encaminhados para a danação eterna não depende da nossa vontade, não depende do que fazemos ou sentimos, porque o nosso futuro foi decidido por Deus. Já nascemos predestinados. A salvação é uma graça, um presente que Deus concede a alguns e não concede a outros. E não adianta alguém perguntar o porquê de Deus ter predestinado uns à salvação e outros à condenação. Ele decidiu e pronto. Os desígnios de Deus são imperscrutáveis.

Nesse ponto de vista, surgiram dúvidas no processo de interpelação das pessoas que, ideologicamente ou forçadamente, seguiam a doutrina, que era de como iriam saber se estariam salvas ou condenadas, se foram eleitas por Deus e sua graça, e de como elas iriam viver sem saber para onde iriam após a morte. Na explicação, Deus, então, segundo o discurso calvinista, mandaria sinais para os sujeitos que foram escolhidos para a salvação ou, à condenação. Tais sinais se materializam em prosperidade econômica. As pessoas que prosperavam economicamente pelo trabalho sério, duro e que acumulavam riquezas, seriam as escolhidas e,

assim, seriam salvas. No aposto disso, então, estariam predestinadas à condenação. Schmidt (2007, p. 162) afirma que:

Calvino lembrava que os homens não precisavam ficar desesperados. Porque Deus manda sinais para identificar quem era predestinado: aqueles que não desperdiçavam dinheiro com luxo, como faziam os nobres, mas que poupavam, trabalhavam duro, acumulavam capital se comportavam como eleitos.

Ou seja, o trabalho, a riqueza e a humildade eram os grandes sinais da eleição de Deus e, conseqüentemente, da salvação. Assim, Calvino, discursivamente ia transformando os pensamentos, disciplinando os comportamentos e o imaginário coletivo dos sujeitos de maneira rígida, opressiva e ditatorial. Numa espécie de ditadura que foi muito repressiva, na qual “proibiram o teatro, os jogos, as danças e diversão nos dias santos. Cientistas e filósofos, que pensavam diferente dos calvinistas, foram presos e até queimados na fogueira” (Schmidt, 2007, p. 162). Foi nesse sistema repressivo e ideológico criado por Calvino que passaram a viver os cidadãos de Genebra. Acoplados a um sistema ideológico criacionista da predestinação e do trabalho intenso, que passou a ser uma atuação nobre predominante. A fortuna, garantia da graça e preferência majestosa por Deus, em um código moralmente rígido, admite que as forças e a potência humana deveriam ser gastas exclusivamente para a amontoamento de benefícios e para o servilismo e submissão divina (Campos; Miranda, 2005).

A organização da cidade e as operações calvinistas foram continuando e ganhando cada vez mais espaço, ligando-se a outras cidades da Suíça. Em 1559, na cidade de Genebra, Calvino constrói um sínodo – lugar no qual se encontram pastores, líderes de igrejas para debater religião e criar confissões para sistematizar e aprimorar suas doutrinas e discursos. Além disso, criou a universidade de Genebra na qual se ensinava filosofia, grego, hebraico e, principalmente, a ideologia calvinista, formando pastores calvinistas que atuariam em outros estados e países. A institucionalização do calvinismo foi se legitimando por meio de diversas formas de inculcação e difusão da formação discursiva calvinista.

As ideias de Calvino, à medida que se iam se difundindo, também ia gerando conflitos. Na Escócia, onde se tornou a religião oficial, os calvinistas eram chamados de presbiterianos; na França, foram chamados de huguenotes e, na Inglaterra, foram chamados de puritanos, que lutavam por uma reforma na Igreja Anglicana e desejavam o mesmo sistema político, social e religioso, ideológico e econômico de Genebra. Como não conseguiram, migraram para a

América do Norte e, com isso, materializarem o sonho divino de uma sociedade teocrática de ideologia e organização calvinista.

A sociedade colonial que os puritanos constituíram é cenário sócio-histórico, ficcional e literário representado na obra de Nathaniel Hawthorne, *A Letra Escarlate* (1850). Em Boston, uma das primeiras colônias Norte-Americanas, no contexto sócio-histórico da colonização, os puritanos estabeleceram uma teocracia calvinista, na qual a jurisprudência e a religiosidade atuavam juntos no controle e no exercício de poder sobre os sujeitos. Os saberes de conteúdo calvinista eram controlados e determinados pelo exercício de poder vigente. Criaram diferentes interdições para manter os sujeitos na ordem do discurso dominante e diferentes formas de supliciar os sujeitos que transgrediam.

### **1.11 Os Puritanos e a migração para o novo mundo: A Nova Inglaterra**

O Novo Mundo foi um dia, na época das grandes navegações no contexto do século XVI, o que hoje é chamado de continente Americano. A Nova Inglaterra foi o nome dado à parte norte dos Estados Unidos que era formado pelas colônias de Massachusetts, Rhode Island, New Hampshire, New York e entre outras. Estas colônias, naquela época, formaram um conjunto de colônias conhecidas como A Nova Inglaterra.

Na época da colonização dos Estados Unidos, formaram-se treze colônias, na sua costa litoral. Uma das primeiras colônias, localizada ao sul, foi chamada de Virgínia, cujos trabalhos para colonização sob a gerência da rainha Elizabeth I, iniciaram-se em 1584, mas, como falharam, só em 1607 sob o comando da Dinastia Stuart foram continuados com as Companhias de Londres e de Plymouth que eram empresas privadas financiadas pelo rei. Na parte sul, originaram-se as colônias: Geórgia, Carolina do Sul e Carolina do Norte. As pessoas que iam para essas colônias estavam passando por dificuldades na Inglaterra, onde, por conta da falta de trabalho, elas estavam passando fome, grupo em que também se incluíam os órfãos, os marginais, camponeses e religiosos divergentes.

Na parte norte dos Estados Unidos, as colônias conhecidas como Nova Inglaterra, foram colonizadas praticamente por peregrinos religiosos apresentados como os puritanos que seguiam a ideologia calvinista na Inglaterra. Esses grupos eram independentes e saíram de suas terras por motivos das divergências religiosas que eles criaram. Esses sujeitos, além da liberdade religiosa, queriam reformar a igreja da Inglaterra, mas para isso, precisavam tirar a liberdade religiosa de outros sujeitos ingleses e materializar seus ideais teocráticos. Como não

conseguiram, eles migraram para a América do Norte, ir-se embora de seus países, a fim de formar uma nova sociedade, uma ditadura que iria ser regida radicalmente pelas leis e pela moral dos ideais do cristianismo de ideologia e dominação calvinista.

Em 1620, um grupo de puritanos saiu do porto de Plymouth, na Inglaterra, rumo ao Novo Mundo. A bordo do navio *Mayflower*, (flor de maio), 101 pessoas com suas utopias religiosas, atravessaram o Atlântico a fim de terem mais liberdade religiosa e formar uma sociedade justa e livre para todos. A história linear nos evidencia que, após dois meses navegando, numa viagem abstrusa e dolente, os puritanos chegam finalmente ao Estado de Massachusetts, no norte dos Estados Unidos, onde eles conseguem fundar a primeira cidade da Nova Inglaterra chamada de Plymouth. Ainda no meio da navegação, os puritanos fazem um pacto com que estabeleceram na colônia as leis civis da nova teocracia com ideologias calvinistas.

Na nova colônia, inicialmente, os puritanos tiveram bastantes problemas, dentre elas, a questão do clima, que era mais frio, embora ainda não tivesse chegado a estação de inverno. Isso contribuiu não somente para o insucesso de seus cultivos como também para que muitos deles morressem de fome e de doenças. A história linear nos evidencia que os puritanos fizeram uma grande amizade com os povos tradicionais já existentes e que lhes ensinaram diferentes técnicas de cultivo agrícolas. Ensinaram desde as técnicas de fazer plantações, de realizar caças e produzir medicamentos e ainda os auxiliara a como viver na colônia e, conseqüentemente, a como sobreviver. Dessa forma, com as técnicas dominadas, os colonos puritanos de Plymouth foram crescendo e se multiplicando.

A história linear nos diz que, em 1630, saiu outra embarcação rumo à Nova Inglaterra. Os passageiros dessa embarcação eram em sua maioria puritanos que migraram para o norte dos Estados Unidos por divergências religiosas contra a Igreja Anglicana da Inglaterra. Havia a bordo da embarcação cerca de 300 pessoas que se assentaram, também, no Estado de Massachusetts, na parte mais ao norte, onde fundaram uma colônia com o nome de Colônia da Baía de Massachusetts. A partir dessa colônia, formaram-se as cidades de Salem e Boston.

Para a historiografia, os primeiros puritanos que foram para Massachusetts são muito importantes no imaginário e no conteúdo histórico da constituição dos Estados Unidos. Até os dias de hoje, eles são lembrados e estão inscritos na memória discursiva dos sujeitos sendo conhecidos como os pais peregrinos, os fundadores do país e, também, como os pais da ideologia do protestantismo nos Estados Unidos. Karnal *et al* (2008, p. 46-47) mencionam que “a historiografia costuma consagrá-los como os modelos de colonos. Construiu-se uma memória que identificava os peregrinos, o Mayflower e o Dia de Ação de Graças como as bases

sobre a qual tinha sido edificada”. Os peregrinos de certa forma, foram importantes para a história dos Estados Unidos e para o desenvolvimento do Estado de Massachusetts. Ainda assim, antes deles, vale ressaltar que a colonização da América do Norte também teve importantes agentes que muito contribuíram.

Apesar de terem tido uma chegada difícil e um início difícil de colonização na Nova Inglaterra, parecia que as forças do mal estavam mais fortes e as forças do bem não estavam apoiando muito na constituição da terra santa para salvar o mundo dos pecados pelo povo eleito e predestinando, porque as causas naturais e as relações de poder-saber não estavam favoráveis. Mesmo assim, eles conseguiram sobreviver e prosperarem em suas ideias teocráticas, políticas e colonialistas. Na época, os anúncios de um adequado lugar para morar, resultaram em um crescimento significativo de imigrantes ingleses e holandeses para essas colônias do Norte. Pinheiro (2017) afirma que:

O Puritanismo foi um movimento de reforma dentro do Protestantismo anglicano que teve seu início no século XVI se estendendo até o século XVII. Seu ponto de partida foi a Inglaterra, mas se estenderam até a América do Norte onde construíram uma doutrina cuja teologia da predestinação teve seu espaço. O conceito de nação eleita e modelo para o mundo foi um dos ideais desse grupo religioso podendo inferir esse fato a partir do conceito que tinham de predestinação (Pinheiro, 2017, p. 81).

Os puritanos eram cristãos reformados de tendência calvinista. Eles eram os protestantes e reformadores radicais da Inglaterra influenciados pelas ideias dos reformadores, sobretudo, a ideologia de Calvino. Eram grupos de sujeitos fanáticos, instruídos, brancos, de classe média, liberais, radicais cristãos, extremamente religiosos e ortodoxos que desejavam purificar a igreja da/na Inglaterra na época reformada pelos ideais religiosos do rei Henrique VIII. Para os puritanos, a Igreja ficou reformada pela metade e dividida entre ideologias de conteúdo e práticas católicas e protestantes. Mendonça (1997) destaca que:

O traço predominante da Reforma na Inglaterra é o sistema reformado ou calvinista, sob o signo particular do Puritanismo. O calvinismo implantou-se nas partes da Europa onde havia maior desenvolvimento intelectual e humanístico. O princípio básico era de que a vontade de Deus, revelada na Bíblia, devia ser realizada. Assim, o luteranismo ressaltou o quietismo e que a função da Igreja seria a de oferecer o Evangelho e ministrar os sacramentos. Já o calvinismo valorizava a ação e a execução da vontade de Deus nos indivíduos e na sociedade. A reforma da Igreja na Inglaterra, todavia, foi conservadora, porque manteve o velho sistema de governo da Igreja e muitas das antigas formas de culto. Por isso, o partido dos puritanos desejava reformas mais radicais, tais como: simplificação do culto, abolição do

episcopado, adoção do sistema presbiteriano de governo, congregacionalismo e disciplina rigorosa. Contudo, muitos deles perderam a esperança de ver a Reforma da Igreja da Inglaterra e emigraram para a América, à procura de liberdade religiosa (Mendonça, 1997, p. 59).

O que os puritanos queriam era uma reforma completa nas suas ideologias, ou seja, uma igreja completamente protestante e nas técnicas de controle calvinista. Essa insistência gerou perseguição aos puritanos e por isso migraram para a América do Norte. Além disso, eles pretendiam criar uma nova forma de sociedade, um novo mundo, uma Nova Inglaterra a qual seria regida, primordialmente, pelas leis que eles interpretavam sobre Deus e conteúdos bíblicos. Os puritanos desejavam organizar uma sociedade totalmente controlada igual à de Calvino projetada em Genebra. Na percepção dos puritanos, a Inglaterra estava corrompida em seus costumes e práticas religiosas, segundo eles, pagãs. Eles idealizavam um lugar livre e especial, uma terra santa e abençoada por Deus, um lugar de paz, um verdadeiro céu na terra. De acordo com (Karnal et al., 2008, p. 47, grifos do autor), os puritanos, protestantes calvinistas

[...] tinham em altíssima conta a ideia de que constituíam uma “nova Canaã”, um novo “povo de Israel”: um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de “eleitos”. Em toda a Bíblia procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como ele escolhia os seus e as repetiam com frequência. Tal como os hebreus no Egito, também eles foram perseguidos na Inglaterra. Tal como os hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra.

A nova terra à qual eles se referem são as terras do novo continente. E ali do outro lado do Atlântico iriam formar uma Nova Inglaterra, uma sociedade extremamente controlada, obcecada e paranoica com questões de religião como em Genebra, onde as leis de Deus seriam seguidas rigidamente; onde a ideologia criacionista da predestinação seria seguida e obedecida por todos que aceitariam primordialmente a soberania de Deus sobre todas as coisas.

Na Nova Inglaterra, tanto a vida pública quanto a vida privada eram controladas e marcadas discursivamente pela força da ética, da moralidade e das instituições que os puritanos criaram. As pessoas que se afastassem da doutrina das práticas da religiosidade puritanas e da igreja eram punidas severamente, segredadas da vida social e punidas no cadafalso. A vida deveria ser levada a sério, disciplinada e com humildade, distante de qualquer diversão, dos prazeres e dos pecados. Os sujeitos tinham que se autovigiar constantemente para não cair nas artimanhas do diabo. Os sujeitos deveriam se preocupar apenas com o trabalho duro, seu espírito, ler a Bíblia, falar de Deus e trabalhar para o bem comum da colônia.

Para manter sua identidade e a coesão do grupo, os puritanos exerceram um controle muito grande sobre todas as atividades dos indivíduos. A ideia de uma moral coletiva onde o erro de um indivíduo pode comprometer o grupo é também um diálogo com a concepção da moral hebraica no deserto. O pacto Deus-povo é com todos os eleitos. (Karnal et al, 2008, p. 47).

Para isso, os puritanos criaram uma tecnologia jurídica com leis civis rígidas em paralelo com a justiça das leis bíblicas segundo a visão que tinham para exercer, assim, todo o poder sobre a sociedade e mantinham sob uma vigilância constante os sujeitos da Nova Inglaterra. Todos deveriam se manter fiéis às leis de Deus sem ousar desobedecer, senão seriam castigados, uma vez que, para o povo escolhido e abençoado por Deus, o erro de um poderia comprometer a todos. Para evitar erros então constroem-se leis rígidas a serem seguidas e suplícios extremamente opressivos. Os puritanos chegaram a proibir diferentes práticas recreativas, principalmente, atividades que eles consideravam suspeitas e que poderiam desviar a atenção do crente para com o Senhor, ou seja, na Nova Inglaterra, ninguém “poderia dançar, praticar qualquer espécie de jogo [...] fazer teatro, vestir roupas coloridas e enfeitadas, rir em voz alta diante das pessoas” (Schmidt, 2007, p. 240).

As colônias do norte dos Estados Unidos, que formavam a Nova Inglaterra, eram povoadas praticamente por cristãos protestantes, concentrando-se a maioria para onde migrava grande parte das pessoas que vinham da Inglaterra e de outros países por perseguições religiosas.

### **1.12 O Motivo da ida à América do Norte**

É claro que, em nome de Deus, as revoluções protestantes e reformistas religiosas que ocorreram do século XVI e XVII, geraram algumas guerras, conflitos e mortes em países importantes da Europa. A reforma iniciada na Alemanha, por Lutero; e em Genebra, por Calvino, espalhou-se por praticamente toda a Europa, chegando a muitos diferentes países, “A Igreja reformada, proposta e organizada por Calvino, passou por esses diversos países [Inglaterra, Suíça, Holanda, França, Escócia e Alemanha] e, mais tarde, estendeu-se à América” (Bencostta, 1996, p. 45). Naquele contexto, antes, quem exercia todo o poder e os efeitos de verdades religiosas era a Igreja Católica, que passou a perseguir quem era contra seus discursos e suas práticas.

As ideias dos reformistas e a sua ampliação chegam à Inglaterra. Os reformistas radicais, na Inglaterra, foram chamados de puritanos pelos inimigos que eles criaram, isto é, pela oposição discursiva não protestante. Os puritanos desejavam inserir a doutrina e a ideologia



calvinista. Além disso, aspiravam a que o país Inglês fosse governado igualmente como em Genebra. Para assim ocorrer, os puritanos produziram críticas à Religião Anglicana e a seus rituais, como a missa e a maneira como ela era realizada, às vestimentas do padre, entre outras. Os puritanos criticavam a Igreja Inglesa (anglicanismo) da mesma forma que Lutero criticava as práticas da Igreja Católica, na Alemanha, e indubitavelmente, foram perseguidos. Segundo Campos (2014, p. 8), os puritanos:

[...] tinham interesses com relação à disciplina da vida dos religiosos, ou seja, interessava-se em zelar pela conduta dos fiéis protestantes, de modo a exigir de todos o padrão de conduta moral vigente em Genebra, adotado e imposto por Calvino. Padrão abraçado pelos puritanos em fuga para a América e implantado por eles na Nova Inglaterra: a Igreja Anglicana não era verdadeira Igreja na opinião deles.

As reformas religiosas, na Inglaterra, ocorreram durante o governo do rei Henrique VIII (1509 - 1547), quando este estava infeliz no casamento e queria divorciar-se de sua esposa, porque ela não lhe dava um filho homem para dar continuidade ao seu reinado e assim conservar a estrutura de seu poder. Isso evidencia o uso patriarcal do sujeito feminino como um objeto cuja contribuição econômica é somente a gestação de filhos a favor dos interesses masculinos. Havia, enfim, os interesses econômicos e comerciais.

O papa, porém, rejeitou seu pedido e assim o rei convenceu e interpelou o parlamento Inglês de que o papa era um chefe de potência estrangeira que interferia nos assuntos da Inglaterra, sobretudo em divórcios. Desse modo, aprovou em 1535, o *Ato de Supremacia*, que dava todo o poder ao rei sobre o Estado e a Igreja, ou seja, a Inglaterra se via livre o poder do papa. Nesse sentido, Henrique VIII cria a Igreja oficial da Inglaterra chamada de Anglicana, e agora podia se casar e se divorciar quando quisessem para ter o herdeiro desejado. Porém, para os puritanos, essa reforma não ocorreu como foi na Alemanha com Lutero e na Suíça, em Genebra, com Calvino. A Inglaterra, em nome do rei, do poder, do domínio e dos negócios criara uma nova ideologia religiosa, ou seja, não era totalmente protestante e nem católica. Foi uma religião inspirada nas duas ideologias cristãs e apresentava características das duas doutrinas. Foi uma reforma incompleta para os puritanos. A Inglaterra, dessa forma, passou a ficar dividida entre Católicos, Protestantes e Anglicanos.

Nesse sentido, os puritanos criticaram as práticas e ritos da nova religião. Eles queriam uma reforma radical e completa na igreja. Queriam fixar as práticas do calvinismo completamente na igreja e na sociedade e, com essa atitude radical, começou a perseguição que durou desde o governo do rei Henrique VIII até o governo do rei Carlos I, que passou a seguir

repressiva e violentamente os radicais puritanos. Assim, muitos migraram para a América do Norte, Holanda, Suíça, Escócia e Irlanda, uma vez que estes países toleravam outras religiões e os planos da reforma já estavam mais consolidados. Posteriormente, alguns desses grupos foram para a América do Norte e fundaram as primeiras colônias na Nova Inglaterra.

Pessoas que haviam fugido para o Continente, principalmente para Genebra, durante as perseguições desfechadas pela Rainha Maria, ali entraram em contato direto com movimentos protestantes que tinham ido muito mais longe com as reformas do que a Igreja da Inglaterra (Mendonça, 1997, p. 35).

Posteriormente, alguns desses grupos foram para a América do Norte e fundaram as primeiras colônias na Nova Inglaterra.

Esses calvinistas se sentiam perseguidos numa Inglaterra em que o rei também era o chefe da Igreja Anglicana. Queriam ir para um lugar onde tivessem liberdade religiosa. Esse lugar parecia ser a América. Porque lá eles poderiam construir em paz suas próprias comunidades, sem a interferência de ninguém (Schmidt, 2007, p. 178).

A Nova Inglaterra onde predominou, primordialmente, a presença de protestantes calvinistas ingleses, foi sendo colonizada e, com a presença de protestantes calvinistas ingleses, aumentou o número de pessoas tendo, como consequência, o número de colônias. Em 1630, cerca de 1000 puritanos chegam a Massachusetts e povoam ainda mais a Baía da Colônia de Massachusetts, povoam as colônias de Salem e Boston e nelas predominavam “suas normas rígidas de comportamento” (Schmidt, 2007, p. 241) impostos pela moral e ética puritana.

O projeto da colonização atrai outras pessoas de diferentes vertentes religiosas que vinham de diferentes países. Assim, outras novas colônias são formadas e povoadas na Nova Inglaterra, tais como: Nova Hampshire, Rhode Island, Connecticut, Nova York, Pensilvânia, Nova Jersey e Delaware. Todas essas colônias, segundo (Bastos, 1996, p. 63).

Constituíam um conjunto de colônias conhecidas como Nova Inglaterra. A colonização dessa região foi feita por famílias vindas da Inglaterra, da Holanda, Escócia ou da Irlanda, que saíram de seus países de origem por questões religiosas. A maioria era constituída por protestantes perseguidos na época em decorrência dos violentos conflitos religiosos dentro da Reforma Protestante.

Além dos motivos religiosos, a história linear nos evidencia outros motivos que também determinaram e obrigaram a ida de outras pessoas além de puritanos e protestantes. Tal motivo

se refere à crise econômica e ao aumento da pobreza provocada pela falta de trabalho. O que estava tornando ainda mais pobre a vida dos ingleses, os quais passam a ter dificuldades para sobreviver. O motivo dos desempregos ocorreu porque os donos de terras que viviam de agricultura, o que gerava muita mão de obra nas plantações, passaram a cercar suas terras e criar ovelhas e bois. Assim, iam demitindo os trabalhadores, uma vez que a criação de ovelhas e bois, etc., não precisava de muita mão de obra.

O governo Inglês ajudou essas pessoas que ficaram sem trabalho a irem para a América e, mais ainda, ajudou os peregrinos protestantes, pessoas pobres, famílias, órfãs, enfim; todos que desejavam ou foram obrigadas a ir para a América do Norte à procura de trabalho e condições de vida melhor. Para isso, o Governo Inglês cria um programa chamado *negligência salutar* que permitia essas pessoas ganharem um pedaço de terra para morar nos Estados Unidos.

O que mais motivava essas pessoas a irem para a América era a ideia de terem uma oportunidade de viver sua liberdade religiosa. Outros, por sua vez, viam as terras férteis para a capitalização econômica nas práticas de agricultura e exportação.

### **1.13 Colonização de povoamento**

O projeto de colonização realizado pelos puritanos foi de povoamento. Há duas categorias principais de colonização interpretadas respectivamente como *colônias de exploração* e de *povoamento*. Como exemplos de colonização de exploração, temos o processo de colonização realizada por Portugal no Brasil bem como a da Espanha realizado no México e outros países na América do Sul. Nos quais o principal objetivo era apenas de explorar as riquezas encontradas, dentre elas, a plantação de especiarias por meio da força de trabalho da escravização dos nativos, etc., e exportar para comercialização no exterior. Todas as riquezas acumuladas vão somente para a metrópole dominante, todo o investimento dessas riquezas é feito nela. Segundo Fernandes (2022, p. 06, grifos do autor),

[...] as estratégias adotadas de exploração, que é justamente a que foi implementada nos trópicos, implementavam instituições que serviam apenas ao interesse da elite, de extrair a maior quantidade possível de recursos da colônia, sem interferências da população local. Concentraram-se em zonas tropicais e subtropicais, para onde o colonizador vinha por motivos puramente comerciais, para organizar a produção, empregar escravos ao processo produtivo e não para “trabalhar na terra”.

Nessa categoria de colonização, as colônias são apenas fábricas, indústrias de receitas de geração de riqueza para o país-mãe, são “uma grande empresa comercial, com o objetivo de explorar os recursos naturais desse território em proveito do comércio europeu” (Fernandes, 2022, p. 07). Os únicos investimentos feitos nas colônias de exploração são para gerar mais receitas e mais exploração ainda para o aumento do capital do país colonizador/explorador. A metrópole dominante não tem estratégias para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico das colônias. Tudo se resume à exploração, à exploração das riquezas, à exploração das terras, à opressão dos nativos já existentes nas colônias. Essa forma de colonização é um projeto voltado especificamente para o enriquecimento do país colonizador e seus capitalistas que visam tão somente o lucro pelo lucro. Segundo Monasterio e Ehrl, (2015, p. 14):

Trata-se de sociedades que produzem produtos de alto valor comercial para as metrópoles e intensivas em trabalho. Ele afirma que os brancos não suportariam o clima das colônias e que, portanto, é necessário usar trabalhadores nativos ou trazer escravos. Apenas um pequeno grupo de colonos vem para o país de destino. Como escravos são um ativo caro, só os mais ricos para lá iriam e não se formaria uma classe trabalhadora propriamente dita. Os imigrantes não teriam quaisquer intenções de fincar raízes e voltariam para o país de origem, após terem acumulado riquezas. Isto faria também com que eles não tivessem interesse em montar escolas ou universidades.

Por outro lado, há a categoria de colonização de povoamento. Neste tipo de colonização, os colonizadores têm o projeto objetivo e estratégias de fazer prosperar e progredir o território para o qual se destinam e encontram. Dessa maneira, os colonizadores instituem alicerces para desenvolvimento da colônia para que ela cresça, prospere e que, naturalmente ou por incentivos, povoe-se. Para isso, eles se baseiam na estrutura social da qual eles vieram (europeia) e a principal preocupação dessa categoria de colonização é o crescimento dos números de habitantes, de famílias no território, como também, da economia interna. Monasterio e Ehrl (2015, p. 14) nos dizem:

São aquelas inicialmente pouco povoadas, com clima semelhante ao país de origem dos imigrantes. Segundo Roscher (1856), os cereais precisam do mesmo tipo de solo do que as florestas, logo este tipo de colônia ocorreria em lugares que antanho foram ocupados por tal tipo de vegetação. Pela própria natureza e os períodos de cultivo, os colonos criam raízes familiares nas novas áreas. Com o tempo, a colônia transforma-se em um país independente, um desdobramento do país-mãe. Ainda de acordo com este autor, para formar uma colônia deste tipo, é necessário fluxo constante de imigrantes, sendo desejável que o país-mãe seja populoso.

E para isso, com obviedade, deve haver a organização e criação de todos os aparelhos ideológicos e bem como os aparelhos repressivos que constituem e controlam a organização do Estado, e julgando-se necessários tanto para a ordem e o controle quanto para o incremento da sociedade. Assim, “Os colonizadores se estabeleciam na nova terra, construindo instituições de ocupação. Busca copiar as instituições europeias, dando ênfase à propriedade privada, no qual os colonos poderiam enriquecer com as atividades produtivas ali empregadas” (Fernandes, 2022, p. 06).

Nesse sentido, os líderes envolvidos no projeto de colonização e entre outros de influência, que mantenham o exercício de poder, estabelecem as leis civis, ou seja, cria-se uma constituição que todos vão seguir. Cria-se a igreja para que as pessoas possam viver em sintonia com as leis de Deus e manter o estado de espírito dos cidadãos e assim, tornar as pessoas melhores, na sociedade. Cria-se também a justiça e as prisões para haver integridade e reprimirem os que desobedecem.

Criam-se as escolas nas quais os jovens irão aprender ciência, bem como aprender os padrões de comportamentos impostos simbolicamente pela sociedade e, assim, estabelecer uma cultura, uma moral e ética de comportamento que identifica o grupo. Estabelecem-se o sistema econômico, formas de trabalhos, de enriquecimento do Estado e ainda, as formas ‘igualitárias’ de distribuição dessas riquezas e de terras, para que cada uma das famílias tenha condições de plantar, prosperar e sobreviver. Por fim, nessa forma de colonização, em todo o projeto, há uma preocupação para o crescimento da colônia, uma vez que seus colonizadores intentam ficar, formar um país independente e não apenas explorar as riquezas.

Na parte norte dos Estados Unidos, ou seja, na Nova Inglaterra, calhou esse tipo de colonização de povoamento; enquanto nas Colônias do Sul, desenvolve-se a colonização de exploração, porque o objetivo era enriquecer a Inglaterra. Os primeiros colonos da Nova Inglaterra - os puritanos, iam com esse ideal de povoar. Eles queriam formar uma nova sociedade, uma Nova Inglaterra na terra prometida. Eles não tinham o objetivo de produzir para enriquecer a metrópole de origem, mas sim, para manter a economia interna para o desenvolvimento interno. Tinham, portanto, uma grande autonomia para governar politicamente o território e implantar suas leis, governar os homens nos princípios religiosos calvinista e colonizar o território nos ideais colonialistas de povoamento.

#### **1.14 Colônia de Boston e enredo da obra *A Letras Escarlata***

O Romance *A Letra Escarlata* foi escrito por Nathaniel Hawthorne, uns dos primeiros e mais conhecidos entre os escritores literários estadunidenses. A obra foi publicada em 1850. Para o discurso da crítica literária, é o primeiro romance mais conhecido e mais bem-sucedido da literatura Norte-Americana, tornando-se uma obra-prima e com a fama de ser considerado um dos romances mais perfeitos da literatura mundial. É uma obra que, praticamente, reflete a capacidade total de criação, estetização, pensamento e imaginação de seu autor.

Em *A Letra Escarlata*, Hawthorne nos faz sentir presentes naquela sociedade puritana na qual o enredo acontece, levando o leitor a participar de um jogo de nuances sombrios presentes na narrativa. A obra já possui quatro versões cinematográficas: uma em 1926, de Victor Seastrom; 1973, de Wim Wenders; 1995, de Roland Joffé e, a última, em 2015, dirigida por Elizabeth Berry.

A narrativa se passa no século XVII, no contexto sócio-histórico da Nova Inglaterra, isto é, no início da colonização na América do Norte pelos Ingleses. Os acontecimentos narrativos da obra ocorreram na Baía de Massachusetts, especificamente, em Boston, numa sociedade formada, principalmente, por protestantes ingleses calvinistas denominados os puritanos, que saíram da Inglaterra por divergências religiosas. Migraram para a América do Norte, onde eles desejavam viver sua religião livremente. Aperfeiçoam, então, uma sociedade religiosamente pura na qual as leis de Deus seriam únicas e seguidas rigidamente por todos. Constituindo-se, portanto, em um governo mais ou menos teocrático. Nessa sociedade, as pessoas que não seguissem as leis, eram punidas severamente e julgadas diante de todos os cidadãos, a fim de manter a ordem e o controle total de todos os indivíduos que constituíam a cidade.

No romance, Hawthorne narra a vida e a trajetória da protagonista Hester Prynne, uma jovem mulher que decide, junto a seu marido, ir morar na Nova Inglaterra para tentar uma vida melhor. Com esse propósito, Hester Prynne viaja primeiro que seu marido para ir resolvendo algumas situações básicas de moradia, combinado que seu marido iria depois. Porém, ao chegar à nova cidade, após certo tempo, Hester descobre que, como a embarcação em que seu marido viajava naufragara, ele teria ido a óbito sem que corpo fosse encontrado.

Hester se torna, supostamente; viúva, mas não pode ser considerada livre, pois mesmo que seu marido estivesse morto, as leis puritanas só permitiam outro casamento após sete anos caso o marido viesse a óbito. Nesse sentido, por lei, ela ainda era considerada casada. Ainda assim, Hester começa um relacionamento com alguém não nomeado e, nessa conexão proibida e considerada pecaminosa nessa sociedade, ela se torna gestante. Com essa atitude e, como

consequência, Hester é julgada por descumprir a doutrina religiosa puritana, sendo assim, é condenada como uma adúltera pelas autoridades da Boston.

Portanto, ao cometer a infidelidade, que era considerada um pecado de alta gravidade ética e moral aos ideais puritanos, Hester é condenada a viver o resto de sua vida com a letra A, de cor escarlate. Significando seu pecado de adultério estampada nas suas roupas, em seu peito, sofrendo preconceito, violência e menosprezo pelo resto de sua vida, além de precisar morar numa cabana afastada da cidade. A obra é narrada em terceira pessoa e em tempo cronológico. O narrador onisciente e intruso narra a vida, os acontecimentos, os comportamentos, a subjetividade e a trajetória dos seguintes personagens:

- Hester Prynne, a protagonista da obra, era uma mulher jovem, bela, casada, inteligente, culta, instruída e branca, de classe média, que viaja para Boston.

- Roger Chillingworth, marido de Hester Prynne, tornou-se médico e alquimista da cidade. Era calmo, inteligente, vingativo e conhecedor da alma humana. É dado como morto, mas sobreviveu ao naufrágio da embarcação que o levava para a Nova Inglaterra. Passando um tempo prisioneiro dos indígenas, chega à cidade no momento em que sua esposa está sendo julgada no cadafalso da praça. Ele passa a viver e ser conhecido como o médico da cidade sem que saibam que ele é o ex-marido de Hester.

- Reverendo Arthur Dimmesdale é o jovem pastor da cidade, respeitado e admirado por todos. Apaixona-se por Hester e tem uma filha com ela, entretanto, para preservar sua imagem e sua vida, o escândalo permanece em segredo. Tinha uma grande habilidade para falar e pregar em público e, assim, tocava facilmente o coração das pessoas com a palavra de Deus. No decorrer da obra, por ter ficado doente, passa a se culpar e a se debilitar, apresentando comportamentos autopunitivos como forma de pagar por seu pecado de adultério.

- Pearl (pérola) é a filha de Hester com o reverendo Arthur Dimmesdale. Segundo a narrativa, uma menina linda, esperta, inteligente, inquieta e que gosta de fazer perguntas questionadoras. É considerada como a filha ilegítima pelos puritanos, isto é, filha do fruto do pecado do adultério. Não pode brincar com as outras crianças e é ignorada como sua mãe pelas outras pessoas e crianças da cidade, mas é admirada por sua beleza incomum e personalidade única.

A produção da arte literária reflete, ou melhor, é reflexo, na maioria das vezes, (ou, sempre?) da história de uma sociedade, de um momento histórico, econômico, político, ideológico e cultural, por fim, toda essa complexidade de sentidos que permeiam uma formação social. Na qual o autor se utiliza dos personagens para materializar, em suas ações, práticas e discursos, os sistemas de pensamento e o regime de verdades que constituem os

comportamentos e subjetividades de uma época, estilisticamente, pela arte de se expressar por meio das palavras.

A sociedade sempre vem primeiro que a obra literária. Nesse sentido, a escolha da obra *A Letra Escarlate* (1850) e a referência à protagonista deram-se a partir do momento da leitura do livro, quando se percebeu que Hester era uma mulher diferenciada daquelas que circulavam no mesmo espaço que ela e que aceitavam passivamente as condições de vida imposta pelos puritanos, naquele contexto do século XVII, na Nova Inglaterra. A comunidade recém-formada era extremamente religiosa, cristã, calvinista, regida pelo sistema patriarcal pelo qual toda sociedade era controlada, sem que ninguém pudesse desobedecer às regras, senão seria punido severamente.

Assim, nós objetivamos analisar quais os mecanismos de saber e poder que constituem os discursos que produzem as subjetividades dos sujeitos femininos que seguiam e viviam sendo oprimidas pelo sistema discursivo religioso e patriarcal em que elas estavam submetidas. Dessa forma, procuramos evidenciar como e quais as verdades que constituíam o imaginário e a subjetividade daquelas mulheres; quais relações de poder e de saber estruturavam a forma de pensamento e quais os discursos verdadeiros que circulavam na sociedade, consentindo que elas apresentassem tais comportamentos e discursos.

Com os pressupostos teóricos da AD, torna-se possível perceber, pela superfície linguística, as formações discursivas que produziam e determinavam as ideologias naquela época, analisando, também, o momento histórico e as condições de produção. Quais e como os mecanismos de exercício de poder e saber permitiam essas mulheres não oferecerem nenhuma resistência, a tal ponto de ficarem contra o seu próprio gênero e não lutarem por liberdade e igualdade de gênero? A principal hipótese é de que o uso da violência era o principal instrumento e motivo pelo qual essas mulheres não ofereciam resistência, aceitavam a dominação e não reagiam, não apresentavam afirmação e seguiam, opressivamente, as relações de poder e saber que lhes eram impostas. Por outro lado, por que a protagonista resistia à dominação ideológica ao seu sexo?

Nessa perspectiva, percebendo que Hester se apresentava como uma mulher completamente diferente, nós temos o interesse de fazer uma análise, sob a ótica discursiva, tentando evidenciar discursivamente como relações de poder e de saber constituíam a subjetividade de Hester; como e quais os discursos que a interpelaram e a permitiu resistir, de certa forma, às leis impostas pelos calvinistas-puritanos, na colônia de Boston? Quando ela buscou, principalmente, seu direito de liberdade sexual e de se vestir diferentemente das outras e quando apresentava um comportamento dessemelhante ao da sociedade na qual ela estava



inserida? Quais materialidades discursivas fizeram Hester ter um imaginário discursivo diferente das outras mulheres?

Hester é uma mulher forte e, por ter que criar sua filha sozinha, sofre preconceito, violência de gênero, tanto dos homens quanto das mulheres, quanto das instituições. É humilhada e julgada por toda a sociedade puritana, mas, mesmo assim, resiste a isso tudo. Mesmo podendo ir embora, ela não vai e permanece vivendo naquela sociedade paranoica e hipócrita, com seu castigo e ainda permanece fazendo grandes caridades às minorias.

No próximo capítulo, segue a sistematização dos procedimentos metodológicos propostos para essa pesquisa.

## **CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O procedimento metodológico utilizado e proposto para este trabalho é de abordagem qualitativo-discursiva com procedimento bibliográfico. Para a análise proposta do *corpus* de dados, seguimos duas linhas afins de Análise do Discurso que se completam e nos auxiliam na interpretação discursiva para a materialização da proposta de análise. São essas: o modelo arqueogenealógico de Michel Foucault, Estrutura e Acontecimento de Michel Pêcheux e o método Análise Crítica, de Sérgio Freire (2014).

### **2.1 Abordagem qualitativa**

A metodologia de pesquisa deste trabalho se procedeu com a abordagem qualitativa e também com o procedimento bibliográfico. A pesquisa qualitativa se caracteriza pelas interpretações dos fatos, dos problemas, temas, dos fenômenos, dos símbolos de caracteres sociais, políticos, culturais e humanos. O que leva em consideração as peculiaridades empíricas da realidade ficcional ou real, cujo propósito é “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (Flick, 2007, p. 09, citado por Paiva, 2019, p. 13).

Nessa abordagem, o pesquisador pode ser objeto e sujeito da pesquisa ao mesmo tempo. A observação da realidade leva em consideração a subjetividade do pesquisador fornecido de recursos e suportes de teorias científicas em simetria com o objetivo da pesquisa a qual pretende realizar, mas, ainda sim, mantendo a neutralidade científica. Nas palavras de Gerhardt e Silveira (2009, p. 32):

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A abordagem qualitativa é mais comum em pesquisas das ciências humanas e sociais. Uma vez que fazer ciência nessas áreas envolve um processo de explicação, descrição e interpretação de certos fenômenos, de suas manifestações nas relações humanas com as sociedades reais ou ficcionais e seus símbolos, sua política, suas artes, culturas, linguagens, economia, história, etc. Segundo Paiva, essas formas “incluem análise de experiências individuais ou coletivas, de interações, de documentos (textos, imagens, filmes ou músicas), etc. A pesquisa qualitativa é também chamada de pesquisa interpretativa ou naturalista” (2019, p. 13).

Nesse sentido, o pesquisador, seguindo essa abordagem, investigará os problemas, os fenômenos humanos e sociais do passado, presente e do futuro. Nos quais o discurso da pesquisa qualitativa tenta se aproximar dos objetos pesquisados. Interpretando, descrevendo e explicando com objetividade e indutivamente, sem, no entanto, querer esgotá-los, equacioná-lo, colocá-lo em uma camisa de força. Ao contrário, tentará propor uma análise com a finalidade de exemplificar o objeto, clarear sua forma, funcionamento, representá-lo qualitativamente, mas deixando aberto para novas interpretações, ampliando, assim, as visões e soluções. Segundo (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 30).

[...] na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem.

Nessa abordagem, o complexo tecido social e os sujeitos imbricados nela ganham evidência. Sendo observados criticamente na relação com a linguagem simbólica, nas materializações dos discursos, nas relações de poder-saber entre os sujeitos e nas instituições de poder que os disciplinam. Os pesquisadores com a abordagem qualitativa, com suas lentes teóricas, objetivam analisar e interpretar os problemas e fatos que surgem na sociedade, a fim de propor um entendimento, uma explicação e interpretação das dificuldades que os afligem e podem vir a afligir a sociedade, seus sujeitos, suas instituições e seus sistemas de saberes e práticas de existência.

A escolha por essa abordagem, portanto, é essencial para nossa proposta de estudo sob a ótica discursiva, uma vez que a análise discursiva leva em consideração a sociedade, o sujeito, a ideologia e as relações de poder. Sendo uma proposta de disciplina de interpretação do complexo sistema sociocultural, dos sujeitos e de suas condições de produções discursivas. Não pretendemos quantificar a interpretação dos dados, pois, como afirma Souza (2014, p. 04) “Seria contra a própria natureza do discurso, entrar no engordo da univocidade entre ideias e signo ou na falácia do fechamento definitivo dos sentidos”.

## **2.2 Pesquisa bibliográfica**

A pesquisa seguiu com o procedimento bibliográfico que deu suporte e fundamentação teórica aos objetivos propostos. Consideramos o que nos diz Paiva (2019, p. 59) sobre este procedimento: “pesquisa bibliográfica é entendida prioritariamente como revisão da literatura e parte essencial de qualquer modalidade de pesquisa. [...] tem por objetivo contextualizar uma pesquisa e mostrar o que já existe sobre o objeto investigado”. Portanto, esse procedimento foi essencial para os objetivos propostos.

Desse modo, foi realizada a busca ativa e crítica de materiais já consolidados de pesquisas científico-acadêmicas realizadas por especialistas das áreas publicados em: livros, revistas, periódicos especializados, artigos, teses, dissertações, etc., a fim de mapear o estado da arte e dos discursos que produzem os sentidos acerca da teoria proposta para a análise do tema e de outros tópicos conceituais importantes para essa pesquisa. Nas palavras de Macedo (1994, p. 13) citado por Paiva (2019, p. 60), temos:

É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revista, trabalhos de congressos, teses, etc.) e o respectivo fichamento de referências para serem posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Com essa orientação, fizemos a ‘varrição’ necessária acerca dos saberes que foram produzidos sobre a temática e as teorias propostas. Realizando, assim, a revisão bibliográfica ou revisão da literatura que “consiste numa espécie de ‘varredura’ do que existe sobre o assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso não ‘reinvente a roda’!” (Paiva, 2019, p. 60, grifos do autor).

Portanto, esse procedimento foi efetivo para aprofundamento teórico da Análise do Discurso e dos estudos acadêmicos direcionados à temática em estudo: questões de gênero e

relações de poder e das formações discursivas a serem analisadas no *corpus* de dados: sociedade, gênero, jurisprudência, violência e resistência. Ainda por se tratar de uma pesquisa com uma proposta de Análise do Discurso, na qual a historicização dos saberes e discursos é fundamental, o procedimento bibliográfico foi um recurso importante para nossa atividade.

Nas palavras de Oliveira (2012, p. 69) “A pesquisa bibliográfica é imprescindível para realização de estudos históricos”. Nesse sentido, estaremos assim mantendo uma postura arqueológica para buscar as irrupções históricas dos saberes e sentidos, que serão melhor exposto no tópico seguinte.

### **2.3 Análise do Discurso para análise de dados**

Quando afirmamos que usaremos a Análise do Discurso para análise de dados, das formações discursivas, relações de poder e questão de gênero, queremos dizer que nos orientaremos por duas óticas discursivas: Arqueogenealogia de Michel Foucault, Estrutura e Acontecimento de Michel Pêcheux.

### **2.4 Arqueogenealogia de Michel Foucault**

A princípio, como nos baseamos nos pressupostos definidos por Michel Foucault, em termos do percurso das relações entre Poder, Saber e Sujeito, faremos um paralelo histórico, mas não de maneira linear. Para tanto, o método de análise utilizado foi o arqueogenealógico, ou melhor, fizemos uma análise da obra e da personagem Hester Prynne, não apenas considerando-a em um quadro histórico, mas também levando em consideração as constituições das relações de poderes, saberes e verdades que compõem o processo de subjetivação da personagem e de sua manifestação por via do discurso, não deixando de considerar a sociedade, a história e os sujeitos. Para isso, Foucault propõe a arqueogenealogia que, segundo o autor, “[...] a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se despreendem. Isso para reconstruir o projeto de conjunto” (Foucault, 1999, p. 16).

No método arqueogenealógico de Michel Foucault, o sujeito deve estar sempre dentro de um quadro sócio-histórico determinado para uma melhor compressão das relações de poder e saber segundo os quais a atuação de dispositivos que constituem e atuam sobre o corpo do sujeito se torna o lugar superficialmente marcado pelos acontecimentos. O que se refletem na subjetividade e nos discursos. Esse quadro é nomeado por ele de arqueogenealogia. A caixa de

conceitos foucaultianos, nos permite apreender o processo histórico da constituição do sujeito, a irrupção dos saberes e dos discursos dominantes aceitos na sociedade, além das táticas do exercício de poder. Assim, torna-se possível de compreendê-los caso seja feito um estudo arqueogenealógico. Segundo (Foucault, 1979, p. 22):

O corpo: superfície das inscrições dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpetua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.

Essa ideia, em procedimento, permite-nos a interpretação constitutiva do sujeito e dos saberes, por isso, é possível de compreendê-los se feito um estudo histórico e arqueogenealógico, afigurando, assim, os mecanismos de exercício de macro e micro poderes-saberes constituidores de subjetividades e docilização dos corpos nas sociedades que, historicamente, os marcam. Por serem as lutas históricas um movimento ininterrupto e contínuo, mas com formas únicas, num espaço de tempo, elas os dissolvem e os modificam constantemente, causando assim rupturas ou continuidades históricas que, muitas vezes, se apagam e caem no nosso esquecimento. Fazer uma arqueogenealogia seria dar luz aos acontecimentos históricos e saberes esquecidos e que ficaram de fora da posição de verdade; dando, assim, em detrimento, lugar aos acontecimentos, saberes e ao estabelecimento das relações de poder-saber que nos marcam, profundamente, e que produzem e reproduzem nossa subjetividade significativamente.

Neste processo, algumas relações de saberes, de poder, de discursos e de subjetividades se tornam dominantes, encaminham-se para o centro; enquanto outras que se tornam subalternas se dirigem para as margens. O interesse do autor é pelos saberes e subjetividades que ficaram de fora da posição de verdade por meio de mecanismos diversos de exercício de poder. Nesse sentido, afirma o autor: “Chamemos, se quiserem, de “genealogia” o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (Foucault, 1999, p. 13, grifos do autor).

## **2.5 Estrutura e acontecimento de Michel Pêcheux**

Nos conceitos estrutura e acontecimento de Michel Pêcheux, o acontecimento é um fato histórico que constitui objetos, conceitos, ideias, rupturas e enunciados. Os quais ficam marcados e derivam da memória discursiva (linguagem e ideologia) dos sujeitos. O

acontecimento é o momento no qual surgem novos enunciados que se juntam e originam efeitos de sentidos por meio das ideologias referentes a um discurso. Estrutura-se todo em linguagem que, por sua vez, nos permite o acesso interno à memória discursiva dos sujeitos e a seus sentidos.

Forma-se uma estrutura pela língua e pela ideologia que faz ecoar os falares discursivos da memória social. Nesse sentido, o autor propõe um método de interpretação do discurso que leva em consideração formas de descrição e interpretação da estrutura e do acontecimento histórico na sua atualidade. Os efeitos de sentido da enunciação e a memória da qual surgem, a fim de interpretar e de definir o acontecimento através da circulação de enunciados que fazem funcionar o e dão sentido ao acontecimento. Assim, os enunciados mudam de sentido a partir da posição ideológica em que o sujeito é interpelado, da memória discursiva que ele representa e se identifica. Nas palavras de (Pêcheux, 2008, p. 53, grifos do autor):

A consequência do que precede é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinado) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Tais acontecimentos remexem e mobilizam a estrutura discursiva interna da memória discursiva dos sujeitos, gerando novas materialidades, atualizações, metaforizações e derivações de sentido, rupturas ou apenas continuidade, no espaço-tempo sócio-histórico, em sua exterioridade, na atualidade. Podendo, assim, ser aceitas ou não aceitas na memória, dando continuidade ou descontinuidade à lógica semiótica interna vigente e aceita na estrutura da memória discursiva.

A questão da memória como uma estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: condição do legível em relação ao próprio legível. [...]. a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? (Pêcheux, 1999, p. 52, grifos do autor).

O papel do analista, nesse sentido, seria de ler, descrever e interpretar os enunciados discursivos sobre o objeto ou o acontecimento e a estrutura (memória-linguística-discursiva), buscando interpretar as discursividades circulantes, na especificidade do acontecimento, que é sempre complexo (político, artístico, religioso, jurídico, violência, sociais, de questão de gênero, de resistência etc.), surgido como um texto a ler. Assim, na relação com os dados históricos, movimentado por sujeitos sócio-históricos, imbricados numa memória discursiva, numa sociedade de classes, o analista busca evidenciar a discursividade e seu funcionamento ideológico, no batimento, na tensão entre descrição e interpretação do discurso, como uma estrutura e acontecimento, isto é, duas faces da mesma moeda.

## 2.6 Análise crítica de Sérgio Freire

A sistematização da nossa análise e escrita organizou-se seguindo o método de Sérgio Freire (2014). Segundo o autor, a realização da análise passa por dois momentos, os quais nos guiam no processo de sistematização e desenvolvimento e que se completam, nomeados por ele de: *Análise em si e a escrita da análise*. Segundo Freire (2014, p. 18, grifos do autor):

Análise em si envolve a *circunscrição do conceito-análise* e a escolha, interpretação e análise do corpus por meio de *perguntas heurísticas*. Uma vez feita a análise, passa-se para um segundo momento: *a escrita da análise*. A escrita da análise é a formatação do relato de análise para divulgação, é a textualização do que o analista fez e encontrou.

No primeiro momento: *a análise em si*, há duas etapas a serem percorridas pelo analista. Primeiro, começamos com uma *leitura flutuante*, na qual o analista tem o primeiro contato com o texto sobre o qual se procederá a análise com a criação das primeiras hipóteses discursivas. A segunda etapa é a *leitura analítica*: nesse momento o analista se instiga com *perguntas heurísticas* que consiste em: buscar, evidenciar e ratificar sentidos no texto. Assim considerando, o analista pergunta: 1) qual o conceito-análise que há no texto? (será *a priori* ou *a posteriori*?) 2) de que forma o texto produz o conceito-análise? 3) a qual formação discursiva pertence o conceito-análise colocado no texto e como ele se manifesta no texto? “A terceira pergunta localiza o sentido construído pelo texto dentro de algum discurso. É o momento em que o analista evidencia o funcionamento da ideologia na textualização” (Souza, 2014, p. 22).

Após todo o processo robusto de estudo, pesquisa e reflexão buscando definir como determinado discurso, no texto, produz sentido e como a ideologia funciona e mobiliza os sujeitos sócio-históricos e a qual formação discursiva a ideologia pertence e uma possível

definição do *corpus*, parte-se, então, para o segundo momento. A segunda etapa é a estruturação da *escrita da análise*, textualizando no gênero acadêmico a que o pesquisador do discurso pretende realizar (artigo, tese, dissertação... etc.). Segundo Freire (2014, p. 40):

Nada impede o analista de escrever seu relato de pesquisa da mesma forma como a pesquisa é feita. No entanto, a escrita da análise pode ser melhor organizada em formato linear. Por conta da tradição de organização da textualização acadêmica, um texto sequencial, definido em suas partes, é mais bem acolhido dentro do gênero acadêmico.

Nesse sentido, a escrita dos resultados da pesquisa pode ser textualizada e estruturada da seguinte forma: 1) *Caraterização da análise*, que seria uma forma de introdução e caracterização o objeto, do *corpus* e contextualizar o problema discursivo, etc. 2) *Explicitação do Dispositivo Teórico e do Dispositivo Analítico*, que consiste em explicar como a teoria da análise do discurso estuda o discurso, a ideologia, o texto, o sujeito, e caracterizar os dispositivos analíticos conceituais específicos que serão mobilizados na análise. 3) *Relato de análise: descrição e interpretação*. Nesse último, O analista deve evidenciar o funcionamento do discurso que identificou na materialidade do texto por meio das marcas linguísticas dos exemplos retirados do *corpus*. “Não basta dizer que o texto representa o discurso *x*. É necessário mostrar, com textos, o discurso *x* funcionando” (Souza, 2014, p. 42-43). *O retorno da análise* consiste numa forma de conclusão da pesquisa na qual o “analista deve apresentar, a partir da análise da linguagem, que sua visão do fato social se diferencia da visão padrão presente no imaginário social, que deve ter sido apresentada no momento da contextualização” (Souza, 2014, p. 43).

Depois, o analista deve deixar algumas perguntas para levar o leitor a refletir, apontando para outras possíveis análises. 5) *Referências, anexos e apêndices*, com as bibliografias empregadas para embasar teórica e criticamente a análise.

## 2.7 O corpus

A montagem do *corpus* foi formada a partir de recortes de trechos da obra *A Letra Escarlata* (1850). Neles, a personagem Hester Prynne evidencia a questão do gênero por consequência das estabelecidas relações de poder, dos preceitos da ideologia religiosa, androcêntrica e de outras formações discursivas derivadas desse contexto sócio-histórico, na sociedade da obra. Percebidas no decorrer da *leitura flutuante e analítica*, na qual os recortes têm regularidade de sentido e serão, assim, categorizadas em formações discursivas



identificadas *a priori* e *a posteriori* a serem descritas e interpretadas na ótica na Análise do Discurso de outros autores. A quantidade de textos e enunciados para a montagem do corpus que caracteriza e categoriza cada formação discursiva analisada foi determinada pelo princípio da *saturação* que Sergio Freire, (2014, p. 20-21, grifos do autor) assim expressa:

A saturação é o momento em que o analista percebe a recorrência das propriedades do discurso a ponto de poder dar por encerrado o acréscimo de textos ao corpus. Isso pode se dar com um texto - no sentido discursivo -, com dez, com quinze. Não há fórmula. Vai-se fazendo a descrição e análise no *batimento* e quando o discurso satura é hora em que se pode parar. Assim, normalmente, o corpus se define no próprio processo de descrição e análise, não sendo necessariamente um dado *a priori*. Não se escolhe o corpus e se analisa. O corpus vai sendo escolhido à medida que a análise acontece. A definição do corpus já é um movimento de análise. Uma vez delimitado inicialmente o corpus – pode ser necessário mais material empírico se não houver a *saturação* -, é necessário começar o processo de descrição e interpretação dos textos.

Ao realizar os recortes de textos e montar o corpus, fizemos um paralelo entre as teorias utilizadas para a análise arqueogenealógica e estrutura/acontecimento do discurso por meio das materialidades linguística e dos enunciados discursivos, dando-lhes um tratamento discursivo e relacionando-os não apenas com a temática em análise, mas também com outros autores.

## **2.8 Finalizando**

Uma vez que nosso objetivo é apresentar uma possibilidade de análise discursiva, escolhemos como objeto de estudo a obra *A Letra Escarlata* (1850), de Nathaniel Hawthorne. Explanamos o contexto histórico da obra e das relações de gênero, apresentamos a teoria do discurso francesa e evidenciamos, na análise de dados, como as relações de Poder-Saber atuam no controle da parresia e dos corpos dos sujeitos, mantendo-os na ordem do discurso e na ideologia dominante estabelecidos como verdades e que atuam sobre a subjetivação e controle da sociedade.

Assim, fizemos uma análise descritiva, crítica e interpretativa da sociedade da obra para compreender sua estrutura, organização, relações de poder e as ideologias. Também apresentamos o funcionamento da jurisprudência vigente no contexto sócio-histórico da obra, isto é, na forma de vigiar e punir os sujeitos infames e anormais, na sociedade de *A Letra Escarlata* (1850). Expusemos a ideia de determinação de identidade de gênero para o sujeito feminino destinado para o período sócio-histórico da obra e como a protagonista rompe certos paradigmas mesmo sofrendo violência, apresentando uma subjetividade diferente e com atos de resistência à dominação do sujeito feminino.

Por fim, evidenciamos as situações de violência que a personagem sofre e de como ela materializa resistência mesmo estando em uma sociedade cuja relação de poder oprime as mulheres e as coloca em posição de subalternidade. Ela evidencia que mesmo antes do discurso feminista, mulheres já resistiam e exigiam liberdade e igualdade. A ideia foi fazer por meio de um estudo qualitativo-discursivo e bibliográfico, uma análise crítica-descritiva-interpretativa e, ao mesmo tempo arqueogenealógica, realizando um percurso de fundamentação teórica e metodológica da Análise do Discurso Francesa, no arcabouço teórico de Michel Pêcheux, na relação Língua-Sujeito-Discurso e Michel Foucault, na relação Poder-Saber-Sujeito-Discurso.

Um diálogo crítico com os dois autores em suas aproximações, para evidenciar como o exercício de poder e a materialidade do efeito ideológico transcorrem, na sociedade e nos sujeitos, de *A Letra Escarlate* (1850) e sua implicância em relação à questão do gênero, que serão melhores expostos e sistematizados na análise de dados a seguir. Assim esperamos!

### **CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS**

#### **3.1 “O olhar carrancudo, a severa repreensão, [...] respaldados pela autoridade bíblica”: A SOCIEDADE: androcêntrica, patriarcal, puritana e disciplinar**

Segundo Brandão (2004, p.107), uma formação social “caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes”. Essa condição forma uma conjuntura específica de uma comunidade que é constituída em “um determinado momento de sua história” (p. 107). As relações de classe são constituídas a partir de práticas de produção econômica, de organização social, política, jurídica e cultural que são aceitas e são dominantes na formação social. E essas “[...] relações correspondem a posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação” (p. 107).

A formação social que caracteriza a sociedade sobre a qual se procede a análise, é uma sociedade constituída e determinadas pelas “articulações ou processo de sustentação da formação discursiva dominante” (Pêcheux, 1995, p. 153) e pelas seguintes formações discursivas com suas respectivas formações ideológicas, que mantêm entre si uma relação de aliança, na manutenção das práticas ideológicas, das evidências dos sentidos e da constituição do sujeito (Pêcheux, 1995). São essas as formações discursivas: conservadora, patriarcal, androcêntrica, heteronormativa, sexista, de organização binária, eurocêntrica, teocrática-juristocrática, repressiva, pré-capitalista, religiosa, puritana, punitivista, normalista e disciplinar. Essas formações discursivas mantêm uma interdiscursividade que, por sua vez,

produz, reproduz e sustenta o que Pêcheux (1995, p. 167) chama de *pré-construído*: “que fornece [...] a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’ com a formação discursiva que o sujeita”. O fragmento a seguir descreve as relações sociais no imaginário social através da formação discursiva dominante da Nova Inglaterra.

A disciplina familiar naquela época era de um tipo muito mais rígido do que o atual. O olhar carrancudo, a severa repreensão, a aplicação da vara, respaldados pela autoridade bíblica, eram utilizados não apenas na forma de punição por ofensas reais, mas também como regime saudável para o desenvolvimento e promoção de todas as virtudes infantis (Hawthorne, 2016, p. 99).

As palavras *família, disciplina, autoridade, bíblia, regime, virtudes infantis, aplicação, repressão, olhar carrancudo e punição* trazem consigo diversos enunciados discursivos que, para o ocidente, remontam construções históricas de produções, normalizações e disciplinarizações de corpos dóceis e a constituição de subjetividade. As famílias, os sujeitos e a sociedade são os resultados desses preceitos. De práticas religiosas puritanas e patriarcais, que produzem uma formação discursiva na qual os ideais bíblicos e o exercício de poder do homem organizam as instituições e os mecanismos de disciplina na sociedade em geral e na instituição familiar, na formação de sujeitos femininos e masculinos dóceis e úteis. E tudo isso, começa na família, como uma instituição disciplinar que, segundo Rykel, para os puritanos assim expressa: “a família era a unidade fundamental de uma sociedade santa” (2013, p. 312).

Numa sociedade puritana e patriarcal, as famílias são instituições primordiais de exercício de poder e produção de sujeitos dóceis e úteis, “cada mãe sucessivamente transmitia a seu filho um florescer menos vicejante, uma beleza mais delicada e breve, um porte físico mais frágil, quanto não um caráter de menos força e solidez do que o seu próprio” (Hawthorne, 2016, p. 60). O exercício do poder familiar representa uma das mais atuantes instituições disciplinadoras e constituidoras de subjetividade. O enunciado seguinte evidencia o imaginário discursivo que as crianças herdaram a respeito da condenação de Hester Prynne: “[...] eles haviam absorvido de seus pais uma vaga ideia de algo terrível naquela mulher triste deslizando silenciosamente pela cidade” (Hawthorne, 2016, p. 95).

Assim como Hester Prynne, sua filha herdou a condenação da mãe. “Pérola era uma pária do mundo infantil. Um demônio maligno, emblema e produto do pecado, não tinham direito entre as crianças batizadas” (Hawthorne, 2016, p. 101). A sociedade puritana e a instituição familiar agiam como dispositivos de poder e subjetivação dos sujeitos infantis para torná-los dóceis e disciplinados, pois, para o puritanismo, “a própria natureza e fibra moral da sociedade dependem do que as crianças apreenderam — ou deixaram de apreender — na

família” (Ryken, 2013, p. 312). Por isso, devem ser educadas, vigiadas e punidas. Antes que a sociedade os corrompa, ou eles corrompam a sociedade com outras ideologias.

Nesse sentido, evidencia-nos como as práticas do cristianismo puritano eram dominantes nas práticas disciplinares em seus lares e na sociedade, como diz o puritano “Cotton Mather, ‘Famílias bem organizadas naturalmente produzem uma boa ordem em outras sociedades. Quando as famílias estão sob uma má disciplina, todas as outras sociedades [estarão] mal disciplinadas’” (Ryken, 2013, p. 312-313, grifos do autor). A família é, por fim, “uma instituição designada primeiramente para a glória de Deus e o benefício da sociedade,” (Ryken, 2013, p. 313).

Essa relação evidencia como os puritanos eram eficientes nos domínios das palavras de conteúdos religiosos em suas casas, nas relações sociais e na sociedade. Os puritanos tinham um elevado ideal em relação à organização na maneira de estabelecer as relações de poder, na instituição familiar e nas formas de disciplina, pois para eles, a família é “uma escola onde são aprendidos os primeiros princípios e fundamentos de governo e subordinação, enquanto chamou a família de ‘a verdadeira imagem da comunidade’... Tudo estará bem na comunidade onde as famílias são apropriadamente ajustadas” (Ryken, 2013, 312, grifos do autor).

Na obra, *Santos no Mundo – Os Puritanos como Realmente Eram*, Leland Ryken (2013) reproduz todo um discurso com a finalidade de resgatar valores e os ideais políticos e ideológicos da formação social do puritanismo, com relatos próprios de sujeitos puritanos. Em relação à ideia de família, segundo o autor:

A teoria de família dos puritanos baseava-se numa hierarquia de autoridade. Sua atitude pode ser resumida numa simples fórmula: eles aceitavam a autoridade do marido e pai como um mandamento bíblico e prosseguiram definindo a natureza dessa liderança de uma maneira responsável. Hierarquia na família significa, primeiramente, que o marido e pai é o líder responsável por tudo o que acontece e, no fim das contas, responsável por assegurar que coisas essenciais estejam acontecendo na família. Lutero e Calvino haviam estabelecido a versão da doutrina que os puritanos aceitaram (Ryken, 2013, p. 316).

Causa-nos o efeito de sentido da organização familiar puritana, das relações de poder, o domínio do homem sobre o lar em decorrência da uma sociedade patriarcal e a disciplina por meio de práticas religiosas das ideologias protestantes.

A ânsia pela formação de subjetividades com uma forma de normalização de uma sociedade, com uma ética altamente religiosa, fazia com que todas as práticas discursivas, nessa sociedade, fossem atravessadas por conteúdos de ideais bíblicos, cujo objetivo é produzir uma disciplinarização dos sujeitos e uma cultura geral para a sociedade, para as relações nos lares e

na organização da jurisprudência. O enunciado, “O olhar carrancudo, a severa repreensão, a aplicação da vara, respaldados pela autoridade bíblica” desvela que a discursividade jurídica que determina o comportamento civil e social entrelaça-se pelas ideologias religiosas.

O código civil iguala-se à Bíblia. Em outro excerto, “uma bênção para a justa colônia de Massachusetts, onde a iniquidade é trazida à força para a luz do dia!” (Hawthorne, 2016, p. 64), desponta o imaginário discursivo jurídico-religioso calvinista, na sociedade puritana, na qual para conservar sua ordem de representação, ideais e organização, os puritanos tinham práticas de domínio e autoridade por meio da repreensão de forma extremamente rígida para manter a normalização, a coesão e a lógica ideológico-religiosa de sua identidade nos sujeitos. Desempenhavam um exercício de poder explícito no controle de todas as práticas dos sujeitos, pois existia um princípio moral de existência e de socialização baseado na ideologia da coletividade, na qual o erro de um pode comprometer todo o grupo, baseando-se no discurso bíblico de que o pacto de Deus e com seu povo é para com todos os escolhidos por ele (Karnal *et al*, 2008).

Michel Foucault (1987) chama essa prática de *dispositivo da normalização*, que age em função da homogeneizar e classificar um certo conjunto de coisas, condutas, discursos e ideias esperadas e que representam determinada condição de normalidade e se caracteriza com um: “conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares” (Foucault, 1987, p. 28).

Essa normalização deve operar na subjetividade e no corpo, em sua exterioridade para constituir uma interioridade como representante de um corpo histórico e social marcador de certa normalidade e individualidade dominante. Essa normalização é constituída de mecanismos diversos de métodos de exercício de poder disciplinar sobre o sujeito, sobre o corpo, com “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987, p. 164). Para o autor, as formas de disciplinarizações sempre existiram na sociedade ocidental, de formas diversas e dispersas. Mas, segundo ele, foi só no decorrer dos séculos XVII e XVIII que “as disciplinas se tornaram [...] fórmulas gerais de dominação” (Foucault, 1987, p. 164).

Quando descrevemos essa sociedade, em nossa análise, desvelamos que os ortodoxos puritanos desejavam um território igual à que Calvino fizera em Genebra. Um lugar cuja interdiscursividade religiosa e jurídica seria do tipo híbrida e aliada, tornando-se um dispositivo político de disciplinarização e normalização de toda a sociedade. Nela, a ideologia da

*predestinação* seria uma ideologia criacionista seguida obedientemente por todos, na aceitação primordial à soberania de Deus, na qual tanto a vida pública quanto a privada seriam controladas e marcadas discursivamente pela força da ética e da moralidade puritana. Observemos o enunciado a seguir para analisarmos a relação entre a personagem Hester Prynne e a sociedade de *A Letra Escarlate*:

Uma troça de homens barbados, com roupas de cores tristonhas e chapéus cinza de capa alta, misturados com mulheres, algumas usando touca, outras com cabeça descoberta [...] A época não era tão refinada a ponto de possuir sentimentos de inadequação que refreassem as usuárias de anáguas e saia balão de aparecerem em locais públicos, metendo-se entre a multidão com seus corpos nada franzidos (Hawthorne, 2016, p. 57-60).

As palavras anunciadas: *cores tristonhas, chapéus cinza, anáguas, touca, cabeça coberta, saia balão* evidenciam, discursivamente, como os puritanos se vestiam e como era controlada a roupagem do corpo dos sujeitos, nos âmbitos públicos e privados. Havia uma disciplina e uma normalização das práticas nas maneiras como vestiam o corpo, a qual devia ser simples, comportada, recatada, sem cor e humilde. Por outro lado, Hester Prynne, mesmo seguindo as regras, tinha um estilo próprio e refinado que a destacava da moda e do estilo imposto pelos ideais de vestimenta puritana, como observamos no enunciado da seguinte materialidade linguística, na qual evidencia o bordado da letra em suas roupas:

Tratava-se de um objeto tão artístico e ostentando tanta opulência e luxúria típica da moda que parecia ser a decoração final e mais adequada para as roupas que ela vestia, e que eram esplêndidas para o gosto da época, mas muito além do que era permitido pelas leis de recanto da colônia (Hawthorne, 2016, p. 62).

Além da normalização das roupas, as brincadeiras das crianças também eram controladas, disciplinadas e normalizadas pelos puritanos. Deveriam fazer sentido e ter um princípio educativo, útil e disciplinado. Esse sentido parte de conteúdos religiosos dos ideais ideológicos puritanos que as crianças materializavam em suas brincadeiras:

Brincando com as formas sombrias que a criação puritana permitia; brincando de ir à igreja, [...], ou de flagelar quacres; ou de tirar escalpos em uma luta encenada com os índios, ou assustando aos outros com aberrações de imitação de feitiçaria e bruxaria (Hawthorne, 2016, p. 101).

As roupas e brincadeiras infantis permitidas eram peneiradas pelo discurso religioso, que era habitualmente um dispositivo de vigilância e disciplinarização dos indivíduos. Reforçando a subjetividade adequada para manter o controle dos sujeitos e a normalização de

comportamentos, alentada pela ideologia de coletividade, com que todos pagam pelo erro de um. Foucault chama essa prática de *tecnologia do poder* sobre o corpo, ou seja, uma técnica disciplinadora do indivíduo. Para o autor “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 163).

Por se organizar em princípios de uma formação social patriarcal, a mulher exerce seu papel e práticas em uma disciplina moral de submissão, de atividades secundárias e inferiores. Os homens organizam e exercem o poder nas relações sociais, nas instituições, enquanto as mulheres se localizam nas atividades secundárias, principalmente nos afazeres da casa, na reprodução e na criação das crianças, sendo as responsáveis pelo investimento educacional da prole (Lerner, 2019). O discurso do enunciado: “As mulheres sentem um prazer, incompreensível para o sexo oposto, no labor delicado feito com a agulha” (Hawthorne, 2016, p. 92), causa-nos o efeito de sentido da localização dos indivíduos nas relações da sociedade patriarcal. O imaginário social coletivo localiza a mulher branca, na fragilidade, no manuseio da agulha, cujo prazer da arte da costura o homem branco bruto jamais poderia imaginar, por ser lugar onde somente uma mulher poderia ocupar. Convém ressaltar que se trata de um escritor masculino que discursivamente materializa os estereótipos femininos e reforça ideologias patriarcais, no romance e na personagem.

Dentre diferentes outras atividades para o sujeito feminino, a atividade da costura é uma atividade normativa incorporada na subjetividade, numa sociedade patriarcal, androcêntrica, puritana e disciplinar. O sujeito feminino que não souber costurar, cozinhar, comportar-se, cuidar da casa, dos filhos, etc. não ter desempenho nessa subjetividade ideal e constituída, não será vista com bons olhares, não casará e ficará para trás em relação a outras mulheres. Por isso, deve ser iniciada e normalizada em tais práticas culturais e naturais ainda na infância e conhecer todas essas práticas, como a exemplificada na atividade da costura, que deve ser realizada com esmero, com um prazer incompreensível e se estender, da mesma maneira, a todas as outras práticas sociais esperadas para as mulheres.

Além da atividade da costura, que é uma forma de dominação e de disciplinarização do sujeito feminino para estabelecer relações de poder, poderiam ser também mencionadas: atividade de boas maneiras femininas, práticas de culinária, práticas de perfeita dona de casa, práticas de maternidade, práticas de boa esposa, práticas de mãe exemplar, etc. (Beauvoir, 1967). São atividades normativas incorporadas na subjetividade do sujeito feminino numa sociedade sexista. Assim, as mulheres incorporam essas práticas, na subjetividade, para uma ordem cultural do sistema patriarcal e androcêntrico de dominação do feminino (Bourdieu, 2010). Nesse contexto, um tema importante, na questão de gênero, é que a mulher costura para

a casa, para os filhos, para o marido e familiares. Por outro lado, o homem que costura é um artista refinado, sofisticado, um empresário, um alfaiate. A mulher aprende a cozinhar somente para as necessidades da casa, para os filhos, maridos e familiares. O homem, por outro lado, é um *master chef*, um artista refinado na arte de fazer boas refeições, cozinha por *hobby* e divertimento.

Nesse sentido, os mecanismos de exercício de poder de uma sociedade como essa, discursivamente, produzem seus efeitos nos corpos e os divide, no modo de ser homem e mulher, agem em função da inferiorização do sujeito feminino e superioridade do sujeito masculino. Produzindo, assim, desigualdade de gênero em suas representações e práticas sociais na cultura patriarcal. Essa divisão de atividades, como vimos, remonta os primórdios da civilização e da criação do patriarcado sucedido com o estabelecimento da agricultura. As mulheres, antes, contribuíam ativamente em outras atividades e tinham um efeito de sentido de importante contribuição, tanto quanto as atividades realizadas pelos homens. Na passagem da caça e da coleta para a agricultura, a mulher passou a exercer atividades dentro do lar (Stearns, 2015). A partir desse momento, uma divisão social e ideológica para os papéis e comportamentos esperados para cada sexo foi mudada, estrelando-se e se cristalizando. No entanto, foi historicamente esquecido e apagado. Assim, temos a sensação de que sempre existiu.

Discursivamente, esses papéis e práticas são projetados no imaginário discursivo dos sujeitos e no campo da linguagem da sociedade através de instituições para depois, através do tempo, serem esquecidas e naturalizadas por nós mesmos. Na análise do discurso, chamamos de *esquecimento número um*, que também é chamado de Sonho Adâmico. Eni Orlandi (2009, p. 35) nos esclarece que:

[...] o esquecimento Número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existent. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

Ao existir em uma sociedade ideologicamente constituída, o sujeito possui a falsa sensação de ser o autor de determinados discursos e práticas, daí a paráfrase ao nome de Adão, que segundo preceitos cristãos, foi o primeiro homem a ocupar o plano terreno. Ao afirmar que existe uma divisão social ideologicamente constituída e uma relação de poder entre papéis sociais



para mulheres e homens, todo um processo histórico de cristalização dessa ideia é apagado. Assim, a formação social do sistema patriarcal historicamente produziu toda uma cultura, todo um aparelhamento de instituições ideológicas e repressivas, formas de exercer o poder sobre a mulher e, discursivamente, de projetar práticas, ideologias e um sistema de signos eficientemente projetado para a subjetivação do sujeito feminino. Operacionaliza toda uma prática cultural que constitui uma subjetividade colocada em uma condição naturalizada, atuando sempre em práticas sociais inferiores, práticas de submissão, passividade e uma ética de aceitação da violência simbólica.

Gerda Lerner (2019) afirma, em *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*:

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta (Lerner, 2019, p. 17).

No sistema patriarcal, há uma atuação íntima dos aparelhos ideológicos do Estado, principalmente da família e da religião. Em *A Letra Escarlata*, a família e religião são os principais dispositivos disciplinares de investimento, inculcamento ideológico e repressivo para a formação de sujeitos úteis para atuarem na sociedade. Projetando o controle de representação e percepção do significado social. A atividade da costura, nesse sentido, tem significado e atribuições diferentes no sistema sexo-gênero (Lauretis, 2019), mediante a operacionalização das *tecnologias de gênero* (Lauretis, 2019) e seu exercício de poder na delimitação, diferenciação do significando e do sentido em diferentes atividades culturais, formando, ideologicamente, uma hierarquia de poder e de significação na categoria de gênero.

As concepções culturais do masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente e nas quais todos os seres humanos são classificados, formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais (Lauretis, 2019, p. 119).

Isso produz uma estrutura de *violência simbólica* para o sujeito feminino. Bourdieu (2010) chama esse exercício de poder de androcentrismo, que se caracteriza pelo exercício de poder altamente amplo e simbólico do homem sobre a mulher. Como consequência, da dominação masculina, tem-se uma forma de *violência simbólica* do homem materializado sobre

a mulher, uma forma poderosa e violenta de manter o homem eternamente numa posição favorável e dominante em relação ao feminino e à sociedade. Presa nas amarras simbólicas nesse sistema, a mulher é incapaz de perceber a violência de uma organização e reprodução social desfavorável para elas.

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem se não confirmar seguidamente tal preconceito (Bourdieu, 2010, p. 44).

Nesse sentido, o sistema patriarcal (Lerner, 2019), androcêntrico (Bourdieu, 2010) e as tecnologias de gênero (Lauretis, 2019) vão controlando o significando simbólico do campo social, vão distribuindo práticas, discursos, saberes, símbolos de representação com efeitos na cultura e na sociedade em geral, que vão construindo a subjetividade do sujeito masculino e feminino na sociedade. Assim, as práticas são taticamente selecionadas e distribuídas, discursivamente, produzindo efeitos em corpos e mentes nos sujeitos viventes na complexidade simbólica da sociedade que objetiva, sobretudo, constituir uma subjetividade submissa e inferior da mulher. Um sujeito comportado, recatado, sem consciência da violência simbólica que sofre e motivados para atividades domésticas. Assim, faz seu papel natural de reprodução biológica e de reprodução social aparelhadas por instituições destinada a ela. Segundo Bourdieu (2010, p. 45, grifos do autor):

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimentos são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, adesão dóxica, crença que não tem que pensar e se afirmar como tal “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.

Esse é o cenário apresentado na sociedade da obra *A Letra Escarlata*, de Nathaniel Hawthorne. A personagem Hester Prynne apresenta um imaginário discursivo que refuta as imposições das relações de poder e a expectativa ideológica de gênero da época na qual estava. Mesmo muito antes das ideias feministas, mulheres já resistiam às imposições de gênero e ao sistema androcêntrico e patriarcal de dominação, normalização e individualização de seus comportamentos. Ela apresenta atitudes e comportamentos diferentes da expectativa do funcionamento discursivo social patriarcal, androcêntrico e puritano. Não foi diferente com a personagem. Por outro lado, temos as mulheres que seguiam discursivamente o sistema

patriarcal como ideologia dominante. O seguinte enunciado, apresenta-nos um comportamento anormal manifestado pela protagonista. Mesmo inserida em uma sociedade patriarcal, dominada pela religiosidade, pela dominação masculina, por mecanismos de disciplinarização e com a ausência do feminismo, Hester Prynne resistia.

[...] era esposa de um certo erudito, inglês de nascimento, mas há muito vivia em Amsterdã, de onde, um bom tempo atrás, decidiu cruzar o oceano e tentar a sorte conosco, em Massachusetts. Para tanto, ele enviou a esposa primeiro, ficando para trás para poder cuidar de certas necessidades. Por Deus, senhor, nesses quase dois, ou pouco menos, em que a mulher tem vivido por aqui em Boston, não se sabe notícia desse doutor cavalheiro o Sr. Prynne; e sua jovem esposa vê bem, deixada à própria sorte para se desviar... (Hawthorne, 2016, p. 71).

Mesmo casada, a personagem segue sozinha para o Novo Mundo e toma as atitudes que pertenciam apenas ao papel masculino, como a própria prática sexual fora do casamento, só permitida aos homens. Há uma ousadia de Hester em relação à independência e à sexualidade, e até ao modo como assume a culpa em oposição à covardia de Artur, o amante dela, que se esconde dos seus atos. Com o desaparecimento do marido, a narrativa nos evidencia que a personagem segue a vida normalmente, mas sob os olhares negativos que a condenam ao pecado, pois, sem o homem racional, viril e contido, a mulher não tem norte na sociedade. Em virtude de não poder se dirigir por si mesma, a mulher se perde em emoções e paixões pecaminosas que a levam a uma degradação, a ponto de deixá-la à própria sorte para se desviar. Poderia Hester sobreviver nessa sociedade sem sofrer alguma forma de violência e punição?

### **3.2 “ela sentiu agonia a cada passo por causa das pessoas que se aglomeravam para vê-la”: A JURISPRUDÊNCIA: vigiar e punir o sujeito feminino infame**

Entendendo as práticas jurídicas como formas históricas que os homens criaram e que consistem nas maneiras pelas quais as interpretam e praticam a justiça, Michel Foucault (2003, p. 21) menciona:

[...] os danos e responsabilidades [...] a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometidos, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras, [...] todas essas práticas regulares.

Todas essas práticas jurídicas foram se modificando com o tempo, na história das práticas e saberes jurídicos do ocidente que, segundo o autor, “[...] é umas das formas pelas quais

nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade” (Foucault, 2013, p. 21).

Na sociedade de *A Letra Escarlate*, nas práticas jurídicas, lei e religião atuavam juntas na ordenação da jurisprudência. Assim, qualquer desvio comportamental fora dos padrões da ordem civil estabelecidos pelos aparelhos ideológicos do Estado, era julgado em nome de Deus, da suprema autoridade Bíblica, onde havia os ideais, os saberes e o embasamento ideológico para as severas práticas de julgamentos, as técnicas e os rituais de suplícios criados e determinados pelos gerentes da sociedade puritana e disciplinar.

Segundo Ryken (2013), “Os puritanos estenderam a autoridade bíblica também a assuntos de moralidade. Eles viram a Escritura como ‘suficiente para governarmos por meio dela todas as nossas ações’, ‘o perfeito sistema ou quadro de leis para guiar todas as ações morais do homem’” (Ryken, 2013, p. 542). A citação a seguir nos remete a esse princípio marcado nos sujeitos puritanos na obra:

Fosse qual fosse o caso, haveria basicamente a mesma solenidade comportamental por parte dos espectadores, sendo adequada a um povo para quem **religião e lei eram praticamente sinônimos, e em cujo carácter ambos estavam profundamente amalgamados**, que tanto os mais leves como os mais severos atos de repreensão pública se tornassem ao mesmo tempo veneráveis e temíveis. (Hawthorne, 2016, p. 59-60, grifos nossos).

A manifestação discursiva da categorização dos sujeitos que, possivelmente seriam julgados, supliciados e punidos naquele cenário, evidencia o sentido de como são os sujeitos infames, anormais e errantes em suas ações indisciplinadas e desviantes:

Pode ser que um **escravo preguiçoso** ou um **filho rebelde**, entregue pelos pais à autoridade civil, estivesse para ser corrigido no poste da flagelação. Pode ser que um **antinomista**, um **quacre**, ou qualquer outro **heterodoxo religioso** estivesse para ser excomungado da cidade, ou que um **índio vagabundo e errante**, transformado em rufião pela aguardente do homem branco, estivesse para ser conduzido a chibatadas para as sombras da floresta. “Talvez, ainda, uma **bruxa**, como a velha senhora Hibbins, a iracunda viúva do juiz, estivesse para morrer sobre o cadafalso” (Hawthorne, 2016, p. 59, grifos nossos).

Ao categorizar aqueles cujos comportamentos são desviantes e anormais, os que tinham o comportamento discursivamente normal, consideravam-se fora da possibilidade da pena do suplício. Assim, continuavam movimentando-se guiados pela normalidade da discursividade jurídica dominante. Uma vez que a religião e a lei civil caminhavam juntas na ordenação jurídica, a base para julgamentos e procedimentos de punição, a repressão pública também se justificava pela necessidade do ordenamento e disciplinamento social. Segundo Ryken (2013, p. 539, grifos do autor)

A linha de raciocínio dos puritanos sobre a autoridade bíblica é impecável: se Deus é o autor da Escritura, ela não pode mentir, e se ela não engana, deve ser inerrante e infalível. Os puritanos não hesitaram em aplicar uma ou outra das palavras à Bíblia. Para manter a visão de Lutero de que “a Escritura... nunca errou” e a convicção de Calvino de que a Bíblia é “a infalível regra de... verdade”.

Uma técnica, nas práticas jurídicas pelas quais os puritanos julgavam crimes e puniam os sujeitos infames, era no cadafalso. Essa punição ocorria necessariamente no corpo dos sujeitos e numa espécie de ritual público a que a sociedade assistia e também comentava. Mas, segundo Foucault (2010), a forma de punição no corpo deslizou com o tempo, passando essa penalidade a atingir, além do corpo, agora, a alma: “O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, forma o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva” (Foucault, 2010, p. 124). O trecho seguinte descreve o cadafalso, no qual Hester foi exposta ao julgamento social, punida em sua alma.

Na verdade, esse cadafalso constituía parte de uma máquina penal que, agora, por já duas ou três gerações, tem sido meramente histórica e objeto de tradição entre nós, mas que era considerada nos tempos antigos, agente tão eficaz na promoção da boa cidadania [...] Era, resumidamente, a plataforma do pelourinho; e acima dele se erguia a moldura daquele instrumento disciplinador, desenhado para confinar a cabeça humana de maneira bem apertada, mantendo-a, assim, erguida para observação pública. O próprio ideal de ignomínia estava presente e se fazia manifesto nesse artifício de madeira e ferro (Hawthorne, 2016, p. 64).

Tal instrumento punitivo é uma parte integrante do espetáculo de suplício ao qual toda a sociedade assistia, comentava e se divertia com a punição do criminoso. Na visão de Foucault (1987), é uma maneira também de supliciar simbolicamente aos sujeitos que assistiam ao espetáculo, era uma forma de discipliná-los. Como uma configuração necessária para fortalecer o comportamento discursivamente determinado como adequado para o funcionamento da sociedade. Visando, ainda, distanciar os pensamentos subversivos dos sujeitos e, dessa forma, manter a normalização civil dos corpos e mentes dos indivíduos. Mostrar que “o crime não compensa”.

O cadafalso representa um símbolo jurídico disciplinador, normalizador e punitivo que também remete a uma memória discursiva de repressão, como podemos constatar no texto: “A cena não deixava de ter um matiz de temor, como sempre ser com o espetáculo de culpa e vergonha em um semelhante, antes que a sociedade cresça e se torne corrupta o suficiente para sorrir em vez de tremer diante da cena” (Hawthorne, 2016, p. 64). Tal forma de punição era a maneira que a sociedade puritana de *A Letra Escarlate* adotava para supliciar os subversivos,

isto é, aqueles cujos comportamentos eram enquadrados no campo dos anormais, patológicos, pecadores. Portanto, necessitavam de alinhamento. Além disso, punir e corrigir simbolicamente aos que assistiam.

Assim como Calvino fez em Genebra, mudando os pensamentos, os comportamentos e o imaginário coletivo religioso dos sujeitos de maneira rígida, opressiva e ditatorial, os puritanos também faziam para manter os ideais religiosos do povo eleito por Deus. Uma espécie de ditadura muito repressiva, na qual “proibiram o teatro, os jogos, as danças e diversão nos dias santos. Cientistas e filósofos, que pensavam diferente dos calvinistas, foram presos e até queimados na fogueira” (Schmidt, 2007, p. 162). Vemos, portanto, a materialização do discurso jurídico-religioso e as formas de punição aos que não obedeciam à ideologia calvinista. reforçamos com Campos e Miranda (2005, p. 167), quando afirmam que Calvino fez em Genebra “uma sociedade na qual a Igreja regularia a vida política e social dos cidadãos. Ali fincaria pés à moralidade calvinista, impondo uma disciplina rigorosa quanto ao vestuário, aos costumes sexuais, ao comparecimento à Igreja e aos negócios comerciais”.

Foi o que aconteceu com Hester Prynne. Por desobedecer à lei e contrair relacionamento extraconjugal, teve que passar pelo ritual punitivo jurídico-religioso puritano. Hester, por ter tido uma filha proveniente de um relacionamento extraconjugal, teve que ser disciplinada. E também, disciplinar os outros com sua punição no cadafalso, sobretudo, os sujeitos femininos, e assim reforçar a normalização de gênero. Na citação que segue, há uma breve descrição desse procedimento espetaculoso:

– Abram espaço, e lhes prometo que a Sra. Prynne será posta em um local em que **homens, mulheres e crianças** poderão **ver claramente** seus **trajes**, desde esse momento até uma **hora após o meio do dia**. [...] Venha, Madame Hester, e mostre sua **letra escarlata** na **praça do mercado**. [...] não era grande a distância, naquela época, entre **a porta da prisão e a praça do mercado**. Do ponto de vista da experiência do prisioneiro, no entanto, **a jornada poderia ser considerada algo longo**; por mais arrogante que fosse seu comportamento, ela **sentiu agonia** a cada passo por causa das pessoas que se aglomeravam para vê-la, como se seu coração houvesse sido atirado na rua para que todos o desprezassem e o pisoteassem (Hawthorne, 2016, p. 64, grifos nossos).

Os enunciados homens, mulheres e crianças evidenciam quem eram os expectadores que estavam em processo de docilização, mas isso sem passar pelas suas consciências. De forma simbólica, o poder jurídico atuava como dispositivo disciplinador. Quanto à prisioneira, é possível ver a dimensão interna (sentir agonia, desprezo) e externa (trajes, praça do mercado, aglomeração, exposição pública, duração da exposição) que evidenciam a intensidade do ritual

da punição. A citação que segue demonstra o resultado do psiquismo do sujeito pós-espetáculo do suplício do sujeito punido: Hester e sua filha.

Após seu retorno à prisão, Hester Prynne encontrava-se em um estado de **agitação nervosa** que **exigia vigilância constante**, para que ela não **cometesse violência contra si mesma**, ou fizesse alguma maldade meio hipnotizada contra o pobre bebê. [...] **A criança agora se contorcia em convulsões de dor**, e era uma amostra forçada, uma pequena compleição, da agonia moral a que Hester Prynne havia sido submetida durante o dia (Hawthorne, 2016, p. 64, grifos nossos).

Nesse sentido, a punição de Hester foi uma forma de atingir a alma. Como não recebeu punição física, com chibatadas, o corpo de Hester continuou inteiro. A punição aplicada à Hester Prynne e a sua filha produz efeito de memória discursiva de repressão àqueles que também eram contra ou resistiam às condutas impostas pelo calvinismo. Assim como Hester Prynne, quaisquer outros, ao serem castigados por exercerem sua liberdade, necessitavam de disciplina e docilização. Eram levados ao cadafalso como forma também de disciplinar os outros. Toda essa ideia de controle dos reformistas tem também o interesse econômico que começou ainda com Lutero, na Alemanha, onde os príncipes e nobres somente apoiaram a reforma porque a viam como oportunidade de ganho econômico.

[...] a oportunidade de confiscar as terras da igreja, abolir o pagamento de tributos e conseguir o apoio de seus súditos, agindo como líderes de um movimento religioso popular. Eles viam na Reforma uma maneira de resistir ao Santo Imperador Católico, Carlos V, que desejava estender sua autoridade aos príncipes alemães (Campos; Miranda, 2005, p. 166).

O fragmento anterior nos apresenta uma formação discursiva pré-capitalista e liberal: onde o imaginário dos líderes era o de possuir mais terra visando ao lucro, confiscando-as da igreja. Assim, teriam mais território, terras para produzir, explorar e enriquecer, abolir o pagamento de tributos religiosos e, com isso, acumular mais capital. Eles capitalizaram o movimento, fazendo parte dele somente para conseguir apoio dos súditos, ou seja, conseguir mais poder político, social e ideológico. Por fim, viam na reforma, uma maneira de ganhar a luta do seu concorrente e crescer. A reforma contribuiu com uma excelente base ideológica religiosa, como ainda é constatada nos dias de hoje.

Com Calvino não foi dessemelhante, pois toda sua forma de controle também estava atrelada para servir à ideologia capitalista nascente. As utopias religiosas do ideólogo foram interpelando cada vez mais sujeitos e, principalmente, os liberais da época: os burgueses, os banqueiros, artesões e mercadores, visto que as utopias doutrinárias propostas pelo reformador colocava o trabalho como uma ação primordial para a salvação do homem e a riqueza como um

sinal da bênção de Deus. Isto é uma forma de exercício de poder para constituir uma subjetividade com padrões de comportamento e condutas com vistas para a mercantilização do corpo e do sujeito por via de uma argumentação liberal ideologicamente idealista-criacionista e uma retórica religiosa. Max Weber (2004) reforça essa ideia afirmando em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* que:

[...] surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanecesse dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e sentir que estava cumprindo um dever com isso (Weber, 2004, p. 84).

Modo de produção que mudaria os rumos da humanidade, a estrutura social e o modo de vida dos cidadãos. Um sistema que abusa dos sujeitos e favorece insuficientíssimas pessoas que, para dar certo, carece de engolir e esmagar os sentimentos de alguns, maquiarse, manifestar-se como uma sociedade igualitária e acolhedora, dividida em classes, exploradores e explorados. Robotizando os seres humanos para somente realizar funções lucrativas, como é vista ainda hoje na sociedade contemporânea sobre o discurso da teologia da prosperidade. Acreditar em um Deus que recompensa mais e que leva ao sucesso e à iluminação. Uma relação mercadológica com Deus.

Em Boston, não foi diferente, visto que toda forma de controle ideológico jurídico-religioso puritano também tinha esse fundo atrelado a uma forma de sustentar o funcionamento do sistema social patriarcal e econômico. Uma dessas formas, dentre outras, é o casamento monogâmico. No caso de Hester, especificamente, por haver a questão do adultério, o crime que cometeu é uma prática oposta ao esperado pelos ideais de práticas no casamento monogâmico e heterossexual. Para os puritanos, o sexo só deve ser praticado com a efetivação do casamento, sob a certificação de uma autoridade, seguindo os ideais de ordem Bíblica e sob a normalização de princípios jurídicos. Havia, ainda, leis restritivas até mesmo para a prática sexual dentro do próprio casamento, para não cometer adultério dentro do próprio casamento e na prática sexual com o próprio cônjuge (Rykel, 2013).

A historicidade do casamento, evidencia-nos que ele é uma instituição burguesa, religiosa e patriarcal para formar famílias e alianças comerciais entre elas para atender ao funcionamento do sistema dominante em suas dimensões econômicas, patriarcais e para a conservação de estruturas históricas de poder. Portanto, deve haver uma disciplinarização e uma normalização jurídica e religiosa direcionada ao sujeito, para que ele obedeça aos aspectos



econômicos e socialmente úteis. Para a afirmação de que a mulher é só um objeto de troca na negociação pelos homens, Beauvoir (1967, v.2. p. 166-167) assim considera:

[...] integrada como escrava ou vassala nos grupos familiares dominados por pais e irmãos, a mulher sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens. Primitivamente, o clã, a gens paterna dela dispõe mais ou menos como de uma coisa: ela faz parte das prestações que dois grupos se outorgam mutuamente; sua condição não se modificou profundamente quando o casamento em sua evolução se revestiu de uma forma contratual; dotada ou recebendo parte da herança, a mulher se apresenta como uma pessoa civil: mas dote e herança escravizam-na ainda à sua família; durante muito tempo os contratos foram assinados entre o sogro e o genro, não entre o marido e a mulher; [...] A liberdade de escolha da jovem sempre foi muito restrita; [...] o casamento é seu ganha-pão e a única justificação social de sua existência. É-lhe imposto a duplo título: ela deve dar filhos à comunidade; [...].

A mulher passa a ser só um objeto com uma utilidade biológica, cuja contribuição econômica é somente gerar filhos, criá-los e educá-los para que possam crescer e continuar a perpetuar a herança, as negociações efetivadas pelos homens e os interesses da sociedade e da civilização criadas pelos homens. Todo um discurso místico-religioso-primitivista e uma relação de poder familiar reforçam e criam uma moral de existência para as mulheres, a fim de justificar essa posição digna e de acordo com a natureza para qual Deus as criou.

Para Foucault (1999), o casamento é uma das diferentes formas de controlar, gerenciar e induzir politicamente a sexualidade humana para torná-la útil. É uma estratégia histórica Estatal que sempre existiu e que começou a ter mais força, racionalidade e desenvolvimento, em suas técnicas de regulação e repressão, a partir dos problemas populacionais e os novos fenômenos das relações humanas e sociais daí derivados, a partir do século XVIII, junto com o desenvolvimento do sistema capitalista, nas sociedades ocidentais.

[...] forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais — tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada (Foucault, 1999, p. 28).

Há toda uma tecnologia de regulação das práticas de sexo. É uma forma de controle dos sujeitos. Respalhado pela autoridade da Bíblia, em relação ao direito dos homens, encontramos a institucionalidade do Estado para os manterem na ordem do exercício de poder dominante. Há toda uma *política sexual* (Millett 1970) para gerenciar o controle dos corpos e mentes dos homens e mulheres por meio do controle da sexualidade, que é o lugar de encontro entre o corpo, população, política e economia (Foucault, 1999).

Portanto, necessita haver uma normalidade que deve ser útil e disciplinada para manter o controle da natalidade, a reprodução da força de trabalho; a formação de novos operários, novos consumidores e herdeiros para continuar a atividade econômica dos pais, retroalimentando o sistema patriarcal. Para Rykel (2013), os puritanos tinham mais ou menos essa mesma lógica em relação à sexualidade e ao casamento. Derivado da unificação das ideologias protestantes, segundo o mesmo autor (p. 218), “[...] a estrutura geral era uma finalidade tríplice para o casamento, ou seja, procriação, um remédio contra o pecado sexual e uma sociedade mútua”.

No sistema patriarcal, a contribuição econômica da mulher, no casamento monogâmico e heterossexual, são as atividades domésticas, a sua capacidade de gestação e criação de filhos. O casamento, portanto, é só mais uma instituição de relação de poder, controle, de contrato social e uma relação de produção capitalista e de retroalimentação do sistema patriarcal que coloca a mulher numa relação de poder com uma função bem definida e aparelhada. A mulher aceita e experimenta todo um complexo interligado de ideologias, cujo funcionamento é o assujeitamento em práticas bem definidas, que cria a representação da realidade na qual se encontra apenas como sujeitos passivos e objetos gerenciáveis em toda organização social determinada pelo funcionamento de Ideologias gerais para a mulher. Pêcheux (1995, p. 162, grifos do autor) reforça que “o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeito [...] se realiza através do complexo de formações ideológicas [...] e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”.

Esse funcionamento complexo e ideológico cria o imaginário do sujeito, uma relação imaginária que mantém o sujeito aprisionado numa representação da realidade, na qual “não pode reconhecer sua subordinação e seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma de autonomia” (Pêcheux, 1995, p. 163). Esse assujeitamento dá-se sob as formas transvertidas e fantasmagóricas que são inerentes à subjetividade, na ótica de Althusser e Lacan (Pêcheux, 1995). Conforme Pêcheux (1995, p. 163), elas são realizadas pelo “[...] processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior) [...]”. Por fim, pelas relações interna e externas do discurso na sociedade, a mulher é assujeitada a tais práticas de casamento e existência.

Muitas vezes, não há relação de afeto e amor recíproco, mas sim, um contrato social com fins econômicos. Tendo amor recíproco ou não, de qualquer forma, a juridicidade do

Estado e a religiosidade entram para regulamentar e controlar, discursivamente. Nesse sentido, os puritanos condenavam os envolvimento românticos medidos por paixões.

A ética puritana do casamento consistia em primeiro se procurar um parceiro não por quem fosse perdidamente apaixonado no momento, mas a quem pudesse amar continuamente como seu melhor amigo, por toda a vida, e proceder com a ajuda de Deus a fazer exatamente isso (Rykel, 2013, p. 33).

A narrativa nos evidencia que o envolvimento de Hester com o pastor foi medido por uma forte paixão recíproca e também adúltera, porque não obedecia às relações de poder, às utopias bíblicas puritanas, jurídicas, patriarcais e comerciais, além de desafiar a prática ideológica que normalizava o lugar e a subjetividade feminina dominante na sociedade. Essa análise da relação interdiscursiva do casamento, sexualidade, adultério, criminalização e moralização do adultério, evidenciam os sentidos, os mecanismos discursivo-ideológicos subjacentes, que arbitram, isto é, a ideologia por trás do martelo, as práticas jurídicas da sociedade puritana, a hermenêutica nas interpretações de julgamentos das ações e dos crimes de Hester.

O casamento de Hester com seu ex-marido, possivelmente, seria um acordo comercial entre as famílias, prática comum em sociedades patriarcais. Beauvoir (1967, v.2, p. 175) comenta essas formas de casamento e afirma:

Trata-se de transcender para o interesse coletivo a união econômica e sexual do homem e da mulher, e não de assegurar uma felicidade individual. Nos regimes patriarcais acontecia — acontece ainda hoje entre certos muçulmanos — que os noivos escolhidos pela autoridade dos pais não se tenham sequer visto antes do dia do casamento. Não se trataria de basear a empresa de uma vida, considerada sob seu aspecto social, num capricho sentimental ou erótico.

Nesse sentido, relação homem e mulher deve ser controlada, vigiada, afastada de paixões, pecados, prazeres inúteis, egoístas e individualistas. Deve, antes, ser racionalizada, coletivizada e ser social e economicamente útil, sobretudo para a família, pois há uma economia do casamento heterossexual na sociedade patriarcal. Desse modo, a família exerce um controle calculado e uma relação de poder sobre a mulher e sua sexualidade. Esta, pois, deve se manter virgem até o casamento. E, com isso, aumentar seu valor de trocar no mercado sexual da sociedade na transação e negociação pelo líder da família quando ela estiver madura para casar. A mulher não tem escolha, a não ser aceitar seu destino. E sua opinião nessa troca é nula.

O enunciado a seguir evidencia a dinâmica do casamento de Hester que revela não nutrir sentimento pelo marido:

[...] - você sabe que fui franca com você. Não senti amor nem fingi que senti. – Verdade - respondeu ele. – Foi minha tolice! Já disse. [...] – Muito ofendi você – murmurou Hester. – Ambos nos ofendemos - respondeu ele – Minha primeira ofensa quando traí sua florescente juventude para dentro de uma relação falsa e anormal com minha decadência (Hawthorne, 2016, p. 82-83).

Seguramente, por esse motivo, moralização e criminalização do adultério como pecado é uma grande técnica discursiva jurídica, moral, ideológica e religiosamente fundamentada para o funcionamento do sistema. Algo que não deveria ser praticado pelo sujeito, logo, reprimido e punido a todo custo, porque ameaça o desmonte desse pacto social e a legitimidade do filho pelos pais e, como consequência, a retroalimentação do funcionamento do sistema ideológico patriarcal e o modo de produção ficam comprometidos. Segundo David Lipsy (2015, p. 26, grifos do autor), na Nova Inglaterra:

A lei se envolveria e até emitiria multas se eles encontrassem um homem ou senhora mantendo o que os magistrados pensavam ser uma companhia muito frequente com outra pessoa que não fosse o cônjuge. Na Nova Inglaterra o adultério era levado muito a sério e punido severamente. As punições variavam de multas a açoites, estigmatizar, o uso de uma grande letra “A”, execuções simbólicas, e até mesmo, embora raramente, execuções reais.

E logo deve ser vigiado e punido para não ser praticado, nem seguido, por isso, ser punido na frente de todos, espetaculosamente, para assim, preservar a manutenção da estrutura do Estado e das relações de poder, em suas formas de dominação pela dimensão ideológica e repressiva da sociedade, da sexualidade e do sujeito feminino. Naturalmente, acaba suscitando grandes formas veladas e explícitas de opressão, violência física e simbólica contra as mulheres nos lares e em sociedades patriarcais dominadas pela religiosidade.

Na sociedade de *A Letra Escarlata*, com Hester Prynne, não foi distante. Numa sociedade pré-capitalista, patriarcal, androcêntrica e puritana na qual os direitos das mulheres são nulos, e onde são submetidas a uma extrema dominação androcêntrica. Hester teve que ser punida e necessitava de disciplina, padronização e docilização para se tornar a mulher correta e útil ao sistema dominante, torna-se submissa e não subjetivar outros sujeitos femininos com suas condutas e práticas de resistência.

Pensando nos dias de hoje, haveria ainda mecanismos de interdição, não-emancipação e uma relação de poder sobre a mulher e seu corpo, fruto da camada cultural patriarcal, androcêntrica, jurídica, religiosa e discursos de gênero que controla, disciplina, doméstica e padroniza a subjetividade, corpo e a mente feminina, tornando-as dóceis e economicamente úteis?

### 3.3 “Nós mulheres, desde que maduras e membros da igreja com reputação imaculada, cuidássemos de malfeitoras”: O IDEAL de sujeito feminino em *A Letra Escarlata*

Segundo Lerner (2019, p. 321), “Gênero é um conjunto de papéis culturais. É uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual”. A concepção de papéis de gênero e ideais de comportamento de gênero na sociedade de *A Letra Escarlata* é determinado pelo discurso religioso puritano e pelos preceitos culturais do que alguns autores e autoras (Lerner, 2019; Beauvoir, 1967; Stearns, 2015) chamam de sistema patriarcal, na qual as relações sociais de papel de gênero se ordena em torno do homem macho, o que Bourdieu (2010) nomeou de androcentrismo.

Nesse sentido, os homens possuem o imaginário discursivo com representatividade pública, enquanto as mulheres se ocupam do agenciamento do lar. Sendo assim, uma mulher que estivesse fora dessa prática social seria considerada uma transgressora e subversiva, não apenas para os homens, mas para outras mulheres sujeitadas que seguiam o sistema cristalizado. O seguinte fragmento materializa o discurso patriarcal e puritano hegemônicos em *A Letra Escarlata*. Evidencia também como o narrador da obra, por ser um sujeito intruso, imite seus julgamentos.

Havia, além disso, um peso e um exagero na fala dessas matronas, seja pelo objeto da fala, seja pelo volume de sua entonação. – Senhoras – disse uma dama de cinquenta anos e aparência rude -, eu vos direi o que estou pensando. Seria ótimo para o bem comunal que nós mulheres, desde que maduras e membros da igreja com reputação imaculada, cuidássemos de malfeitoras como essa Hester Prynne. Que pensais, amigas? Se essa adultera fosse julgada por nós cinco que aqui estamos reunidas, acaso receberia uma sentença tal qual concedida pelos ilustres juízes? Por Deus, tenho certeza que não! (Hawthorne, 2016, p. 61).

Uma vez que a ideologia dominante inculcava, via discurso, pelos aparelhos ideológicos, uma concepção simbólica determinante do comportamento e papel para o sujeito feminino, as tais senhoras sujeitadas manifestavam um saber determinado, pela ideologia dos aparelhos de Estado, sobre o qual ditam e se acham no direito de propor formas supliciosas de punir aquelas, cujas concepções de comportamento de gênero, eram diferentes da qual o discurso dominante projetava para as mulheres, isto é, que o patriarcado e o puritanismo projetavam discursivamente.

Ao manifestar: “Seria ótimo para o bem comunal que nós mulheres” (Hawthorne, 2016, p. 61), discursivamente, o efeito de sentido evidencia, que embora Hester Prynne seja mulher, ela não se enquadra nos papéis de gênero ideologicamente determinados. As mulheres

sujeitadas, mesmo ocupando um lugar de subalternidade e silenciamento, sentem-se ameaçadas pela manifestação discursiva da protagonista. Ao anunciarem: “Se essa adúltera fosse julgada por nós cinco que aqui estamos reunidas, acaso receberia uma sentença tal qual concedida pelos ilustres juízes?” (Hawthorne, 2016, p. 61), o discurso evidencia que, uma vez elas ocupando o lugar de subalternidade, não seria homem o juiz legítimo, e sim, as mulheres que se sentem ameaçadas.

Numa sociedade patriarcal, as relações entre as mulheres não se dão pela sororidade, e sim, pela competição e pela disputa. Hester Prynne ameaça toda uma constituição ideológica de formação discursiva sexista que as mulheres sujeitadas da sociedade de *A Letra Escarlate* acreditavam inconscientemente como verdadeira, projetada pelo exercício de poder dominante da sociedade com os ideais puritanos e patriarcais na constituição da subjetividade feminina. Como consequência, elas se sentem injustiçadas quando um homem é um juiz, e não uma mulher, já que a protagonista ameaça a posição social determinada para as mulheres e não a dos homens. Além disso, queriam ocupar o lugar de juízas para poder punir ainda mais Hester Prynne e não para protegê-la. Confirmando, nesse sentido, a incorporação do androcentrismo.

As senhoras que se manifestam discursivamente, ainda continuam a expor um saber de jurisprudência, constituído por uma formação discursiva imaginária de ódio e exclusão ao gênero cujas características não se enquadram na formação discursiva do ideal de sujeito feminino dominante. Tais manifestações são percebidas nos excertos: “Os juízes são senhores tementes a Deus, mas por demais misericordiosos, essa é a verdade” (Hawthorne, 2016, p. 61), um saber sobre a capacidade de punir: “– Deviam ter pelo menos marcado a ferro a testa de Hester Prynne. Ela se retorceria com uma punição dessa, aposto!” (Hawthorne, 2016, p. 61), e, ainda, “– Ah, mas – interrompeu, mais docemente, uma jovem, segurando uma criança pela mão – que cubra a marca como quiser. A dor da humilhação ela levará sempre no coração!” (Hawthorne, 2016, p. 61). Um saber punitivo e jurídico de condições de produção discursiva determinado, uma vez que tal sociedade obriga a todos a verem as tais formas de julgamento e punição, cria-se imagens, conceitos, ideias que formam as condições de um imaginário discursivo de punição, hermenêutica e jurisprudência que é manifestado na materialidade linguística dessas senhoras.

E continuam discursivamente nomeando o comportamento de gênero que está fora dos padrões imaculados e marianistas esperados, bem como a indumentária da protagonista, tais julgamentos derivam da formação discursiva religiosa-puritana dominante:

Mas essa aí, **prostituta assanhada** que é, pouco se importa com o que lhe colocam no colete sobre a túnica! Ora, ela pode muito bem cobrir o local com um broche ou com qualquer desses **adornos pagãos** e continuar andando pelas ruas, **ousada** como sempre foi! (Hawthorne, 2016, p. 61, grifos nossos).

Até mesmo a maneira que Hester Prynne andava pela cidade, não escapava à materialidade discursiva no imaginário inculcado pelos aparelhos ideológicos nas senhoras, ao exporem que a protagonista andava de forma ousada. Hester tinha um corpo que andava com mais movimentação, mais livre, leve e solto, enquanto as mulheres puritanas eram disciplinadas para ter um andando mais amarrado, sutil, firme e apagado.

Como elas são severamente oprimidas e violentadas pelo sistema patriarcal e são silenciadas, o tal momento de manifestação de mesma formação discursiva, de espelhamento e identificação ideológica, é como se fosse um momento de conversa entre as mulheres, no qual elas se entendem e se ouvem, manifestando todo um desejo reprimido de liberdade feminina e de exercício de poder, para impor seus saberes de jurisprudência, ou de participação nas decisões sociais.

No entanto, como elas são oprimidas pelo sistema de poder patriarcal e puritano, é impossível qualquer espaço de manifestação discursiva, de saberes e de poder para as mulheres. Todos esses enunciados evidenciam como a posição ideológica do sujeito determina os sentidos das palavras, o que é confirmado segundo a tese de Pêcheux (1995, p. 160, grifos do autor), quando afirma que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referências às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Assim, Hester é prostituta, assanhada, pagã que veste adornos pagãos e anda de forma ousada, para uma formação discursiva que tem em si, uma formação ideológica patriarcal, sexista, androcêntrica e puritana que projeta um comportamento, uma subjetividade única e ideal ao sujeito feminino. Por fim, elas não se dão conta disso, não questionam, não exigem o direito de serem juízas como os homens, uma vez que estão marcadas ideologicamente pela dominação do campo simbólico de condicionamentos objetivos e subjetivos incorporadas pelos

mecanismos de exercício de poder que formata as relações de poder do androcentrismo e patriarcalismo. Segundo Bourdieu (2010, p. 22, grifos do autor),

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina, esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de *submissão*.

Essa dominação dá-se por diferentes meios: discursos, instituições, ideologias, violências e os diversos aparelhos do Estado. Mas, quando se refere especialmente as práticas de constituição e de dominação do sujeito feminino, Lauretis (2019), afirma que essa incorporação ocorre por meio de tecnologias de gênero. Essas tecnologias de gênero, como analisa Lauretis (2019), funcionam de uma maneira a dispersar discursos na sociedade e constituir subjetividades e identidade de gênero. Elas sobrevivem por meio de diferentes aparelhos: institucionais, culturais, sociais, família, estéticos, escolar, religioso, cinema, arte, etc. e vão discursivamente distribuindo enunciados com efeitos de verdades e práticas sociais que determinam e constroem efeitos de padrões de comportamento e expectativa de gênero na sociedade para o sujeito masculino e feminino.

Nesse sentido, ao pensar sobre as tecnologias de gênero, a autora nos convida a analisar a construção de gênero no arcabouço do pensamento foucaultiano ou althusseriano e, além disso, romper com a ideia de estudar gênero com referência as diferenças sexuais (da mulher sobre o homem e vice-versa), afirmando que:

Para isso, pode-se começar a pensar o gênero baseado numa visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; dessa forma, seria possível propor que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, fosse produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política” (Lauretis, 2019, p. 116, grifos da autora).

Nesse sentido, em *A Letra Escarlata*, a subjetividade do sujeito feminino representado é de um sujeito branco, conservadora, tradicional, protestante, submissa e imaculada em suas condutas, comportamentos, discursos e práticas, que as colocam numa relação de poder e que são códigos necessários para o sujeito feminino no interior de uma sociedade patriarcal, androcêntrica, puritana.



A organização do exercício do poder político que taticamente se estende na teia de laços sociais numa sociedade patriarcal e androcêntrica se caracterizam, sobretudo, pela divisão dos corpos do sujeito masculino e feminino, fragmentando, assim, as atividades, signos, saberes e práticas que caracterizam o gênero masculino e feminino. Nessa separação, distribuição e agenciamento, o sujeito feminino é sempre colocado em uma posição de subalternidade e silenciamento em diferentes práticas sociais, culturais e institucionais. O exercício de poder do patriarcado, que se estende para a cultura, a escola, a religião, a família, a classe econômica, etc., funciona como tecnologias de poder-saber, apresentando mecanismos explícitos e implícitos de construção do sujeito masculino e feminino, há *tecnologias de gênero* imbricados e subjacentes em suas estruturas.

Constroem, portanto, um sistema de dominação e relação de poder-saber que, ao agenciar o sujeito feminino à subalternidade, à passividade, à submissão, ao silenciamento e à docilização, produz efeitos de representação de gênero em corpos por meio dos efeitos de uma complexa tecnologia política<sup>12</sup> dos sujeitos que, dentre tantas funções e modos de governar a vida dos homens, fazem-nos reconhecer-se em efeitos de representação e construção de gênero, estruturadas sócio-historicamente, cujos saberes e efeitos de verdades derivam de uma sociedade nos moldes patriarcais e androcêntricos. Apreender a interpretar os ecos dessas tecnologias de gênero, saber como agem e como produzem efeitos nos corpos dos sujeitos é a proposta de Lauretis (2019), ao formular o conceito de tecnologia de gênero e propor a analítica foucaultiana ou althusseriana como fundamento para a problematização da questão do gênero e do sujeito feminino na articulação com os saberes e práticas feministas.

Numa sociedade patriarcal e androcêntrica, o topo da hierarquia social é dominado pelos homens. Todo o sistema simbólico-cultural, o estabelecimento dos discursos dominantes, as formas de significações, epistemologias, artes, estética e os conteúdos semióticos e culturais têm imbricado neles tecnologias de gênero. Produz e reproduz efeitos de verdade que constroem a subjetividade do sujeito feminino e masculino.

Sendo o masculino para uma forma de superioridade e dominação, enquanto essa mesma tecnologia opera taticamente agenciando mecanismos nos quais o sujeito feminino sempre está em relações de inferioridade e submissão nas suas práticas cotidianas. Assim, “Sob essa ótica, a

---

<sup>12</sup> Em “Tecnologia política dos indivíduos”, Foucault (1988) analisa o surgimento da polícia, no final do século XVI até o XVIII, que é o nascimento e evolução de saberes, discursos, instituições, práticas e técnicas, enfim, uma racionalidade política, uma razão de Estado, que se articulam de uma maneira complexa com a finalidade de cuidar, administrar e governar a vida dos indivíduos, em diferentes dimensões, viventes em sociedade, tendo em vista a importância desses indivíduos para um Estado forte. Como essa tecnologia política funciona no interior de uma sociedade patriarcal e como ela governa, cuida, administra e produz a subjetividade do sujeito feminino, em sua especificidade, na questão do gênero? Como faz ecoar as tecnologias de gênero em sua cultura e instituições?

construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero nas diferentes culturas (embora cada qual a seu modo) são entendidas como sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social” (Lauretis, 2019, p. 119), gerando, assim, assimetria e desigualdade nas relações de poder entre homem e mulher. A mulher, portanto, não pode ser juíza, etc.

O exercício do poder dominante na sociedade da obra e suas tecnologias de gênero, em decorrência da sociedade patriarcal, androcêntrica e puritana, agencia pedagogicamente o corpo do sujeito feminino para serem mulheres dóceis e úteis, criando um sujeito feminino preso, silenciado, submisso, obediente, imaculada, sem espontaneidade, sem liberdade, individualidade, criatividade própria, sem “*atitude crítica*” (Foucault, 1978). Além disso, há uma subjetividade que, para as mulheres, ainda que sejam costureiras, caseiras, competentes, ágeis e úteis, essa forma de poder as domesticiza para que elas sejam boas meninas, boas esposas, comportadas e gentis, recatadas, de família, delicadas; serem boas mães e donas de casas impecáveis, por fim, constituem todo o ideal ideológico de sujeito de feminino.

Em *A Jovem Mulher Puritana*, David Lipsy (2015), ele mesmo um puritano instruído, descreve toda uma forma de comportamento, de papéis e de como é a mulher puritana ideal em suas práticas de existência. O autor divide a obra em quatro capítulos: 1) *a jovem filha puritana*, 2) *a jovem mulher puritana*, 3) *a esposa puritana*, 4) *a mãe puritana*, nos quais descreve toda a operacionalização da incorporação das práticas culturais patriarcais e puritanas na subjetividade de mulher puritana. São formas de moldar a subjetividade, disciplinar e normalizar o sujeito feminino. Na citação que segue, descreve a relação de poder que era exercido sobre a mulher puritana e o lugar dela bem definido na sociedade:

Os pais dela sabiam que a família é a sociedade original, o alicerce para todas as outras. Se a filha fracassasse nessas lições elementares de obediência, submissão, respeito, compaixão, etc., ela seria inadequada como futura esposa, mãe, para não mencionar como alguém que deveria dessa maneira servir a Deus. John Angell James escreve: “Quem não sabe que a base da qualidade de um império está na constituição doméstica, e em famílias bem treinadas?”. A primeira professora da filha puritana era geralmente sua mãe. As lições eram práticas e por natureza necessitavam de uma participação ativa considerável. Os deveres domésticos abundavam, já que a mulher puritana não era apenas esposa e mãe, mas também costureira, contadora, às vezes senhora sobre uma ou mais servas, e dominava outros empreendimentos domésticos não muito distantes da cena bíblica ilustrada em Provérbios 3. Os pais, especialmente as mães, procuravam ressaltar certas qualidades em suas filhas. Qualidades essas que a mãe procurava ela mesma cultivar. Entre essas qualidades estava um senso de submissa obediência, ternura, que um autor caracterizou como um “poder passivo... que antes atrai em vez de dirigir”, autonegação, fortaleza (“não”, diz um escritor, “a coragem que leva os homens à boca do canhão... mas aquela que é manifestada ao se suportar sofrimento físico, o dano da pobreza... as trevas da solidão...” etc.), assim como

um caráter de amor. [...] Mais cedo do que em nossa sociedade, a moça puritana amadurecia precocemente e entrava no próximo estágio em sua jovem vida... (Lipsy, 2015, p. 05-06, grifos do autor).

Descreve todo um mecanismo de exercício de poder, discursos, os ideais e os agentes que constituem a subjetividade da mulher puritana: os pais, família, sociedade original, obediência, submissão, respeito, futura esposa, treinadas, costureira, amadurecia precocemente, etc.

As mães são professoras atentas. São sujeitos de representação e reprodução da incorporação de signos e práticas sociais. Vigia e pune, reprime ou valida. Todas essas palavras, na citação acima, caracterizam o simbolismo, os discursos, práticas e conteúdos culturais do sistema patriarcal e do sistema de práticas religiosas para o ideal de comportamento voltado ao gênero do sujeito feminino, passando, então, a ser criado um sistema de gênero assim explicitado: “tanto a construção sociocultural quanto o aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos inseridos na sociedade” (Lauretis, 2019, p. 119).

Há diferentes maneiras para essa norma ser incorporado, em específico, pela via do exercício de poder da sociedade e sua tecnologia de gênero que vai selecionando seus saberes, práticas e ideologias, diferenciando de acordo com o papel de gênero para fins de práticas comportamentais de feminilidade ideal para sociedade. Uma das formas de dominação do feminino no sistema patriarcal, é produzir formas (tecnologia de gênero) de operacionalizar uma cultura de fragilização, inferiorização e restrições de espaços sociais para o sujeito feminino (Stearns, 2015), e “instituir tais preceitos na ordem das coisas” (Bourdieu, 2010, p. 44), em um campo simbólico e de relações de poder em que a condição da mulher é segui-la inquestionavelmente.

A moça puritana, a despeito de qualquer outra coisa que ela pudesse aprender, podia esperar muito de sua educação para se preparar para seus deveres futuros no lar. A típica moça puritana nunca frequentava a universidade. Seria vista com horror e até mesmo reprovada publicamente se ousasse publicar alguma coisa que ela mesma tivesse escrito (Lipsy, 2015, p. 10).

Para mulher puritana, não era permitida a educação superior e obter outros conhecimentos nos livros que não fosse a Bíblia. A maioria dos conhecimentos, treinamentos e habilidades adquiridas, desde o início de sua vida, era para performar dentro de casa. A educação da mulher é limitada a alguns livros e o acesso a discursos outros são estrategicamente regulados. São livros somente para preparar a mulher aos deveres domésticos.

Essa prática faz parte da lógica da dominação masculina e patriarcal que a mulher experimenta na sociedade. Segundo Beauvoir (1967, v.2, p. 23) “[...] escolhem para ela livros e

jogos que a iniciem em seu destino [...]”, ou seja, essa regulação de acesso aos saberes outros é como uma tecnologia de gênero reproduzindo seus efeitos na subjetividade do feminino. Nesse sentido, as leituras e educação das mulheres são exclusivamente para reforçar a subjetividade submissa, porque os livros que leem provavelmente, além da Bíblia, são livros pedagógicos: *de receita, de boa esposa, de manuais de costura, de receitas, práticas maternas, perfeita dona de casa, organização do lar e etc.* Por fim, são livros que reforçam a subjetividade patriarcal.

Os livros são pré-selecionados como um recorte regulador feito pelo sistema, que faz um retalho dos conhecimentos permitidos para o feminino, reforçando também os mecanismos de dominação masculina. Disciplina o sujeito feminino e, portanto, funciona como uma tecnologia de gênero na constituição da subjetividade e identidade do feminino. Essa é uma distribuição calculada do acesso ao saber que, nesse caso, por gênero (masculino e feminino), o que, conforme Foucault (2011), na hipótese da ordem do discurso, é um mecanismo de controle a acessos a outros discursos e aos saberes, cuja finalidade é controlar as resistências sociais. E portanto, não debilitar as múltiplas formas das relações de domínio estabelecidas na sociedade, para manter, dessa forma, os sujeitos dentro da ordem dos discursos dominantes, dos seus laços de efeitos de verdades e da lógica simbólica, como constatamos nas palavras de Foucault (1979 [1976] p. 179-180, grifos autor):

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade [...], [...] estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

Nessa perspectiva, às mulheres são dados os livros menos importantes e apenas para entretenimento e passar o tempo: manuais de costura, livros de culinária, cuidados da casa, romances medíocres, os melhores chás, etc., livros que as direcionam ao seu destino. Há todo um pedagogismo disciplinar, pragmático-objetivista-utilitarista para uma educação, socialização, individualização e normalização que se reduzem à funcionalidade e especialização doméstica do sujeito feminino, a uma ética de servilismo e de reprodutivismo biológico.

Tudo isso é retroalimentado pela ordem e pelas malhas finas do exercício de poder dominante. E acabam por estabelecer um temperamento e uma sensibilidade com a incorporação das práticas ideológicas e dos condicionamentos simbólicos do androcentrismo, do sistema patriarcal e do puritanismo absolutista. Dessa maneira, produz a constituição de um corpo dócil e economicamente útil, de um sujeito submisso, sujeitado a uma moral de obediência, passividade, sem oferecer perigos, sem, tampouco, ter a possibilidade de atos de resistência. Apenas seguindo o destino e a sua condição determinada por conta da natureza que a originou.

Essa constituição estabelece fortemente todo um conjunto de saberes e de ideologias em materiais de natureza didática, pedagógica e institucional que o normaliza, fundando-se e se materializando em símbolos e discursos culturalmente disponíveis para evocar representações simbólicas, condutas e fantasias. Em razão de construir conceitos e práticas normativas que põem em evidência as interpretações dos sentidos e dos significados, por meio do discurso, da linguagem e de instituições legais. A referida constituição torna divino o direito do homem.

Estrategicamente, são esforços para limitar e prender as possibilidades metafóricas e derivações de sentidos, que são controlados por discursos, práticas, instituições, doutrinas e ideologias dominantes: religiosas, educativas, políticas ou jurídicas, etc., estabelecendo as relações sociais de gênero e as relações de poder, predestinando, dessa forma, a condição e o destino da mulher. Portanto, subjagam os sujeitos femininos a uma verdade e a um discurso único que é a lei para elas, retroalimentado e gerenciando pelas relações de poder da sociedade que as levam a “desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 1976, p. 101).

Nessa lógica, não é dado a elas, nem permitido e tampouco são estimuladas a lerem livros capazes de gerar e criar uma racionalidade crítica sobre arte, política, relações de poder e de sociedade, que questionam o papel da mulher na sociedade. E que as levariam a atividades fora de casa e/ou à problematização do sujeito feminino. Como, por exemplo, as obras feministas, ou literatura com estética e conteúdo feminista, obras cujas protagonistas são sujeitos de ações e condutas afirmativas, pois não reforçam o estereótipo feminino submisso e a normalização estrutural de inferiorização.

Alves e Pitanguy (1985, p. 11-12, grifos das autoras) também confirmam que “[...] essa divisão concreta de atividades correspondia a valorações diversas. O ‘fora de casa’, onde se desenvolviam as atividades consideradas mais nobres- filosofia, política e artes - era o campo masculino”. Dessa forma, conclui-se que o patriarcado não quer mulheres críticas, mas sim,

acríticas, comportadas, submissas e dentro de casa. O mesmo acontece na questão do recorte de arquivo de livros e de acesso ao conhecimento. Livros apenas para divertimento barato e de preferência que reforcem a feminilidade, a sociedade patriarcal e a dominação masculina e que as coloque no seu lugar destinado, como afirma Beauvoir (1967, v.2, p. 101-102): “O lugar da mulher na sociedade sempre é estabelecido por eles. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei”.

A mulher não tem liberdade para o acesso a outros saberes. Saberes outros são negados ao gênero feminino pela ordem de exercício de poder patriarcal. Na sociedade puritana, patriarcal e androcêntrica de *A Letra Escarlata*, não é diferente. O sujeito feminino não tem escolhas a não ser continuar com as atividades domésticas e seu destino. Haveria uma moralização negativa caso esta fosse para a universidade estudar e escrever. Provavelmente, nunca iriam para a universidade, porque não havia permissão legal ao sujeito feminino para as práticas acadêmicas, na sociedade puritana, sem passar pela extensa jurisprudência simbólica e moral de julgamentos patriarcais. Essas práticas eram e são permitidas apenas ao sujeito masculino.

Nesse sentido, o sistema patriarcal e androcêntrico vão controlando o significando simbólico do campo social e, por meio de tecnologias de gêneros, distribuem práticas, discursos, saberes e símbolos de representação na cultura que vão construindo a subjetividade de gênero do masculino e feminino na sociedade. Dessa forma, as práticas são taticamente selecionadas e distribuídas por diversas tecnologias de gênero que constituem tudo aquilo que produz efeitos em corpos, em uma sociedade, e que objetiva constituir a subjetividade da mulher de verdade. Essa mulher caracteriza-se, nas palavras da Beauvoir (1967), como uma mulher comportada e recatada.

[...] “mulher de verdade”, porquanto assim é que a sociedade a acolherá mais facilmente. Dão à menina por amigas outras meninas, entregam-na a professoras, ela vive entre matronas como no tempo do gineceu, escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, propõem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo em que dá toalete, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: “Endireite o corpo, não ande como uma pata.” Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo (Beauvoir, 1967, v.2, p. 23, grifos da autora).

Desse modo, entende-se como operam, dentro do sistema patriarcal, as tecnologias de gênero em função de constituir a subjetividade do feminino. E como essa tecnologia implicitamente ou explicitamente agenciam as construções sociais de comportamento de gênero do sujeito masculino e feminino na sociedade. Todas elas têm seus dispositivos tecnológicos de gênero que operam em certo número de táticas e procedimentos que, discursivamente, subjetiva diferentemente em representações de gênero de formas implícitas ou explícitas.

Nessa ótica, essa prática de normalização que funciona na sociedade da obra em estudo, faz ecoar os efeitos da tecnologia de gênero de normalização do sujeito feminino por meio da interiorização de signos e símbolos específicos para a mulher, disponíveis na exterioridade que a cerca. Como representado na citação acima de Beauvoir (1967), é esperado do feminino uma medida de normalidade em sua feminilidade, um conjunto de sinais de filiação de signos homogêneos de representação, atributos e propriedades para ela, no interior de uma sociedade, no projeto social de mecanismos de dominação, por meio de suas tecnologias de gênero que, historicamente, no seu exercício de poder, subjetiva o sujeito feminino para a subalternidade, a fim de performar nas hierarquias mais baixas, destinando-a para lugares inferiores. Constroem também uma normalidade de silenciamento, invisibilidade e confinamento do feminino na hierarquia do sistema patriarcal, como reforça Michelle Perrot, no livro sobre *Minha História das Mulheres* (2007, p. 16):

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.

Naturaliza, portanto, o silenciamento, o confinamento, invisibilidade e o não reconhecimento da mulher e suas atividades nas estruturas sociais, como se a mulher nascesse exclusivamente para esse fim e de não reconhecimento. A mulher deve performar nessa prática de normalidade e individualidade para ser classificada como mulher normal, mulher de verdade, mulher original, dentro do campo simbólico de normalidade de feminilidade patriarcal e da retórica puritana. Dessa maneira, deve ser gentil, agradar a sociedade, as mães, a igreja. Há uma positividade em suas práticas. Por outro lado, as que estão fora, como a Hester, são taxadas como: anormais, sujeitos infames, um mau caminho, ousada, prostituta, assanhada, pecadora, bruxa que tem parte com o diabo, havendo uma negatividade em suas práticas, isto é, apresenta-se com um grande monstro por se deslocar do exercício de poder e da violência simbólica que determina as regras sociais de normalidade do feminino.

Lúcia Zolin (2003) ressalta que, historicamente, tanto em práticas sociais reais quanto em obras literárias ficcionais escritas normalmente por homens, toda mulher, na ficção, que se desvia e se desvincula dessa normalidade de representação de feminilidade ideal, desvia-se, portanto, do conjunto de sinais que se considera natural para o sujeito feminino, leva a mulher a ser taxada com termos pejorativos, preconceituosos e violências. Dentro do campo literário, as mulheres como personagens, quase sempre, foram estereotipadas e colocadas como submissas ao homem, à sociedade, à religião, tendo características que transmitisse uma imagem de inocência, obediência e dependência. E qualquer quesito que fugisse desses arquétipos, a mulher era/é vista como: pecadora, perigosa, subversiva, imoral e pervertida, como afirma Zolin (2003, p. 170):

As críticas feministas mostram como é recorrente o fato de as obras literárias canônicas representarem a mulher a partir de repetições de estereótipos culturais, como por exemplo, o da mulher sedutora, perigosa e imoral, o da mulher como megera e incapaz, e entre outros, o da mulher como anjo capaz de se sacrificar pelos que a cercam. Sendo que a representação da mulher como incapaz e impotente subjaz uma conotação positiva; a independência feminina vislumbra na megera e na adúltera remete à rejeição e à antipatia.

O discurso materializado pelas críticas feministas vem questionar sobre a representação do papel da mulher nas obras literárias canônicas, pois a figura da mulher é padronizada binariamente na literatura em anjos ou em monstros, como relata Thomas Bonnici (2007, p 22, grifos do autor), ao nos dizer:

‘O anjo do lar’ é simpática, altruísta, passiva, subordinada, silenciosa, casta, obediente, fiel. Não faltam, contudo, vozes femininas que subvertem o patriarcalismo monolítico. Megeras, loucas, assassinas, feiticeiras, rebeldes, sedutoras, sutis estrategistas, cínicas, duvidantes povoam a literatura [...].

Um exemplo, dentre tantos, na literatura, da mulher como anjo do lar, pode ser observado na personagem Desdêmona, da obra *Othello* (1622), de William Shakespeare, a qual representa a figura de uma mulher com a subjetividade submissa, inocente, fiel e passiva, exemplificando o papel estereotipado do ser feminino angelical e passivo. Principalmente, quando ela se submete a aceitar as agressões físicas e verbais do marido para manter o casamento, honrar o marido. Essa postura submissa acaba resultando em sua morte pelo próprio marido que, tomado pelo ciúme, insegurança e possessividade, termina praticando o feminicídio para purificar a honra.

Em *A Letra Escarlata*, Hester figura certos estereótipos impostos às mulheres, porém voltados a uma subjetividade subversiva e com atos de resistência, demonstrando atitudes e práticas que desafiam os padrões puritanos e patriarcais da sua época. Essa atitude faz a



personagem ser vista como uma aberração, pecadora, adúltera, uma bruxa, que tinha parte com o diabo pelo fato de a mesma ter vivido um relacionamento extraconjugal, como exercício da liberdade sexual, que é considerado uma perversidade abominável pelos puritanos. Mesmo que o marido dela tenha sido dado como falecido. Hester, em resumo, tem o comportamento reprovado pelos sistemas de denominação da sociedade. Não se enquadrava nos ideais de sujeito feminino.

Entre as juízas silenciadas, ideologicamente, pelo sistema patriarcal, a última a manifestar um saber sobre jurisprudência, punição e gênero é a mais nefária, fazendo aparecer, em sua fala, todo um discurso nos quais os saberes e ideologias são nada mais que condições de produção determinadas pelo funcionamento discursivo, pelo espaço social, histórico e pela memória discursiva, limitados pelo poder, no qual parece haver uma grande vontade de verdade e poder dessa senhora sujeitada à ordem dos discursos dominantes.

- Por que estamos aqui falando de marcas e símbolos, colete sobre a túnica ou testa? – Clamou outra mulher, a mais feia e cruel de todas daquelas juízas autodeclaradas. – Essa mulher trouxe a vergonha sobre todos nós e tem de morrer. Não é isso que diz a lei? Tenho certeza, tanto certeza, tanto segundo as escrituras como conforme o código civil. Esses juízes, que não estão fazendo cumprir a lei, deveriam agradecer se suas filhas não seguissem por maus caminhos (Hawthorne, 2016, p. 61).

Todas as narrativas anteriores evidenciam a evocação discursiva de uma memória social de repressão calvinista, de matar o sujeito que subvertia, de enterrar a subjetividade perigosa de Hester Prynne, ou seja, jogar no fogo. Como Hester Prynne tem um comportamento de gênero inadequado para o espaço discursivo e simbólico determinados em *A Letra Escarlate*, o efeito de sentido, causado por sua subjetividade, por essa forma de Hester se manifestar no mundo, permite com que as senhoras anunciassem sentir um sofrimento de vergonha, já que elas são seres bons, perfeitos, puros, imaculadas, que não fazem e nem desejam mal a ninguém. Isso evidencia como o discurso constrói a representação do sujeito, evidenciando-a com um sentido único da representação da realidade, tanto que, ideologicamente, ele apaga e oculta o funcionamento dos modos de subjetivação, interpelação ideológica, de opressão e violência simbólica. Embora elas se representem, discursivamente, como pessoas boas, em outro ponto de vista, o discurso evidencia o contrário.

Michel Pêcheux (1995) chama esse processo de apagamento de *fantasias metafóricas*, que consiste no fato do sujeito não saber ou esquecer o processo de constituição de si e dos sentidos que produz, assim explicando que “o apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como ‘causa’ de si, tem como consequência [...] a série do que se poderia chamar as *fantasias metafóricas*” (p. 157, grifos do

autor), o que une o efeito fantástico ao processo pelo qual o indivíduo se torna sujeito pela ideologia. E a ideologia assim, recruta o sujeito. Esse recrutamento faz com o que o sujeito receba como evidente “o sentido do que dizem, leem ou escrevem (de que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto ‘sujeitos falantes’, [...], colocando o sujeito como origem do sujeito do discurso” (p. 157-158, grifos do autor).

A palavra vergonha, derivando discursivamente seu sentido, é um recalque, um desejo reprimido de ser como Hester e ter a tal ousadia. O efeito de sentido materializa o discurso recalcado de que a forma como Hester Prynne se manifesta é um mau caminho a ser seguindo para as outras mulheres puritanas, discursivamente, a ponto de a única solução ser seu apagamento definitivo: a morte. Por fim, Hester, discursivamente, é uma ameaça a toda a ordem social e discursiva da violência sexista e da violência religiosa puritana que constituiu as práticas ideológicas do ideal de feminilidade estabelecidas para as mulheres e o comportamento de gênero referente a elas, como aponta a hipótese da ordem discursiva de Foucault (1996 [1970], p. 8-9):

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.

Com essa atitude rebelde, de mau caminho e fora dos padrões de normalidade, a protagonista se apresenta como um sujeito feminino que subverte e fura o sistema de dominação e doutrinação patriarcal estrutural dominante e a operacionalização dos mecanismos das tecnologias de gênero do sistema patriarcal. Essa atitude representa o contrário do esperado para a mulher: a *mulher anjo do lar, doce, comportada, incapaz, mãos de fada, gentil* e entra nos termos pejorativos da *mulher bruxa, diabo, perigosa, desatenta, desorganizada, revolucionária*. Por fim, sempre que o sujeito feminino tenta o exercício da busca de liberdade e de resistência aos sistemas de dominações do feminino, as mulheres são sempre classificadas com termos pejorativos, com uma carga semântica de reprovação, violência e negatividade. É esperado que a mulher andasse de forma ousada? Que fosse contra a lei? Vestisse roupas diferentes?

Essa ideia lembra que a atitude de Hester não estava nos moldes do ideal de gênero em comportamentos patriarcal e puritano, ou seja, as roupas coloridas, o comportamento de liberdade sexual e o modo de caminhar, etc. ameaçavam a discursividade dominante, não retroalimentando todo o idealismo puritano de controle social pela ideologia e repressão, como apresentado nas citações anteriores. Havia como Hester não sofrer violência nessa sociedade?

### **3.4 “Ela se tornaria o símbolo geral ao qual o pregador e o moralista devem apontar”: VIOLÊNCIA: a subjetiva e a objetiva simbólica da linguagem**

Segundo Slavoj Žižek (2014), quando ouvimos a palavra violência, a projeção do efeito de sentido que materializamos em nossa imaginação é a da violência física, que consiste no uso da força física contra um corpo por meios diversos. Essa forma de violência é evidente e comum em nossa sociedade, nas relações sociais, etc. É a violência que sangra, que maltrata, dói e que mata. Segundo o autor:

Se há uma tese unificadora nas reflexões que se seguem, é a de que existe um paradoxo semelhante no que diz respeito à violência. Os sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais. Mas devemos aprender a dar um passo para trás, a desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência “subjetiva” diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável. Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância (Žižek, 2014, p. 17, grifos do autor).

No entanto, ver-se, segundo o autor, não é somente esse tipo de violência que é comum. Há outras formas de violências mais comuns e concretas existentes nas relações sociais que são retroalimentadas em grande proporção pelos aparelhos ideológicos e validadas pela legalidade das instituições sociais. Tal forma de violência não facilmente é percebida quanto à física, uma vez que ela opera no mundo das ideias, do nosso campo simbólico, da nossa percepção, no nível da nossa consciência e do sensível do nosso ser, e se materializa transversalmente através da imposição de um campo simbólico de sentidos (Žižek, 2014).

Assim, há os mecanismos que a produzem, reproduzem e inculcam, nos sujeitos, via discursos e exercício de poder, um espectro simbólico da realidade e, tal forma de inculcamento já é uma forma de violência, pois invade o espaço do nosso imaginário, configurando nossa subjetividade, nossa linguagem e nossa capacidade de pensamento crítico aos seus caracteres. Da mesma forma que essa se internaliza discursivamente, ela se externaliza, violentando discursivamente o sujeito, numa forma de reprodução, por vias simbólicas, de maneira imperceptível, considerada como natural para quem a pratica e para quem recebe. A materialidade dessa forma de violência atinge não ao corpo em maior proporção, mas sim, a alma. Assim, Žižek (2014) identifica três formas de violência: subjetiva, objetiva e sistêmica como expressa a seguir:

Eis o ponto de partida, e talvez até mesmo o axioma, do presente livro: a violência subjetiva é somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência “simbólica” encarnada na linguagem e em suas formas, naquilo que Heidegger chamaria a “nossa casa do ser”. Como veremos adiante, essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo violência “sistêmica”, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político (Žižek, 2014, p. 17, grifos do autor).

A violência cujo alvo é o corpo, visível, em sua forma subjetiva, nos parece interessante, uma vez que a protagonista da obra é violentada, em diferentes momentos, com essa forma de violência. No entanto, para esse tópico, as duas formas de violência nos interessam, a *subjetiva* e a *objetiva simbólica da linguagem*, uma vez que uma forma toca a outra. Deste modo, iremos evidenciar em excertos do texto, tais momentos de violência sofridos contra a protagonista.

A letra de cor escarlate, em Hester, foi uma maneira de supliciá-la e violentar subjetivamente na alma. O efeito de sentido da letra é uma forma também de supliciar e violentar, objetivamente, os sujeitos, na sociedade. A letra transforma-se, discursivamente, em um dispositivo de controle na sociedade, um vigia que não está a todo tempo vigiando, mas que aparece, de vez em quando, para alertar os sujeitos, sobretudo o sujeito feminino. “- Sábua sentença! – Disse o estrangeiro gravemente, baixando a cabeça. – Assim ela será um sermão ambulante contra o pecado, até que a ignominiosa letra seja sem seu tumulto” (Hawthorne, 2016, p. 72). Já em Hester, a letra a vigia a todo o momento, por meio de um efeito moral e psicológico, pois está sempre com ela, punindo em sua alma.

A violência subjetiva é evidenciada no fragmento que segue: “Do começo ao fim, em suma, Hester Prynne padecia essa **terrível agonia ao sentir um olho humano pousar sobre a marca**; o local jamais fica insensível; parecia, pelo contrário, ficar cada vez mais sensível com a **tortura diária**” (Hawthorne, 2016, p. 94, grifos nossos). O olho humano, ao olhar para aquilo que os aparelhos de Estado determinaram como um objeto para não se ter, o olhar discursivamente à Hester, faz sofrer e a tortura, atinge a alma e o ser, materializando a violência subjetiva.

Ao passar pela porta da prisão para ir ao cadafalso, a personagem se prepara para um cenário moralmente discursivo de violência subjetiva. Observemos o fragmento a seguir:

De carácter impulsivo e apaixonado, ela se havia fortalecido para enfrentar as **picadas venenosas e punhaladas da injúria pública** manifestando-se nas

mais **diversas variedades de insulto**; mas havia uma qualidade muito mais terrível no clima solene da mente popular, de modo que ela preferia ver todos aqueles rostos rígidos se contorcendo com a alegria do desprezo, sendo ela mesmo o seu objeto (Hawthorne, 2016, p. 66, grifos nossos).

Embora não tenha seu corpo físico afetado, não sofra mutilações de seus membros e não seja levada a morte, mesmo assim, Hester é brutalmente violentada subjetivamente, o que lhe sangra a alma, pela injúria moral, cujo efeito do sentindo que causa o efeito de violência é determinado pelo universo simbólico ritualístico puritano, que vai diretamente a ela.

Essa forma de violência teorizada e evidenciada por Slavoj Žižek (2014), no livro *Violência: seis reflexões laterais*, no qual explica e analisa as manifestações, no corpo social, das três formas de violência na lógica do *triunvirato da violência* para melhor explicá-las como elas se formam, materializam-se e se tocam. Segundo Brito (2017, p. 18), “O triunvirato é formado por três categorias de violência: a subjetiva (latente), a objetiva simbólica (linguagem) e a objetiva sistêmica (sistema político e econômico)”. A *violência subjetiva* que consiste no uso da força física materializada contra um corpo é a que sangra e que lateja. A *violência objetiva sistêmica e a objetiva simbólica* são aquelas cujas formas de operação não são evidentes, mas existem produzindo efeitos, como constamos nas palavras de Brito (2017, p. 19).

Violência objetiva, seja ela simbólica ou sistêmica, é a que sustenta a normalidade, é aquela que ‘quase’ não é visível ou perceptível. Assusta-nos a barbárie e o assassinato, mas não percebemos que a manifestação subjetiva latente da violência é mantida a nível zero em contradição ao ato sanguinário pela violência objetiva. Esta segunda nos rodeia como um gás inodoro que nos consome lentamente.

Ou seja, a objetiva simbólica da linguagem é aquela que simbolicamente esteia no corpo social, produz e reproduz a normalidade, isto é, se está normal, há o que mudar? Se não há o que mudar, portanto, não há possibilidade de visibilidade e resistência, portanto, dificilmente mudará e continuará na normalidade. Isto é uma forma de alienar o sujeito pela consciência, pelo sensível, tomar e instrumentalizar toda a subjetividade, capturar totalmente nossos mecanismos de percepção, de sensibilidade, individualidade, fantasias, desejos, temperamento, cegando-nos, tirando nossas capacidades de ver a realidade e impor-nos um universo com uma ordem simbólica bem definida e estruturada. Há violência pior que essa?

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A

violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento (Žižek, 2014, p. 17, grifos do autor).

Em *A Letra Escarlata*, as duas formas são representadas. A violência objetiva simbólica da linguagem opera através do discurso, na configuração e imposição de um universo simbólico determinante dos efeitos de sentido que, por sua vez, forma sujeitos sujeitados a uma ordem de obediência, com uma visão alienada e impossível de ver a verdadeira realidade das relações de poder. Existem os mecanismos que os controlam e que os impedem de criar outras representações, como também de perceber as formas de violências e suas estruturas.

Nessa ideia, a violência objetiva é a “violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido” (Žižek, 2014, p. 17). Isto é, vemos a realidade, portanto, com a visão sob as lentes da incorporação do universo simbólico, criadas, reguladas e retroalimentadas pelas técnicas de exercício de poder e de dispersão ideológica pelos aparelhos de Estado. Isso, por si, é extremamente violento. Dessa forma, tudo que é feito, tudo que é pensado, tudo que é falado, percebido e vivido é limitado pelas determinações simbólicas instrumentalizadas pelos efeitos de linguagem. O objetivo é fazer o sujeito incorporar práticas ideológicas e reproduzi-las em instâncias pessoais e sociais de existência, a ponto de serem vistas como extremamente naturais, eficientes e espontâneas. Assim, “A violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos” (Žižek, 2014, p. 36).

Um dos efeitos da operacionalização da violência objetiva simbólica da linguagem é tornar ideologicamente natural as coisas, num grau sensível de normalidade. Por isso, também, não percebemos que a materialidade da violência subjetiva é o resultado da operacionalização dos mecanismos de violências objetivas que, simbolicamente, pela linguagem, cria, impõe e determinam o imaginário simbólico dos sujeitos e cujos efeitos serão explosões de violência subjetiva em suas últimas instâncias, em pequenas, médias ou grandes proporções. Em outros casos, essa será o resultado daquela, também, em pequenas ou grandes proporções.

Dito de outra maneira: vemos o sangue que sai dos corpos, os grandes protestos, assassinatos, guerras, terrorismo, violências nas palavras, nos gestos, em suas sutilidades, etc., mas não vemos as condições simbólicas imaginárias que levaram corpos motivados à produção sanguinária e latente a outros corpos, humanos ou sociais, e institucionais, ou ainda ao próprio corpo (suicídio). Também os praticantes não percebem as condições imaginárias de produção da violência objetiva recebida ou praticada. A prática, operacionalizada naturalmente, é um mecanismo de organização e imposição social, muitas vezes, dentro da legalidade, por meio da

instrumentalização fundamental da linguagem que é a “construção e imposição de certo campo simbólico” (Žižek, 2014, p. 49). E tudo isso ocorre num estado de normalidade entre os sujeitos, sob o efeito material das imagens simbólicas criadas, inculcadas e propagadas discursivamente.

Hester é vítima de violência subjetiva pelos sujeitos da sociedade que são vítimas da violência objetiva simbólica da linguagem sofrida pelos os cidadãos puritanos na incorporação, sobretudo dos signos de conteúdos ideológicos da violência religiosa puritana. Uma violência praticada, normal e indubitavelmente, na alma. Na situação da Hester, por palavras carregadas de significação, que vão diretamente à alma do sujeito. No fragmento seguinte, a violência subjetiva é percebida pela invisibilidade e exclusão social de Hester, isto é, do universo simbólico dominante. Assim, o silêncio das pessoas, gestos, palavras, diante de Hester, é um efeito da violência objetiva simbólica via linguagem.

Essa violência se volta em silêncio, gestos e palavras contra Hester em forma de violência subjetiva por mecanismos linguísticos, e não linguísticos que, dentro de um espaço discursivo criado pelos aparelhos, fazem-na ser subjetivamente e brutalmente violentada. Tudo isso ocorre em uma forma de normalidade. Resumindo: é uma violência que se materializa pela linguagem verbal e não verbal e pela violência verbal, que consiste em uma forma de violência, sendo uma forma de violência que se encaixa na categoria de violência subjetiva, com efeitos de ordem psicológica, moral, havendo, por trás dela, todo um universo de violência objetiva da linguagem que fornece materialidade de efeito simbólico e de sentido para o efeito subjetivo da violência em Hester. Portanto, tudo se resume a uma imposição de universo simbólico social do qual Hester fora banida simbolicamente.

Em todo o seu intercâmbio com a sociedade, no entanto, nada a fazia sentir como se **pertencesse ao grupo. Cada gesto, cada palavra** e até mesmo o **silêncio** daqueles com quem ela falava implicavam, e frequentemente expressavam que ela **fora banida**, e que estava tão **sozinha** como se vivesse em **outra realidade**, ou que se **comunicava com a natureza por órgãos e sentidos diferentes do que os do resto da raça humana** (Hawthorne, 2016, p. 92, grifos nossos).

O grupo cuja visão está sob a lente simbólica incorporada, materializa a violência objetiva sofrida de forma quase normal, em Hester Prynne: nos gestos, em cada palavra e até mesmo pelo silêncio. A materialidade da violência objetiva simbólica pela linguagem incorporada é tão pura nos indivíduos assujeitados pelos aparelhos gerentes da colônia puritana, que é outra realidade, de cujo normal Hester não faz parte como sujeito. Sua filha, uma criança pequena e inocente, é também banida do sistema simbólico, o que evidencia a potencialidade da violência.

Por outro lado, Hester e sua filha passam a fazer parte como um símbolo, um dispositivo de controle e vigilância, de pecado, de decadência, constituído simbolicamente pelo discurso da ideologia dominante, porém não mais como um ser humano. No fragmento seguinte, logo abaixo, vemos a imposição discursiva, na construção e imposição simbólica de Hester, isto é, uma simbolização para e nos sujeitos puritanos, na relação de Hester com eles e a sociedade. Pela linguagem, os gerentes dos aparelhos ideológicos vão impondo e constituindo a simbolização negativa de Hester, deslocando-a do sistema simbólico dominante, sobretudo, de feminilidade.

[...] ela se tornaria o **símbolo geral** ao qual o **pregador e o moralista devem apontar**, e no qual eles podem **vivificar e incorporar as imagens de fragilidade e pecaminosa paixão feminina**. Assim, o jovem e puro seria ensinado a olhar para ela, com a letra escarlata queimando sobre seu peito – a ela, filha de veneráveis pais - a ela, mãe de uma criança que no futuro seria mulher, o corpo, a realidade do pecado (Hawthorne, 2016, p. 88, grifos nossos).

Hester passou a ser um objeto simbólico de controle dos comportamentos e pensamentos dos indivíduos, sobre os quais os efeitos de sentido da letra e de sua dona transmitiam, simbolicamente, a ideia de um vigia, um dispositivo de controle de almas. A violência objetiva, onipresentemente e onipotentemente, afigura-se como uma teia que nos mantém sobre o efeito do controle ideológico e, portanto, segundo Žižek (2014), é uma forma de violência, uma vez que há uma manipulação e dominação da consciência pela linguagem, o que constitui os mecanismos também de sociabilidade.

[...] é a linguagem, e não o interesse egoísta primitivo, o primeiro e maior fator de divisão entre nós, é devido à linguagem que nós e os nossos próximos podemos viver “em mundos diferentes” mesmo quando moramos na mesma rua. O que isto significa é que a violência verbal não é uma distorção secundária, mas o último recurso de toda a violência especificamente humana (Žižek, 2014, p. 53, grifos do autor).

Pedagogicamente, o sistema nos insere a essa teia de significantes de sentido, o qual nos consome por inteiro. Assim, conforme Brito (2017), “Embora sejamos atraídos pela violência subjetiva, é a objetiva que nos reprime. Ela nos atinge o coração, controla nossos desejos e forma nossa subjetividade” (Brito, 2017, p. 22). Ou seja, ela opera pela manipulação da alma, da psique humana, tornando os sujeitos cujos corpos e linguagem são objetos de manifestações de saberes e ideologias determinadas pelos exercícios de poder, de micropoder e interesses dos aparelhos, que constituem o meio pelo qual, segundo Žižek (2014), se manifestará a violência simbólica, cujo efeito será a inquietação das imagens simbólicas de



outro núcleo, no qual tais imagens simbólicas não estão normatizadas e reguladas de acordo com a ideologia e o sistema dominante.

Segundo Brito (2017, p. 22), “As relações entre Poder-Saber causam-nos a sensação de anestesia para que a violência objetiva nos corra de dentro para fora e, mesmo assim, não percebamos que contribuimos para sua intensificação.” A nossa contribuição passa a fazer parte de nossa natureza e da natureza das coisas, de nossos instintos mais naturais, bem como a violência sofrida, que nos enfraquece e que nos faz sofrer na alma, se formos seu alvo real.

No fragmento que segue abaixo, podemos ver claramente a violência objetiva materializada, onde os imaginários das crianças foram configurados pelos pais, na instituição familiar. Como os pais mantêm o poder, eles inculcam um saber determinado como verdade. Naturalmente, as crianças são ligadas e assujeitadas à teia simbólica na relação com Hester. Como efeito, temos:

Desenvolveu um pavor de crianças; pois, elas haviam absorvido de seus pais uma vaga ideia de algo horrível naquela mulher triste deslizando silenciosamente pela cidade, jamais com algum companheiro, exceto por sua filha única. Portanto, primeiro deixando que ela passasse, as crianças a perseguiam a distância com gritos agudos e os berros de uma palavra que não tinha significado distinto em suas próprias mentes, mas que nem por isso era menos terrível para ela, vinda de lábios que a balbuciavam inconscientemente (Hawthorne, 2016, p. 94).

As crianças se tornam agentes de produção de violência subjetiva e irracional com aqueles que estão simbolizados fora da teia simbólica social dominante, num espaço discursivo diferente, numa pequena teia, pequena demais para quase não resistir, apenas aceitar, e sofrer, silenciosamente, ouvir palavras que atingem a alma. Mas, imaginemos se Hester reagisse com a violência subjetiva a essas crianças? A violência subjetiva seria um efeito da violência objetiva simbólica. A culpa seria de quem? Evidenciaria que uma forma de violência toca a outra?

Essa manipulação da consciência é evidente na citação acima. A família como aparelho ideológico, ou qualquer outro aparelho, inculca, pela linguagem, ideologias que formam um imaginário cujo resultado é a violência objetiva simbólica, que controla também a linguagem das crianças, que são programadas pela consciência para reagirem e falarem palavras ideologizadas quando virem o símbolo. É como se Hester fosse uma espécie de reativo que move certos reagentes (as crianças), com seu efeito de sentido simbolicamente determinado. As crianças violentadas objetivamente antes, violentam subjetivamente depois, reproduzindo as palavras inconscientemente. Esses insultos, a perseguição, o pavor e a invisibilidade ocorrem

no espaço sobre o qual a teia ideológica perpassa e na qual Hester não se encaixa na normalidade. Segundo Žižek (2014), baseado em Hegel, o processo de simbolização tem em si um processo violento, uma vez que há uma assencialização do objeto simbolizado:

[...] há algo de violento no próprio ato de simbolização de uma coisa, equivalendo à sua mortificação. É uma violência que opera em múltiplos níveis. A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior (Žižek, 2014, p. 50).

Hester Prynne, em meio a esse espaço discursivo, sofre a violência subjetiva em alto grau. Mas é, também, neste mesmo espaço que transluz uma forma de atos de resistência. A resistência que ela evidencia é aquela que se materializa de forma sutil, onde a alma humana cria e tem valores próprios. Materializa-se sem que haja um gasto elevado de energia, de potência de si, porque é uma resistência subjetiva que se materializa pela simplicidade. Nasce e se manifesta pela relação subjetiva do sujeito nas circunstâncias e nas relações de força na qual o sujeito se encontra na natureza das relações sociais. É uma força que o sujeito cria e realimenta seu núcleo de potência, dando, assim, uma nova possibilidade de existência positiva, nas malhas das relações de poder. É possível Hester resisti em meio a esse cenário no qual se encontra?

### **3.5 “Pode parecer surpreendente que essa mulher ainda chamasse esse lugar de lar” RESISTÊNCIA: Hester Prynne e Pérola contra o poder e a Sociedade**

Sempre onde há efeitos sutis e explícitos de violência, dominação, opressão, imposição ideológica institucional ou não, por fim “onde há poder há resistência” (Foucault, 1999, p. 91), onde há relações de poder, nas extremidades, há atos de resistências. Sejam esses atos de resistência bem organizados e articulados ou não, simples, possíveis, sutis, silenciosos, barulhentos, com artes ou com armas, etc., onde há relações de poder e de força implicam resistências (Foucault, 1999). Os sujeitos, em toda ocasião, estão navegando na ordem das forças que as malhas finas do exercício de poder os colocam, nas camadas sociais das relações de poder e suas configurações de ordenamentos. As relações de poder que estão sempre em movimento, são uma grande engrenagem, um mecanismo que atravessa todo o corpo social, alcançando e ordenando as mais finas e sutis relações, de qualquer tipo, e a relação do sujeito consigo mesmo.

Embora sejam eficientes, bem amarradas, apresentarem positivities, bem aceitas ou não e projetadas não importando por quem, as relações de poder são instáveis, porque estão sempre movimentando suas engrenagens, fazendo com que o projeto geral de dominação deixe seus espaços, geralmente pequenos lugares em que falham, dando espaço para a resistência (Foucault, 1999). Essa resistência pode ganhar forma, força e se movimentar por dentro das engrenagens multiformes aparentemente tão fortes e apertadas do poder. A resistência pode nascer de qualquer lugar, em qualquer ponta firme do poder. Não há exercício de poder sem resistência e, só há dominação, porque antes havia resistência, algo que necessitava de controle pelas relações de poder. Sobre resistência, Foucault (1999, p. 90) aponta que:

Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.

A resistência é subjetiva, surge de uma subjetividade e com forças próprias. Foucault, sob as influências e leituras de Nietzsche, chega à conclusão de que resistir não é reagir às condições externas de uma ação, de acontecimentos e de um exercício de um poder. Resistir é uma forma pela qual o sujeito se manifesta em meio às relações de poder em suas engrenagens internas, inventando probabilidades de permanecer com novas forças, por forças ativas e afirmativas, ânimos incomuns, estratégias próprias e originais em meio às relações de poder ativamente, isto é: “Quando o centro é comandado por forças ativas, ele é considerado um centro de potências afirmativas. Por outro lado, quando o centro é comandado por forças reativas, ele é considerado um centro de potências negativas” (Brito, 2017, p. 81). É ir contra, mas sem reagir a tudo quanto o poder diz e a tudo quanto tem como propósito em sua objetividade. É abrir e seguir por novos caminhos e ignorar, de certa forma, aqueles caminhos que as relações de poder nos reservaram a abraçar. Nesta perspectiva, numa visão Foucaultiana de resistência, Brito (2017, p. 82) destaca:

Resistir é uma luta contínua de força contra força. Resistir é abandonar a extrema humanidade que, entre as inúmeras fraquezas, permite que o homem considerado fraco não conheça a si mesmo e sendo fraco não consegue enxergar sua própria decadência, buscando sempre no outro a justificativa de sua incapacidade e, conseqüentemente, o outro torna-se um alvo de vingança e revolta.

Hester Prynne resiste contra a força oposta a ela, contra as malhas finas da relação de poder que coloca a mulher num lugar bem definido nas engrenagens do patriarcado, do androcentrismo, e da ditadura teocrática religiosa da ideologia puritana, enfim, relações que articulam uma estrutura, um sistema de dominação do sujeito feminino, mediante também, tecnologias de gênero. Ela não reage às determinações desse poder. Hester resiste, cria e apresenta valores próprios, institui novos caminhos, vai além dos objetivos do poder, resiste para que o poder não a enfraqueça, não a instrumentalize e entre nos caminhos da subjetividade dominante para o feminino.

Desde o início, Hester mostra sua força, não se curvando à imposição do poder e às ideologias que querem tirar suas forças, diminuir a força dentro de si mesma, que ela desfaça o conhecimento de si para se refazer e se assujeitar ao saber e práticas determinados pelo poder. Mas, por não ser fraca, ela resiste com força e também com sutileza. Hester não cai em decadência e não se culpa, não se vinga, não se revolta, não desiste e resiste à maneira dela. O excerto que segue é o momento no qual Hester, com sua filha nos braços, está sobre o cadafalso e, atrás dela, sentado nas cadeiras estão os líderes: reverendos, governadores e juízes e, em volta dela, está toda a sociedade puritana de A Letra Escarlate. Nesse momento, ela está sobre polos de exercícios de poder e força entre ela, os líderes e a sociedade, enfim, todo o ritual jurídico que a obrigam a falar a verdade para eles.

– **jamais!** – respondeu Hester Prynne, olhando não para o Sr. Wilson, mas para os olhos profundos e atordoados do jovem clérigo. – o nome está profundamente enraizado em mim. **Você não pode extraí-lo. E quem dera se pudesse suportar a agonia dele bem como a minha!**” (Hawthorne, 2016, p. 76, grifos nossos).

O que o poder quer, nesse caso, a forma jurídica, é que ela mostre sua fraqueza, tornando-se vítima do seu suposto crime. O poder induz que ela se reconheça como fraca, incapaz, manipulável, querendo que ela se desvincule das verdades que fazem parte de seu próprio campo de valores, que o abandone e entre no caminho das verdades impostas e aceitas do poder, que se assujeite à teia e às suas malhas finas. No entanto, Hester não dá ao poder o que eles desejam. O que ela faz é abandonar os valores da extrema humanidade que deseja ser ela reconhecida como fraca, mas ela resiste e não dá ao poder o que eles desejam, não dá ao poder o prêmio que eles tanto anseiam que é se curvar à sua verdade, à sua lei e ordem. Para reforçar sua força, diz: “quem me dera se eu pudesse suportar a agonia dele bem como a minha” (p.76). Ela não condena seu parceiro, não culpa o outro. Ela não torna o outro seu alvo de vingança e para a justificativa de sua fraqueza e tentações do diabo, ela não apresenta uma

moral fraca, a moral que essa extrema humanidade inculca ideologicamente para servir seus interesses, suas práticas e estratégias de dominação geral e do sujeito feminino.

- Não falarei! – respondeu Hester, empalidecendo como a morte, mas respondendo à voz, que ela certamente reconheceu. – Minha filha buscará um Pai Celestial; jamais conhecerá um terreno! (Hawthorne, 2016, p. 76).

E continua a resistir ao poder não dando o que eles querem, resistindo à situação de exercício de poder, um espaço puramente discursivo, tortuoso e moralmente determinado. O poder a faz empalidecer, mas ela resiste, manifesta sua força, sua afirmativa contra a força que a obriga a ser fraca, se revelasse a verdade, mas ela mostra não ser covarde e prova que conhece a si mesma, com suas próprias verdades. Mais à frente, o poder, de certa forma, recua à resistência de Hester, que recusa esta extrema humanidade e não entra no caminho de suas verdades. A força do exercício de resistência da protagonista ganha nome, a saber: força e generosidade maravilhosas, que está no coração, ou seja, é um traço subjetivo de Hester, por isso, a resistência tem um tanto de subjetividade e algo natural de si, como podemos evidenciar, no efeito de sentido da materialidade linguística do trecho que segue:

- Ela não falará – murmurou o Sr. Dimmesdale, que, reclinado na varanda, como as mãos sobre o coração, esperava a resolução de seu pedido. Agora, ele recuava suspirando. – Que força e generosidade maravilhosas no coração de uma mulher! Ela não falará (Hawthorne, 2016, p. 77).

Após esse momento de trocas de forças, de exercício de poder e embate num cenário poderosamente discursivo e também, de manifestação de sua resistência, Hester volta à prisão, passa mais algum tempo e, após isso, é libertada. Hester tinha todas as possibilidades de fugir e viver em outro espaço discursivo, ou universo simbólico no qual ela não seria violentada, excluída e não fosse discursivamente símbolo da vergonha. No entanto, ela permanece no mesmo lugar. Ela não dá ao poder o que eles pretendiam que seria a distância daquele local e que saísse de suas engrenagens. Ela resiste a não seguir os caminhos apontados pelo poder.

Pode parecer surpreendente que, com o mundo diante de si – sem ter de se restringir por cláusula alguma de sua condenação ao assentamento puritano, tão remoto quanto obscuro -, livre para voltar a sua terra natal, ou para qualquer outra terra europeia, e ali esconder sua natureza e identidade sob uma nova fachada, tão completamente como se surgindo de outro estado de ser – e tendo também todas as passagens da negra e inescrutável floresta aberta para si, onde a desolação de sua natureza poderia se assimilar com um povo cujos costumes e vida eram estranhos à lei que a condena -, pode parecer surpreendente que essa mulher ainda chamasse esse lugar de lar, onde, e

exclusivamente onde, ela poderia ser o símbolo da vergonha (Hawthorne, 2016, p. 88).

Ela continua ali, naquelas trocas de relações de forças: a coragem dela versus a eficácia do poder, demonstrando que não é fraca, porque não possui uma moral enfraquecida. Moral essa que as relações de poder impõem, que permite ao homem a sua perda de potência, perda de sua força vital, de expansão de criatividade, fazendo-o curvar-se facilmente ao poder, sem dá ao homem a possibilidade de resistência. Assujeitado à docilidade e à utilidade objetiva de seus caminhos, verdades e valores, visto que, quando nascemos, já está montada estrategicamente, resta-nos apenas segui-la e incorporá-la, ou não. Segundo Brito (2017, p. 81-82), na visão de Nietzsche:

A moral, assim como tudo no mundo, é constituída por relações de forças, sendo assim, aquela que domina no senso comum é a moral fraca, a reativa, é uma moral da vingança, do ressentimento e da culpa. Essa moral da covardia nunca será capaz de se superar ou de se abolir, pois nada mais é que uma moral de decadência e, sendo decadente, seu objetivo é controlar o comportamento, por meio de predeterminações de valores que causam a sensação de normalidade mascarados com rótulos de costumes ou tradições.

O que a moral fraca permite é causar no homem a capacidade e a possibilidade de reação, e não de uma resistência. A reação negativa é seguir o caminho imposto pelo poder, de cabeça baixa, com ressentimento, com culpa, culpando os outros por sua fraqueza, criando um sentimento de vingança e por se sentir incapaz de superar-se e de se recuperar, caminha para a decadência. Mesmo reagindo à determinação das verdades do poder, sente-se incapaz de ignorar os valores da extrema humanidade, procurando apenas reproduzir, reproduzindo em todos os âmbitos da própria existência do sujeito. Resistir é não reproduzir valores decadentes, mas sim criar valores e verdades capazes de rupturas, na sociedade e na subjetividade, sem também impor, porque, se assim acontecer, entramos no mesmo jogo do poder.

As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusões, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade, clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa

os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder (Foucault, 1999, p. 91).

Hester não reage, não reproduz. Então, é nessa não reação, que se localiza a sua resistência, seus novos valores dentro dos mecanismos do poder. Brito (2017, p. 82) ainda destaca que: “O homem impõe resistência aos ambientes que mudam. Na mudança do ambiente, o homem também muda, mas nunca sem oferecer o máximo de resistência”. O ambiente mudou, simbolicamente, para Hester, mas ela não mudou de ambiente e a personagem não mudou a si mesma para se adequar às amarras de poder e às amarras simbólicas, uma vez que impôs resistência. Ela abriu um espaço na teia e continuou a viver, sem se assujeitar à teia discursiva da normalidade ditada pelo exercício de poder.

A personagem rompe a película da interpelação e materialidade ideológica estrutural de dominação e individualização do sujeito feminino. Para Michel Pêcheux (1995, p. 304, grifos do autor), “não há dominação sem resistência [...] significa que é preciso ‘ousar de revoltar’”, assim, considera esse rompimento com a interpelação ideológica como uma falha no ritual de inculcamento ideológico. O que isso possibilita ao sujeito é uma possibilidade de resistência, na qual o sujeito se revolta, dessidentifica-se, dessensibiliza-se e desliza-se das amarras da ideologia dominante, da evidência do sentido único, gerando, assim, uma possibilidade de neutralizá-la.

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...). [...] O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse sempre-já-aí, essa origem não detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de se desequilíbrio (Pêcheux, 1995, p. 301, grifos do autor).

A personagem, portanto, coloca em xeque as amarras da ideologia dominante para o feminino, resiste e evidencia as falhas do ritual ideológico aparentemente tão forte. Sai da interpelação ideológica de normalização, individuação e das diversas formas de violência simbólica que subjetiva o feminino.

Para Bourdieu (2010), por mais aguda e, ao mesmo tempo forte que seja a dominação masculina e a violência simbólica, que estabelece uma fixação quase natural e pura entre as realidades, ainda há uma possibilidade de luta cognitiva, a probabilidade de resistência, de posições antagonistas, uma descognização e a possibilidade de furo na película do campo simbólico que instrumentaliza, discursivamente, os sujeitos e as coisas em disposições e condicionamentos sociais de submissão.

[...] por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para *uma luta cognitiva* a propósito de sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica (Bourdieu, 2010, p. 22, grifos do autor).

Hester, nesse sentido, produz atos de resistência que, em sua forma, são atividades de caráter político contra a interpelação ideológica, a violência simbólica e o exercício de poder. Em outro momento, vemos uma forma de resistência estética, que é sutil, mas extremamente forte, por meio da arte da costura, que tem também um alcance político e social.

Solitária como era a situação de Hester, e sem um amigo na terra que tivesse a aparecer, ela, no entanto, não corria risco de sentir carência alguma. Possuía a arte que bastava, mesmo em uma terra que proporcionava relativamente pouco espaço para o seu exercício, para suprir seu bebê em desenvolvimento e a si mesma. Era a arte da costura e do bardado. Ela carregava no peito, na letra curiosamente bordada, uma amostra de sua habilidade delicada e imaginativa, à qual as damas de uma corte poderiam muito bem ter recorrido para adicionar o mais rico e espírito adorno do engenho humano aos seus tecidos de seda e fios de ouro. Aqui, na verdade, na negra simplicidade que geralmente caracterizava os modos de se vestir, podia haver um apelo pouco frequente pelas produções mais finas de seu trabalho manual. No entanto, o gosto da época, exigindo o que quer que houvesse de elaborado em composições desse tipo, não deixava de estender sua influência sobre nossos austeros progenitores, que haviam deixado para trás tantas modas que poderiam parecer difíceis de dispensar (Hawthorne, 2016, p. 90).

Hester torna-se um sujeito solitário, nas malhas das relações de poder, sem amigos, etc., e, como sabemos, é uma forma de punição, de isolamento social e simbólico. É o destino daqueles que resistem ao sistema de dominação. O poder quer que Hester seja uma solitária e triste. Mas, por meio da arte, Hester resistia. O efeito da arte sobre a personagem era o avivamento de si, dava-lhe a solitude, prazer e divertimento, uma forma de cuidar de si mesma, proteger-se dos efeitos repressivos do poder. Além disso, era um trabalho que suprimia ela e sua filha. Hester fora afastada da cidade para um lugar cuja terra era ruim para o cultivo de alimentos agrícolas. Porém, com a arte da costura, Hester conseguia suprir-se.



Em outro momento, a trabalho de Hester tornou-se e recriou a moda dominante, a mais procurada. Embora simbolicamente fosse um sujeito fora do campo simbólico, a arte de Hester entrava em suas malhas, era aceita na sociedade, aceita pelos gerentes do poder e por outros sujeitos. É um ato de resistência sutil e poderosa, que diz: estou aqui e estou viva e forte, jogando com o poder.

A letra A, de adultério, em Hester, era exibida como uma sofisticada arte, feita com esmero, um abjeto ostentoso que ela exibia com orgulho. Hester não fazia questão alguma de escondê-lo. Embora no exercício de poder o sistema simbólico esperasse o contrário, isto é, que fosse o objeto feio, vergonhoso e moralizador, Hester resistia ao ostentar a letra e o seu pecado de forma artística e chamativa, subvertendo seu sentido original...

Aos poucos, mas não tão devagar, seu trabalho manual se tornou o que agora se chamado de moda. [...] Seu trabalho com a agulha era visto no rufo do governador; militares usavam seu bordado em seus lenços, e o pastor, em sua gola; sua costura enfeitava o chapeuzinho do bebê; estava encerrado, para mofar e apodrecer, nos caixões dos mortos (Hawthorne, 2016, p. 91).

Hester, além de sobreviver com sua arte de costurar para dentro e fora de casa e sua filha, traz uma forma de resistência à dominação do feminino. Hester sobrevivia e costurava para dentro e fora de casa. Na ordem do poder patriarcal, a mulher dever costurar por uma obrigação moral e para dentro de casa, e não por arte, liberdade, mas sim, dominação dos efeitos de poder... A protagonista, além disso, costurava como uma atividade artística que tinha efeitos positivos sobre si, de liberdade, criatividade, de cuidado de si e de resistência. É nesse campo de mecanismo e exercício de formatação das relações de domínio, ou seja, é “nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. Com isso será possível escapar ao sistema [...]” (Foucault, 1999, p. 91). Por fim, sutilmente escapava à ordem do sistema, por dentro do sistema.

Hester continuou ali, resistindo com sua moral, verdade própria, afirmativa e seguindo por caminhos próprios e sem recuar, com seus novos valores, sua força natural, com comportamentos impossíveis para humanos cuja moral é fraca, pois “a história da moral fraca é a do controle tanto das ações quanto do pensamento do homem em sociedade” (Brito, 2017, p. 82). Hester vivia ajudando o outro, o que constituía um sinal de resistência, por isso agia sem se importar com os extremos valores de ideais de humanidade dominante. Para aqueles cuja moral é fraca e que reagiriam às relações de poder, jamais poderiam fazer isso, pois seriam incapazes de resistir e renascer.

Hester doava todos os meios supérfluos à caridade, para desgraçados menos miseráveis do que ela, e que não raro insultavam a mão que os alimentava. Grande parte do tempo, que ela poderia facilmente ter usado para os melhores esforços de sua arte, ela empregava para fazer peças de vestuários grosseiras para os pobres (Hawthorne, 2016, p. 92).

Aos que a insultavam, apenas reagiam às verdades e ideologias determinadas pelo poder. Viam em Hester os valores que o poder determinou. Esses sujeitos estão profundamente mergulhados nos valores da extrema humanidade. Estão encharcados de uma moral fraca, por isso, são impossíveis de resistirem contra a força do poder. Achem que estão em decadência por serem fracos e, como também assumiram agir pelos instintos de sua verdade, são vítimas não só do próprio sistema, mas também da violência objetiva sistêmica que os induzem a seus efeitos de poder, tornando-os miseráveis e incapazes de atos de resistência. Sobre a situação desse homem, Brito (2017, p. 82-83, grifos do autor) assim observa:

Esse homem fraco não percebe que o centro de sua vontade de potência está sendo dominado por forças reativas permitindo que ele faça apenas parte do rebanho. Resistir exige cruzar a linha e atravessar todos os valores considerados medíocres, aqueles decadentes e ‘demasiado humanos’. Resistir é erigir novos valores.

Hester que, antes, já andava do outro lado da linha e continuou a andar, resistiu em grau elevado de força quando o poder tentou puxá-la para o outro lado da linha, para o espaço da moral dos fracos, dos valores decadentes, da dominação do sujeito feminino. Mas, ela resistiu e vivia sobre novos valores e atitudes. Por isso, sua potência não diminuía e se materializava em resistência viva. Ela conhecia a vontade de potência que todos devem conhecer:

[...] querer mais poder na vontade. São essas relações de forças, na busca de querer mais poder na vontade, entre pulsão fraca e pulsão forte que movimentos de dominação e movimentos de resistência são concretizados (Brito, 2017, p. 81).

A narrativa nos mostra ainda que Hester passou a ser uma conselheira de outras mulheres, que a procurava para acolhimento de diversas ordens, sintomas que surgem devido aos movimentos das engrenagens das relações de poder que coloca a mulher em lugares bem definidos e amarra com laços fortes. E Hester seria, assim, alguém capaz de as aliviarem em suas dores e angústias. Seria, portanto, o início de uma possibilidade, utópica que seja, de resistência feminina. É necessário reconhecer, por fim, a existência da vontade de potência. É necessário em grau de maior alcance na sociedade? Constituir novas subjetividades? Novos saberes e verdades? Perceber os efeitos da violência objetiva? Enfim, ter acesso a outro

discurso... cruzar as linhas? Isto é, estabelecer um movimento de cultura da mulher, que segundo Lerner (2019, p. 326):

Cultura da mulher é a base que sustenta a resistência das mulheres à dominação patriarcal e a afirmação de sua própria criatividade ao moldar a sociedade. A expressão sugere uma afirmação de igualdade e uma consciência de irmandade. A cultura da mulher traduz-se com frequência na redefinição de objetivos e estratégias de movimentos de massa em termos que as mulheres considerem adequados. Nos Estados Unidos do século XIX, a cultura da mulher resultou em uma definição autoconsciente da superioridade moral das mulheres como uma justificativa para sua emancipação.

Por fim, resistir é cruzar a linha e criar uma nova ética para si, novas subjetividades e subverter a normalidade desigual, opressora e dominadora. Nesse caso, em que a sociedade patriarcal e suas tecnologias de gênero insistem em permanecer. Resistir seria subverter a ordem dominante com um exercício crítico, político, estético, bem fundamentado, articulado, capaz de criar novas subjetividades e racionalidades para novos tempos e negar, repensar os mecanismos de constituição de subjetividades nos discursos dominantes. E sair, ou mesmo por dentro das relações de poder, nas palavras de Lauretis, baseadas em Althusser, sair: “[...] do espaço da ideologia para o espaço do conhecimento científico e real; ou do espaço simbólico construído pelo sistema de sexo-gênero para uma ‘realidade’ externa a ele” (Lauretis, 2019, p. 137, grifos do autor). E, para Pêcheux (1995, p. 303):

[...] o processo de resistência-revolta-revolução de luta ideológica e política de classe, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante.

E, para isso, a princípio:

[...] compreensão da condição pessoal de ser mulher em termos sociais, políticos e a constante revisão, reavaliação e reconceitualização dessa condição, vis-a-vis à compreensão que outras mulheres têm de suas posições sociosexuais, geram um modo de apreender a realidade social como um todo que é derivado da conscientização de gênero (Lauretis, 2019, p. 137).

Conscientização de gênero e os meios de sua formação, ou seja, as tecnologias de gênero, portanto, seriam o princípio de um ato de resistência, lutas e possibilidades de mudanças na ordem sociocultural de normalização-individualização pelas relações de poder e das práticas ideológicas do sistema patriarcal.

Vivemos numa sociedade selvagem e complexa, povoada, territorializada, de relações de poder, desigual, numa lógica econômica opressora, violenta e com interesses corporativistas, carregando ideologias e valores que não mais são compatíveis com a sociedade atual na qual vivemos, sobretudo, nas questões e relações de gênero. Resumidamente, nas palavras de Lauretis (2019, p. 137), não vivemos em “[...] um mundo intocado pela ideologia, pelos conflitos de classe e raça, pela televisão – um mundo não perturbado pelas exigências contraditórias e pelas recompensas opressoras do gênero, como o que eu, e certamente também essas mulheres, experimentamos diariamente”. Portanto para romper com a película da opressão e da ideologia dominante de gênero, a união, a conscientização e uma atitude crítica seria os primeiros passos para uma política de resistência forte, organizada e representativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, nesta dissertação, foi realizado um estudo analítico discursivo das relações de poder, ideologias e questão de gênero na obra *A Letras Escarlata*, referente à protagonista Hester Prynne. Caminhamos sob uma perspectiva da Teoria do Discurso de linha francesa. Durante a análise, evidenciamos, numa visão teórica e metodológica discursiva, como a relação entre gênero, poder e ideologia se materializam, evidenciando que a personagem está enquadrada em um determinado espaço histórico, ideológico, político, jurídico, social, nos quais as condições de materialidades discursivas e os acontecimentos eram propícios em relação às formações discursivas dominantes para o embate discursivo com Hester e sociedade, num olhar sobre a questão de gênero, ideologia e sistema de poder dominante.

Neste trabalho, primeiro, fizemos a *leitura flutuante*, que consiste no primeiro contato com o objeto de análise, para depois, fazer a *leitura analítica* que selecionou as formações discursivas e direcionou a análise com *perguntas heurísticas* que deram auxílio ao processo de análise e montagem do *corpus*. Fizemos não somente uma contextualização histórica, evidenciando os caminhos percorridos para a construção do sentido, do espaço histórico e social que a narrativa acontece; mas também as formações discursivas e seus funcionamentos, como se tocam e se afastam, na formação social de *A Letra Escarlata*, para analisar a evidência da materialidade discursiva. Apresentamos a questão do gênero e como essa questão se materializa na obra, na relação com o poder e a ideologia, nas miniestações discursivas das personagens femininas e, principalmente da personagem principal em seu intercambio social. Percebemos como os aparelhos existentes, no contexto da obra, agem pela ideologia para determinar o

comportamento de gênero e, de como eles - os aparelhos, as ideologias e o poder fazem funcionar os acontecimentos discursivos escolhidos e analisados, no corpus.

Depois de certificarmos a violência objetiva e subjetiva sofrida por Hester Prynne e afigurarmos como ela se materializa, também evidenciamos como a protagonista manifestou resistência às verdades e às ideologias determinadas pelo exercício de poder dominante no contexto da obra. Vimos também ser a violência o principal instrumento de que o sistema se apropria para a construção, determinação e manutenção das relações de poder, dos saberes e das subjetividades e do controle social.

Associamos que os problemas e acontecimentos que o personagem materializa na obra, por meio do contexto histórico, social (memória, estrutura e acontecimento) têm como origem os determinantes movimentos nos quais está inserida. No meio da ambiguidade trazida pelo discurso entre o normal cristalizado e a sociedade puritana, esses movimentos são retroalimentados pela determinação da dominação masculina predominante do androcentrismo, do patriarcalismo e da religiosidade. A língua tem ideologia e realidade, logo, não é neutra, e os acontecimentos não são tão simples. Eles são atravessados por uma memória que lhes determina os sentidos. Portanto, os enunciados mudam de sentidos, dependendo do sujeito do discurso, do espaço, do contexto e do tempo no quais são materializados.

Apresentamos a AD como instrumento de análise, o que nos leva para o mundo da análise ideológica na linguagem. É por meio da linguagem que acontece a materialidade do discurso (linguagem-língua e ideologia) que se forma no movimento social, no histórico e no político, fora e pela língua, que cobre toda a sociedade com uma teia ideológica e linguística, produzindo efeito de sentido de aparência unívoca que envolve o sujeito corporificado no homem que o movimenta. O discurso é também regulado e controlado pelas relações de poder-saber. Não se pode dizer tudo e em todo lugar. O poder tem suas configurações com os saberes e os saberes com o poder que, por fim, atravessa e constitui o sujeito e o social.

Portanto, analisamos o exercício do poder e a ideologia na obra *A Letra Escarlate*, no qual evidenciamos como o poder e a ideologia funcionam e instrumentalizam o sujeito feminino e questões de gênero em suas diferentes formas de tecnologia de gênero que funcionam na sociedade da obra. As tecnologias de gêneros estão dispersas na sociedade. É importante o amparo teórico para identificá-las e estudar como elas operam produzindo efeitos de verdades e ideológicos, que pode ser de forma não muito visível ou claramente visível. Onde há exercício e relações de poder-saber, haverá tecnologia de gênero constituindo o sujeito masculino e feminino, além de produzir efeitos de representação. As tecnologias de gênero estão na mídia, no cinema, nas redes sociais, nas instituições, nas artes, no cotidiano ordinário, na universidade, etc.

Nesse sentido, analisar sua maneira discursiva de constituir e moldar o sujeito em representações de gênero, analisar a subjetividade e os mecanismos de exercício de poder-saber e ideologias, bem como as táticas políticas que os constituem enquanto sujeito, fazem-se necessárias. Na obra que caracteriza uma sociedade patriarcal, androcêntrica e puritana, na determinação dos comportamentos e dos símbolos na construção da subjetividade do sujeito feminino, isto é, uma feminilidade patriarcal, a mulher, com uma essência universal, produz um sujeito dócil, útil, subalterno, submisso e objetificado, cujos aspectos de seus discursos, práticas e instituições formatam véus de verdades, formando uma prática de subjetividade na qual o sujeito feminino é controlado, no corpo e alma, colocando-o em uma posição social inferior, numa relação de poder que o dispõe em uma posição de inferioridade.

A consequência dessa subjetivação do feminino é a assimetria e a desigualdade no sistema de relações sexo-gênero e das relações de poder, tornando a mulher inferior e tirando dela as possibilidades de alcance em posições socioculturais superiores, velando ainda formas de opressão e violência simbólica, o que impossibilita as mulheres (da vida real) de um trabalho de autoconsciência de gênero, criando, assim, modos de resistências possíveis. Tal consequência é rejeitável e deve ser ultrapassada, na questão do gênero para a sociedade atual. O feminismo, como uma tecnologia de gênero, cujo discurso e recepção arquitetam subjetividades, é um saber fundamental de resistência e problematização para sujeito feminino em si e consigo mesmo e de discursos de caráter patriarcal, normalizador e opressor do feminino, na atualidade.

Os temas abordados neste trabalho têm uma grande e significativa importância para a sociedade atual, uma vez que inserem temas de grandes reflexões e retóricas colocadas na ordem das questões sociais, políticas, ideológicas, culturais e religiosas, entre outras. Vivemos hoje numa sociedade na qual as questões relacionadas às ideologias são amplamente debatidas, com um grande embate de formações discursivas querendo se legitimar e, de certa forma, um debate sobre as ideologias que a sociedade por muitos anos tem carregado. Mas que nos dias atuais, já não são tão importantes e não mais se encaixam no contexto sócio-histórico no qual vivemos.

Vivemos ainda na sociedade de *A Letra Escarlata*? Na atualidade, as ideologias, as formas de exercício de poder e questões de gênero continuam em pleno funcionamento estratégico e operacional que acontecem de diferentes formas, por meio de diferentes discursos na busca de capturar a subjetividade para diferentes meios e fins (e mercados). A realidade é que ainda vivemos numa sociedade patriarcal, androcêntrica, punitivista, disciplinadora, violenta, hiper-religiosa, juristocrática, capitalista e neoliberal que, discursivamente, projeta

uma ideia através de diversas tecnologias de gênero que constituem representações do sujeito em ideais de gênero.

O sujeito feminino e masculino, especificamente, é resultado dessas ideologias que se dispersam através de diferentes instituições e discursos por sujeitos de saber. Parece-nos que as mídias sociais são os lugares privilegiados de dispersão de enunciados de formações discursivas, historicamente dominantes, como as ideologias religiosas mais conservadoras e tradicionais, que têm uma relação íntima com a ideologia neoliberal, como os cristianismos e as quase infinitas formações discursivas pós-modernas que não cessam de irromper: Adventistas, Anglicanos, Batistas, Reformados, Luteranos, Metodistas, Pentecostais, etc. Todas elas têm o mesmo interesse do calvinismo. A diferença é que se tornaram mais eficazes e neoliberais em suas práticas e discursos com os usos e a instrumentalização dos saberes contemporâneos das ciências humanas e sociais, em seus projetos de dominação, individualização e interpelação ideológica do sujeito.

Na questão do gênero, o sujeito feminino é o centro dos discursos e da problematização. Embora tenha conquistado espaços e direitos, sofre ainda diferentes violências: simbólica, subjetiva, física, objetificação, desmoralização, dominação, etc., por diferentes agentes e formações discursivas que nos parece se têm tornado mais radical em suas opiniões em relação ao sujeito feminino. As mídias, as redes sociais, a universidade, a igreja, a escola, as artes, a literatura, filmes, textos diversos, operacionalizam tecnologias de gênero na forma mais sutil ou mesmo radical, ecos ideológicos de representação de ser homem e mulher.

Além de a ideologia do masculinismo branco, patriarcal, conservador, reacionário e de direita que projeta formas de ser mulher e ser homem, existe, ainda, uma nova forma de neoprotestantismo que deseja resgatar valores de representação patriarcal, religioso, conservador e neoliberal, ou mesmo o feminismo que busca constituição de um sujeito feminino mais crítico, consciente das opressões de gênero e numa prática ativa de uma política comum de resistência, capazes de mobilizar saberes críticos.

Podemos citar ainda uma atualização do antifeminismo reacionário, branco, de classe média e liberal, com pouca ou quase nenhuma fundamentação histórica, que busca uma forma de desmoralização do movimento, da luta e das conquistas históricas das mulheres. E esse discurso se materializa tanto por sujeitos masculinos quanto femininos, evidenciando, nesse sentido, o domínio do androcêntrico.

Por fim, a sociedade atual apresenta uma complexidade substancial, sobretudo em relação aos temas abordados nesse trabalho e à continuidade deles nos nossos tempos, o que necessitaria de uma pesquisa mais cuidadosa. As teorias, os saberes e as ciências sociais,

humanas, a pesquisa e a transdisciplinaridade constituem um único meio possível e indispensável para ao menos projetar um resquício de interpretação e entendimento de como funcionam os discursos de hoje, de como moldam os sujeitos, a subjetividade; de como exercem o poder e instrumentalizam saberes e ideologias na sociedade atual e democrática em que vivemos. A AD, assim, toma sua posição, com o propósito de um trabalho ético e responsável, dando sua contribuição na análise de funcionamentos de discursos, do poder e dos sujeitos históricos e sociais.

Nesse sentido, podemos pensar: como funcionam os discursos e como estes não só projetam como também materializam os efeitos de representação, mobilizando tecnologias de gênero na sociedade atual?

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos feministas**. Universidade Estadual de Michigan. v.3, n.2, p. 458- 463. janeiro,1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Volume 1. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Volume 2. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1967.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana (1869-1892)**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007. CERTO

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BRITO, Danielle Gonzaga de. **A violência da 'não violência'**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.



CAMPOS, Breno Martins. **Puritanismo e a construção político-social da realidade. Políticas: teorias e práticas.** In: Revista Pandora Brasil. Volume 60, p. 1-10 - Janeiro de 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** Volume único. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

COULOMB-GULLY, Marlène. **Gênero, política e análise do discurso das mídias.** In: PIOVZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Org.). Presenças de Foucault na análise do discurso. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 147-162.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan. **A escrita da História.** 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2015.

DEL ROIO, José Luiz. **A igreja medieval: A cristandade latina.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber;** trad. de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 27. ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987. CERTO

FOUCAULT, Michel. O poder e o sujeito. In: HUBERT, Lederer Dreyfus e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. - São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel, [1976]. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder.** Tradução e organização: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979[1976]. p.179-191.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder.** Tradução e organização: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 01-14.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder.** Tradução e organização: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.15-33.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder.** Tradução e organização: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243-275.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** Curso do Collège de France (1975-1976). Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FRIEDMAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Editora Vozes Limitada, Rua Frei Luís, 100. Petrópolis, Rio de Janeiro: Brasil, 1971.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERNANDES, Lucas de Sousa. **Panorama interpretativo sobre a economia colonial na América portuguesa**. 2022. 22f. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharel). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas: Varginha, Minas Gerais, 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Gláucio Ramos. **A Relação saber-poder e a constituição dos sujeitos professores e alunos em aulas de português**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa/Paraíba. 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, São Paulo, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 fev. 2025.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlata**. Tradução e notas Diego Raigorodsky. São Paulo: Martin Claret, 2016.

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2010.

LIPSY, David. **A jovem mulher puritana**. Os Puritanos. 2. Edição digital: Janeiro de 2015. *Digital*. Disponível em: <https://livros.gospelmais.com/files/livro-ebook-a-mulher-puritana.pdf>. Acesso: 22/02/2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: ANDRE, Lor *et al.* **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 114-149.

LERNER, Gerda, **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUTERO, Martinho. **As 95 Teses de Martinho Lutero**. Wittenberg, 1917. Disponível em: [As 95 Teses de Martinho Lutero - Martinho Lutero \(monergismo.com\)](https://monergismo.com/95-teses-de-martinho-lutero/). Acesso: 24/07/2023.

LUTERO, Martinho. **A confissão de Augsburgo**. Augsburgo, 1530. Disponível em: <https://www.luterano.org.br/confissao-de-augsburgo/>. Acesso: 29/07/2023.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do discurso: a questão dos fundamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp-IEL, n. 19, jul./dez., 1990. CERTO

MENDONÇA, Antônio Gouvea. **Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens**. São Bernardo do Campo, São Paulo: UESP, 1997.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Traduzido do inglês por Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. CERTO

MONASTERIO, Leonardo; EHRL, Philipp. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. CERTO

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1983. **O discurso: estrutura ou acontecimento**/ Michel Pêcheux. Tradução: Eni Orlandi – 5. Ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. Tradução de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2011 [1971], p. 63-75.

PÊCHUEX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995. p. 293-304.

PÊCHUEX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

PINHEIRO, Fernando Filinto Machado. **A doutrina da predestinação em João Calvino e suas conotações agostinianas: reflexos no elã missionário presbiteriano do Brasil no século XIX**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe: 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RYKEN, Leland. **Santos no Mundo**: Os puritanos como realmente eram. 2. ed. São José dos Campos, São Paulo: Editora Fiel da Missão Evangélica Literária, 2013.

SAFIOTTI, Iara Bongiovani Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFIOTTI, Iara Bongiovani Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, São Paulo, n. 12, p. 157–163, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SCHMIDT, Mário. **Nova história crítica**. 1 ed. São Paulo: Editora Nova Geração, 2007.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Censur, 2014.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo a análise de discurso** – Linguagem, Sociedade e Ideologia. Manaus: Valer, 2006.

SOUZA, Elisabeth Lobo. **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEARNS, Peter Nathaniel. **História das relações de gênero**. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

TOTA, Antonio Pedro; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História Geral**. 1. Edição Integral. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo, Boitempo, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana. **Teoria literária**: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003. p. 161-183.